

LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA

**POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO  
DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE UBÁ –  
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2017

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

A447p  
2017

Almeida, Leonardo Augusto de, 1972-  
Políticas patrimoniais no Brasil : um estudo do Conselho  
Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá - Minas Gerais /  
Leonardo Augusto de Almeida. – Viçosa, MG, 2017.  
viii, 149f. ; 29 cm.

Orientador: Priscila Ribeiro Dorella.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f.144-149.

1. Patrimônio cultural - Ubá. 2. Política cultural.  
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.  
Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e  
Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 363.698151

LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA


**POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O  
CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO  
MUNICÍPIO DE UBÁ – MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 09 de agosto de 2017

  
Angelo Alves Carrara

  
Leonardo Cival

  
Priscila Ribeiro Dorella  
(Orientadora)

*À Nina Luz de Almeida, filha ubaense.*

*Ao Manoel e à Liz, netos, presente e futuro da família.*

*À Andrea, esposa e companheira, gratidão pela compreensão e apoio incondicional.*

*À memória de Mário Almeida Filho, pai.*

*À Cleusa Antônia da Silva Almeida, mãe.*

*Aos irmãos Mário, Fernando e Gabriel.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Priscila Dorella, que pacientemente orientou, questionou, apontou caminhos e acolheu-me com toda a sua capacidade de diálogo, experiência crítica e auxiliou prontamente na construção desta investigação.

À professora Karla Martins, que tanto estimulou e cobrou a elaboração de um projeto que se transformaria no caminho a ser percorrido, planejado e executado, passo a passo. Fazer de uma “carta de intenções” uma pesquisa, um instrumento para o diálogo acadêmico e, ao mesmo tempo, um instrumento de planejamento e direção para o que se pretendia examinar foi, penso eu, uma experiência gratificante e empolgante.

Ao querido professor Leonardo Civale, sempre acolhedor, sempre um bom conselheiro, pessoa que, ainda antes de iniciar os estudos no mestrado, permitiu-me conhecer um pouco mais sobre o patrimônio cultural como estudante não vinculado na disciplina que oferecera juntamente com a também querida professora Vanessa Lana, os dois estiveram presentes no Encontro Patrimônio e Paisagens, organizado por este que escreve e mais dois colegas do mestrado, a quem também agradeço a parceria.

Aos professores do mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, cada um, a seu modo, deixou marcas indeléveis em minha formação acadêmica e profissional. A apresentação dos textos, as aulas, as questões pertinentes e os atalhos apresentados por quem tem experiência com os “clássicos” guiaram leituras e corrigiram rumos.

Aos colegas do mestrado, a todos da turma de 2015. As primeiras aulas, as prosas, as dificuldades de entendimento fizeram-nos maiores de que éramos. Textos, contextos, apresentações, questionamentos, trabalhos de campo, cafés. A todos, meu particular muito obrigado. Aqui não poderia deixar de citar os colegas de Ubá, Ana Carolina Santos e Anderson Moreira Vieira, companhias de viagens para Viçosa, companheiros na organização do Encontro Patrimônio e Paisagens em Ubá, que ocorreu no dia 22 de julho de 2016.

Aos membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá - MG. Especialmente ao presidente deste conselho no período da pesquisa, Francisco Marino de Azevedo, que, gentilmente e em plena confiança, franqueou-me o acesso a todos os documentos produzidos pelo Conselho, desde sua fundação até dezembro de 2016. Ainda, aos atuais membros do Conselho, gestão que está se iniciando, e que acolheram a oficina que,

como desdobramento e produto do mestrado profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Viçosa, realizada nos dias 04 e 18 de maio.

A equipe do Arquivo Público de Ubá, especialmente à responsável pelo Arquivo em 2016, a bibliotecária Nair Pascoal Gomes, a Viviani Barroso de Paula, ao Vinícius Carneiro Bressan, técnicos e companheiros de pesquisas no Arquivo. Ainda, à querida Elisabeth Flores, responsável pela Biblioteca Municipal, sempre atenta à pesquisa, indicando textos, livros e crônicas que pudessem enriquecer este trabalho. Todos me acolheram sempre com cortesia e paciência nas tardes de terça a quinta, mesmo na hora do Arquivo fechar. Grato pelos cafés, pela diligência e prosas agradáveis.

Ao generoso professor Ângelo Alves Carrara, sempre apoiando e disponibilizando seu tempo, talento e conhecimento para todos. Grato pela orientação informal, pela generosidade e consideração.

## RESUMO

ALMEIDA, Leonardo Augusto de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2017. **Políticas patrimoniais no Brasil: um estudo sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá – Minas Gerais.** Orientadora: Priscila Ribeiro Dorella

No século XX, cresceu no Brasil assim como em diversos países, o interesse pelo patrimônio histórico e artístico *nacional*. Estrategicamente, o governo central brasileiro, criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937. Durante 30 anos esta agência federal produziu documentos, realizou tombamentos e oficializou o patrimônio cultural do país. A partir dos anos 1960 e mais fortemente a partir da década seguinte, as unidades da federação criaram seus institutos estaduais do patrimônio. O protagonismo do IPHAN e esta primeira fase de descentralização política e administrativa do patrimônio cultural ampliaram os debates sobre memória, história e patrimônio no Brasil. É a partir dos anos 1990 que os municípios, estimulados por uma nova onda descentralizadora, ampliadora da participação dos entes federativos nas políticas públicas e mesmo da sociedade civil na assunção comunitária das demandas sociais, serão convidados a também protagonizarem, e institucionalizarão seus conselhos municipais de patrimônio cultural. A proposta desta investigação é destacar uma dentre as várias possibilidades de leitura dos documentos (atas, dossiês, portarias, decretos) produzidos pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, Minas Gerais. A ideia de poder acompanhar o processo de municipalização do patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais, através da leitura desses textos, inspirou a presente dissertação.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Leonardo Augusto de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2017. **Patrimonial policies in Brazil: a study on the Deliberative Council of Cultural Heritage of the municipality of Ubá - Minas Gerais.** Adviser: Priscila Ribeiro Dorella

In the twentieth century, the interest in national historical and artistic heritage grew in Brazil as well as in several countries. Strategically, the Brazilian central government created the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) in 1937. For 30 years this federal agency produced documents, made records and officialized the country's cultural heritage. From the 1960s and more strongly from the following decade, the federation units created their state heritage institutes. The protagonism of IPHAN and this first phase of political and administrative decentralization of cultural heritage broadened the debates about memory, history and heritage in Brazil. It is from the 1990s that municipalities, stimulated by a new decentralizing wave, amplifying the participation of federative entities in public policies and even of civil society in the community assumption of social demands, will be invited to also lead and institutionalize their municipal councils of cultural heritage. The purpose of this research is to highlight one of the various possibilities for reading the documents (minutes, dossiers, ordinances, decrees) produced by the Deliberative Council of the Cultural Heritage of Ubá, Minas Gerais. The idea of being able to follow the process of municipalization of the cultural heritage in Ubá, Minas Gerais, through the reading of these texts, inspired the present dissertation.

## SUMÁRIO

### PARTE 1

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO 1 - O Estado Nacional fundamenta as bases para a criação de sua agência de patrimônio</b> .....	11
1.1 A produção de uma identidade nacional.....	13
1.2 Políticas culturais e reflexões sobre patrimônios e bens culturais.....	19
1.3 O patrimônio cultural na formação da identidade nacional.....	28
<b>CAPÍTULO 2 – O SPHAN e a construção do patrimônio nacional em Minas Gerais</b> .....	33
2.1 Descentralização das políticas de patrimônio no Brasil – 1960 – 1995.....	40
2.2 Incentivos financeiros e novos protagonistas na gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais – 1995 – 2012.....	46
<b>CAPÍTULO 3 - A criação dos conselhos municipais de patrimônio cultural: O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – Minas Gerais (1988 – 2012)</b> .....	56
3.1 Patrimônio cultural e paisagens de Ubá.....	57
3.2 O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – PARTE 1</b> .....	88

### PARTE 2

<b>Memorial descritivo do(s) produto(s) desenvolvido(s) a partir dos textos e contextos do mestrado profissional em patrimônio cultural, paisagens e cidadania da UFV</b> .....	92
---	----

1. Docência no Ensino Básico e Técnico.....	96
2. Planejamento, organização e execução do I Encontro Patrimônio e Paisagens de Ubá.....	102
3. Oficina e capacitação de conselheiros municipais de patrimônio cultura.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – PARTE 2.....</b>	<b>139</b>
<b>FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>144</b>

## INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico e artístico nacional tem uma história que remete aos anos 1930, quando os primeiros bens culturais eleitos pela agência federal do patrimônio e a própria institucionalização de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico foram planejados, organizados e estruturados. Até os anos 1960 o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi a instituição executiva do patrimônio cultural no Brasil. A partir de então, as unidades da federação e alguns municípios institucionalizam suas agências de patrimônio cultural, num processo de descentralização das atividades de eleição de bens culturais significativos para os estados e municípios.

Mas será especialmente a partir dos anos 1990, em decorrência da Constituição Federal de 1988, que confere maior autonomia para os entes federativos que os municípios passam a se corresponsabilizar pelo patrimônio cultural local, especialmente em função das competências comuns aos estados, união e municípios, no tocante ao patrimônio cultural, elencadas no artigo vinte e três.

Nesse sentido este trabalho procurará apresentar uma leitura do processo de patrimonialização no território brasileiro, enfocando a centralização inicial, o processo de descentralização iniciado nos anos 1960 e mais fortemente nos anos 1970 em Minas Gerais, com a criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e os desdobramentos da continuidade da descentralização com a responsabilização dos municípios pela proteção dos documentos, obras e outros bens culturais a partir de 1988. Nesse sentido pretende-se tratar do processo de descentralização, ampliação da participação de novos agentes e novas agências patrimonializadoras, tanto nas unidades da federação como, especialmente, nos municípios, onde os conselhos municipais de patrimônio cultural podem apontar a maior participação comunitária nos processos de eleição de bens culturais representativos de uma coletividade.

A pesquisa aqui apresentada também discorre sobre a institucionalização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – Minas Gerais. Os conselhos municipais de patrimônio cultural são estruturas institucionais colegiadas que podem trabalhar consultiva ou deliberativamente. Em Minas Gerais existe um estímulo para a institucionalização destes conselhos desde 1995, ocasião em que entra em vigor no estado o chamado ICMS Cultural, através da Lei 12.040 de 1995.

Nesse sentido, propõe-se como recorte temporal do trabalho, especificamente no que diz respeito à institucionalização de agências municipais de patrimônio cultural, o período imediatamente anterior à execução do incentivo fiscal para as atividades culturais no estado de Minas Gerais a fim de compreender o contexto mais amplo em que este ato legislativo e sua operacionalização administrativa passam a vigorar. Assim a proposta inicial de trabalho foi delimitar o período de 1988 até 2014. Com a investigação em andamento, observou-se que, como os conselheiros municipais de patrimônio cultural têm seus mandatos coincidentes com os mandatos políticos dos prefeitos eleitos, um novo recorte temporal se justificava: em 2012 terminava o mandato do prefeito municipal de Ubá, Edvaldo Baião Albino, de modo que também ali findava um mandato de 14 conselheiros, entre titulares e suplentes. Uma breve nota explicativa: 1988 é o ano em que foi promulgada a Constituição Federal em vigor, e esse instrumento legislativo trouxe a previsão de ações descentralizadas, compartilhadas entre os entes federativos no que diz respeito à cultura em geral e ao patrimônio cultural particularmente. Desse modo, corrigiu-se um rumo inicial repensando o período de análise e investigação documental, o período de 1988 até 2012.

O objetivo central desta pesquisa é investigar, caracterizar e procurar compreender o processo mediante o qual as políticas de patrimonialização de bens culturais se implantaram e desenvolveram no município de Ubá – Minas Gerais. Pretende-se analisar a institucionalização, pelo poder público, do processo de patrimonialização de bens culturais. Essa investigação pressupõe a compreensão de um processo mais amplo de institucionalização dos conselhos municipais de patrimônio cultural, especialmente realizando um aprofundamento no caso do município de Ubá nos dezesseis primeiros anos de sua existência. Para tanto, alguns referenciais teóricos deverão balizar a discussão e o debate sobre patrimônio e, entre esses, podem-se destacar: patrimônio cultural, memória, identidade, paisagens culturais e efetividade deliberativa dos conselhos municipais de patrimônio cultural.

Ubá é centro sub-regional, com população estimada em 112.000 habitantes (2017) e, aproximadamente, 300.000 habitantes em sua área de influência direta. O município é o segundo em população e o terceiro em produção econômica regional. Ubá localiza-se a 60 quilômetros de Viçosa e 110 quilômetros de Juiz de Fora, capital regional, bem como, aproximadamente, 300 quilômetros de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro.

A cidade tem sua economia baseada nas atividades industriais e no setor terciário da economia, com expressivo comércio e serviços variados, sendo sede de diversas agências estaduais, como, por exemplo, a Superintendência Regional de Ensino, a Superintendência de Regularização Ambiental (e, por isso, do Instituto Estadual de Florestas), Coordenadoria

Regional do Departamento Estadual de Rodovias, Gerência Regional de Saúde, entre outras. Possui ainda um pequeno campus da Universidade do Estado de Minas Gerais e duas instituições de ensino superior particulares, além de diversos equipamentos, bens, processos e documentos patrimonializáveis.

Um breve esclarecimento sobre o recorte temático merece ser apresentado. Minha formação, graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pode auxiliar na compreensão do objeto investigado, a ação e atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Durante a graduação tive a oportunidade de tomar conhecimento das questões relativas ao poder, ao poder político, ao poder estatal e ao poder público, à sociedade civil, organizada ou não, bem como as questões e disputas inerentes à política, às instituições participativas, sua efetividade deliberativa, enfim, também aos movimentos sociais e o campo vasto que é a disputa por espaços no poder público, no imaginário social, nas decisões de natureza política nacional, estadual, municipal, microrregional e local.

Nesse sentido, entre 1995 e 1997 ainda trabalhei na condição de bolsista de iniciação científica do projeto “Memória e trajetória de trabalhadores rurais de Minas Gerais” desenvolvido pelo Centro de Estudos Rurais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. As organizações políticas, sociais e comunitárias tornaram-se temas de investigações, leituras, debates e questionamentos desde então. As memórias e trajetórias de trabalhadores rurais comuns, “liderados”, foram o objeto de estudo daquela pesquisa, usando como metodologia de investigação a história oral. Essa experiência oportunizou-me um interesse pelas questões da narrativa, da memória coletiva e da elaboração acadêmica relativamente a essa temática. Ainda na graduação tive a oportunidade de elaborar uma monografia sobre a reestruturação capitalista e reforma na educação pública com questões de natureza de políticas públicas de Estado em Minas Gerais.

Essa formação deixou marcas profundas em minha trajetória pessoal. De maneira que, quando tive a oportunidade de ingressar no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na Universidade Federal de Viçosa já chegara “contaminado” de experiências na graduação, vinte anos de sala de aula no ensino básico e muitos questionamentos quanto à efetividade e a eficácia das instituições participativas (como os conselhos municipais de políticas públicas) em tempos de dissolução do tecido social. Já havia uma leitura pessoal impressionista da incapacidade do Estado de dar conta ou ser capaz de tantas demandas sociais, especialmente àquelas relativas à saúde, educação, segurança e seguridade social. Nesse sentido, questionava-me sobre a descentralização das políticas culturais de forma ampla e do patrimônio cultural em particular. A transferência de

responsabilidades que anteriormente eram do Estado (e, no caso do patrimônio cultural, da União, do poder executivo federal) para agências públicas, híbridas – com participação social e comunitária e com participação de membros do poder executivo municipal – ou, em outras palavras, agências públicas, mas não estatais, interessava-me como objeto de investigação no sentido de avaliar até que ponto o Estado, ficando com o papel de regulador estaria melhorando seu desempenho na transferência de responsabilidade para as unidades da federação, para os entes federativos e, mesmo, para conselhos municipais gerenciarem determinados bens públicos, mas não estatais. A questão que se interpõe é sobre alargamento dos espaços democráticos ou espaços de participação da sociedade civil em temas até então assumidos pelo Estado Nacional ou pela unidade da federação.

Esses e outros conceitos estruturantes serão pensados para auxiliar na compreensão dos processos de eleição de bens culturais municipais. A pesquisa utilizou um extenso e complexo conjunto de documentos: leis municipais, leis estaduais e federais, atas e regimento do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, documentos do Arquivo Público Municipal de Ubá, trabalhos publicados por memorialistas que tenham o município de Ubá como objeto de seus estudos. Também outros trabalhos de memórias como aqueles dedicados a fazer lembrar memórias de famílias, documentos de natureza acadêmica, didático-pedagógica e cultural, textos e imagens disponibilizadas em sítios eletrônicos na rede global de informações e comunicação, museus virtuais, blog's, observação assistemática de práticas, discursos oficiais registrados em documentos e também dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO -Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Ubá, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural de Ubá.

Uma palavra sobre a questão dos conselhos gestores institucionalizados a partir de 1988 deve ser adiantada nesta apresentação. Neste trabalho esses conselhos são entendidos como instituições públicas de gestão do patrimônio cultural, para o exercício da participação comunitária na esfera pública, estruturas colegiadas, representativos dos interesses coletivos e públicos, instrumentos de assessoria e suporte ao funcionamento dos processos de apropriação social e acompanhamento da execução das políticas públicas dos entes federativos. E, paralelamente, agências dispostas à negociação e intermediação de conflitos de interesse, porque os bens culturais não se apresentam como dados objetivos da realidade, e por isso, podem e precisam ser delimitados.

Ao procurar estudar e compreender o contexto social de ampliação do debate sobre conselhos municipais de patrimônio cultural, descentralização administrativa e participação da sociedade civil na apropriação pública do patrimônio é inescapável refletir que esses fatos acontecem numa época de diminuição do interesse das comunidades sobre temas que parecem secundários quando se avalia as urgências e emergências sociais, em tempos de crise econômica, desenraizamentos, globalização, padronização, uniformização de processos, procedimentos, fragilidades nas agências comunitárias tradicionais, como os sindicatos e as associações comunitárias. Nas palavras do geógrafo David Harvey, a modernidade, paradoxalmente, une a humanidade num “redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” tempo em que é possível identificar um processo de dissolução identitária.<sup>1</sup>

Portanto um dos problemas a ser enfrentado nessa investigação é levar em consideração que existe uma polissemia atribuída à questão do tema e do recorte pensados que serão importantes para tratar dos processos patrimoniais no contexto do município de Ubá e sua microrregião. Este município, localizado na zona da mata central do estado de Minas Gerais, apresenta diferentes possibilidades e desafios no sentido de produção de conhecimento sobre seu Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural. As agências públicas do patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) identificaram, registraram, reconheceram, tombaram bens culturais em diferentes municípios de Minas Gerais, mas o município de Ubá está ainda à margem de um modelo de patrimônio colonial, barroco, ou modernista, por exemplo.

É um município polo microrregional, com uma rede de serviços e comércio diversificados e atividade industrial também importante, especialmente a indústria moveleira. No entanto, observando o patrimônio cultural, é um dos 853 municípios de Minas Gerais. A lista de bens culturais é vasta e diversificada, mas apesar de Ubá institucionalizar um Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural desde 1997, portanto há 20 anos, é possível e preciso refletir sobre o desenvolvimento dos trabalhos desta instituição pública, política, participativa que é um conselho municipal. Esta é a instituição protagonista da gestão dos bens culturais que dizem respeito à identidade ubaense. Para além desta questão é necessário destacar que os nativos, os habitantes do município, estudiosos, memorialistas e interessados

---

<sup>1</sup>HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 17 ed., 2008. p. 7.

nos trabalhos dos conselhos municipais de patrimônio cultural poderão ter acesso a um estudo que apresenta uma história que trata de Ubá. Comparativamente, Ouro Preto, Juiz de Fora e Cataguases foram objeto de diferentes e interessantes pesquisas relacionadas às políticas culturais, diferente de Ubá, que carece de mais produção de conhecimento e difusão acadêmica sobre suas memórias e histórias.

Aqui segue um exemplo, a demografia oferece um importante suporte para pensar o fenômeno do êxodo rural que ocorreu especialmente a partir da segunda metade do século XX na microrregião de Ubá. E assim, por associar à memória ou tradição poderá ser observado o número de edificações ou bens culturais que estariam relacionados com as paisagens rurais do município. Aqui pode-se tratar da dissolução identitária, de quem também nos fala Zygmunt Bauman, em diferentes obras, mas em um caso em especial, pensando questões de identidade, o sociólogo ensina sobre a ambivalência da identidade.<sup>2</sup>

Objetivando tratar dos conceitos estruturantes e operacionais dessa pesquisa alguns estudiosos podem ser destacados, como aqueles que se dedicaram a tratar das questões da memória e identidade no Brasil, como José Reginaldo Santos, Maria Cecília Londres Fonseca e Leonardo BASTRI Castriota, referenciando os estudos sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Os pensadores Peter Burke, David Lowenthal, Dominique Poulot e Françoise Choay apresentarão conceitos que embasarão as discussões teóricas sobre memória, identidade e patrimônios sobre diferentes perspectivas.

É possível que sejam encontrados bens culturais que não sejam de interesse ou, pelo menos, ainda não tenham sido objeto do interesse dos agentes e das agências patrimoniais. Também será levado em consideração que o acesso aos processos por fontes documentadas em instituições públicas não permite mensurar o descompasso entre as compreensões e justificativas dos trabalhos desenvolvidos e selecionados pelos conselheiros municipais, aqui entendidos como especialistas, e as diferentes apreensões e compreensões da comunidade, acerca do que seria patrimônio significativo. Em outras palavras, existem diferenças entre aquilo que vem à luz através da leitura de documentos públicos como uma ata, um ato administrativo registrando uma portaria, decreto, lei, e práticas eventualmente relevantes dos conselhos, dos conselheiros como tal, ou mesmo enquanto cidadãos, destituídos das responsabilidades do cargo. Acredita-se que embates, confrontos ou decisões difíceis que não seriam explicitadas nos documentos tornam a própria leitura dos documentos a leitura de um

---

<sup>2</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade – entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004-2005.

discurso. Em outras palavras, como as atas, portarias, decretos e leis são escritos, lidos, acordados, assinados, um possível “calor” ou uma elevação de temperatura das discussões não são passíveis de serem mensurados. Assim, trata-se de um discurso para ser publicado, lido e produzir seus efeitos esperados, no sentido de ser cumprido pelos operadores da matéria em questão.

Nesse sentido será possível aferir os ritmos e intensidade dos trabalhos, fluxos de documentos, registros, produções de inventários, ações e atividades promovidas por esta instância colegiada, híbrida, no sentido de ter representação social e institucional, relativa às prefeituras municipais e o caso exemplar do município de Ubá. O viés da pesquisa está concentrado na busca dos resultados. Neste aspecto salienta-se que outros estudos merecem ser realizados, para investigar, por exemplo, a dinâmica interna, os atores, as relações de natureza política dos conselheiros com a esfera municipal ou estadual, ou mesmo uma abordagem histórica institucional mais ampla. Para os fins dessa investigação e pesquisa a leitura dos documentos concentrou-se na busca dos resultados alcançados pela institucionalização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – MG.

Para além das fontes relativas ao conselho municipal de patrimônio cultural e em função dos debates teóricos que a questão do patrimônio cultural evoca, utilizar-se-á, para fins de aprofundamento teórico e metodológico, estudos de diferentes campos do conhecimento, especialmente da história, arquitetura, antropologia, ciências sociais, direito e, em alguns momentos, arquivologia, museologia. Sempre com referência central nos trabalhos desenvolvidos por processos de patrimonialização. Assim será necessário conhecer os trabalhos que tiveram o município de Ubá como objeto de investigação e propor um diálogo entre as teorias e técnicas metodológicas sobre os temas discutidos e os processos patrimoniais executados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Para empreender essa discussão será importante uma contextualização das narrativas sobre o patrimônio cultural no Brasil. Compreender a evolução dos processos de patrimonialização no âmbito do poder público federal, em seus primeiros momentos, atos administrativos, legislativos e a construção de argumentos que justificam os bens culturais a serem selecionados para preservação, conservação e memória oficial do Brasil.

E nesse ponto surge uma questão que pode ser avaliada no desenvolvimento da investigação: a organização das agências estaduais do patrimônio cultural e especialmente, dos conselhos municipais de patrimônio cultural teria relação, no sentido de utilizar como parâmetro, modelo de trabalho, referência de procedimentos, com a agência nacional? Relação que poderá ser pensada ou ressaltada como modelar, padronizadora, de matriz de

especificações e instrumentos jurídicos, entre outras possíveis e investigáveis. Durante a discussão e a apresentação dos resultados encontrados pode-se afirmar que sim. Desde a nomenclatura, passando pelos procedimentos administrativos e jurídicos, a agência nacional do patrimônio cultural é modelo e fonte para as unidades da federação e os municípios. Um exemplo é o tombamento como “instrumento” de preservação e proteção de edificações, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos.

A partir das referências teóricas e metodológicas sumariamente descritas e da investigação das fontes delimitadas, além da bibliografia que procura oferecer subsídios aos temas trabalhados, serão tratadas temáticas que se desdobraram como resultado das inferências advindas da atividade intelectual. Nesse sentido propõe-se que a primeira parte do trabalho seja desenvolvida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Uma breve história do patrimônio: a memória nacional” pretendeu-se trabalhar, rever e revisitar a memória nacional oficial através de uma análise de trabalhos com perspectiva histórica, que permitem refletir sobre a institucionalização do IPHAN, suas práticas e desenvolvimento. Não se pretende, nesse primeiro momento, um aprofundamento do debate, mas um panorama do tema no Brasil, já pensado e discutido em diferentes trabalhos. Aqui o contexto histórico será amplo, desde os anos 1930 até os anos 1970, esses últimos marcados pela primeira onda de descentralização das políticas de patrimônio no país. Ainda que apresentando uma leitura panorâmica, este capítulo foi estruturado e pensando no sentido de entender como a perspectiva histórica pode auxiliar tanto na compreensão do problema da pesquisa de forma geral como, mais especificamente, as relações entre teoria e prática na constituição dos conselhos municipais de patrimônio cultural.

O capítulo dois pretende contextualizar, tratar, descrever e analisar a gênese do processo de descentralização das atividades relativas ao patrimônio cultural nacional a partir da organização do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. O título é “Descentralização das políticas de patrimônio no Brasil -1960 – 1995” . Pretende-se pensar e discutir as consequências desta primeira divisão de responsabilidades entre a União e os entes federativos, especialmente o caso de Minas Gerais.

No capítulo três pretende-se tratar do aprofundamento da descentralização administrativa oriunda do novo pacto federativo pós 1988, discutindo uma possível ampliação e participação social e comunitária nas questões relativas ao patrimônio cultural com a institucionalização dos conselhos municipais de patrimônio cultural. Intitulado “A criação dos conselhos municipais de patrimônio cultural: O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

de Ubá – Minas Gerais (1988 – 2012)”, o capítulo tem como objetivo apresentar uma descrição de fatos, registros e processos registrados e documentados pelo conselho do patrimônio cultural, bem como de atos administrativos da prefeitura municipal e da câmara municipal de Ubá que fomentarão a discussão dos trabalhos realizados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

De antemão reforça-se o reconhecimento dos limites que os documentos comportam. Conforme já afirmado, a opção é de natureza metodológica e reflete, a partir dos limites reconhecidos na exclusividade do registro documentado, que outras abordagens podem gerar diferentes compreensões. Assim, cumpre registrar que neste trabalho os documentos que fornecem as informações para subsidiar a discussão são interpretados como um discurso produzido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, especialmente no período de sua institucionalização até o ano de 2012.

Uma forma de reconhecer a importância e relevância do já realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá está contida, revelada e explicitada nos documentos, leis, arquivos e processos que guardam e preservam as memórias de uma comunidade, de uma coletividade. Esses documentos foram produzidos, guardados e identificados, pensados e debatidos por “pessoas especiais”, que tratam do patrimônio, pessoas que podem se preocupar com bens coletivos partilháveis, e essas pessoas seriam, geralmente, os historiadores, artistas, arquitetos, antropólogos, jornalistas, intelectuais, memorialistas, cronistas de uma comunidade ou sociedade.

A parte dois da dissertação apresentará um relatório de ações e projetos desenvolvidos durante os anos de 2016 e 2017 como produtos planejados, organizados e desenvolvidos a partir dos textos e contextos do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Como parte da formação acadêmico-profissional este mestrado solicita também, como exigência para a formação completa como Mestre em Ciência, a realização de um produto a ser ofertado para a sociedade. Nesse sentido três projetos foram realizados como produtos deste mestrado.

O primeiro projeto, desdobrado em duas atividades principais, diz respeito à prática docente. Como professor, o tema do patrimônio cultural passou a fazer parte do saber fazer docente, qualificando os planejamentos anuais, os planos de trabalho trimestral e enriquecendo as discussões em sala de aula. Duas frentes principais podem ser destacadas, a participação, como palestrante, na Semana Acadêmica do Curso Técnico em Meio Ambiente, tratando das paisagens culturais de Ubá, e a apresentação de proposta de uma disciplina sobre Patrimônio Cultural para o “Projeto Coração Aberto”, curso livre instituído em 2007, voltado

para ex-alunas e comunidade. A documentação relativa ao Encontro está contida no item 1 da segunda parte da presente dissertação.

O segundo projeto/produto, desenvolvido em trabalho coletivo - uma equipe de três acadêmicos do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania- os três planejamos, organizamos e executamos o I “Encontro microrregional patrimônio e paisagens de Ubá”, realizado no dia 22 de julho de 2016. Neste encontro tivemos a oportunidade de contar com 54 participantes no turno matutino e 42 no vespertino, com atividades como palestra de abertura, mesas redondas, apresentação artística e troca de saberes. A ementa do “Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem” afirmava que o mesmo pretendeu discutir questões relacionadas ao patrimônio cultural na atualidade e sua relação com o cotidiano, através da problematização de conceitos como história, memória, patrimônio, identidade e paisagem. A documentação relativa ao Encontro está contida no item 2 da segunda parte da dissertação.

Ainda, como terceiro projeto/produto está em processo de andamento três reuniões de capacitação realizadas entre este que escreve e os conselheiros do patrimônio cultural de Ubá (gestão 2017 – 2020) As duas primeiras atividades de capacitação ocorreram nos dias 04 e 18 de maio próximo passado. E está agendada para o dia 20 de julho a terceira atividade de capacitação. Nas tratativas com a Secretaria de Cultura do município, na pessoa do secretário Vinícius Samôr de Lacerda e dois de seus assessores, Marcela Vieira Mello e Cosme Elias, acertou-se a realização de uma oficina sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Além da documentação sobre a realização da oficina, o material didático (apostila) constará no item 3 da segunda parte da dissertação.

Finalizando a dissertação propõe-se, a título de considerações finais, a avaliação dos resultados alcançados pela pesquisa e os possíveis pontos que poderão ser ampliados e discutidos em outros trabalhos que tenham como objeto de investigação a municipalização do patrimônio cultural, a participação comunitária nesse debate e os desafios e possibilidades deste modelo de política pública.

## CAPÍTULO 1

### O Estado Nacional fundamenta as bases para a criação de sua agência de patrimônio

Pensar as políticas públicas sobre memória coletiva é trabalho que exige disposição para pesquisar, conhecer e refletir, num primeiro momento, sobre as políticas nacionais de memória ou patrimônio cultural. De forma geral é possível afirmar que as políticas de memória oficial ou estatal, pública, coletiva, tiveram início no Brasil especialmente a partir dos anos 1930. Ainda que estudiosos e pesquisadores atentem para o fato de que sejam encontrados documentos que demonstrem o interesse pela manutenção ou preservação de edificações desde o século XVIII, o empenho em identificar e criar uma instituição pública que estivesse envolvida com o patrimônio brasileiro inevitavelmente passa pelo reconhecimento do Decreto-Lei nº 25 de 1937, criador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>3</sup>. Nas palavras da professora e pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira, o SPHAN pode ser compreendido como a academia que institui o patrimônio no Brasil.<sup>4</sup>

Será o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que indicará, classificará, organizará e “legislará” sobre o patrimônio no Brasil. Durante praticamente trinta anos a “academia” foi a agência governamental que tratou do patrimônio no território brasileiro. Portanto, grande parte dos avanços na pesquisa patrimonial no Brasil tem relação com o trabalho desenvolvido pelo IPHAN.

É a partir dos anos 1990, e, portanto, há aproximadamente vinte e cinco anos, que irá ocorrer uma maior divulgação do conhecimento sobre o campo do patrimônio com trabalhos acadêmicos que serão referências nas produções e discussões para os estudiosos do patrimônio. A antropologia e a sociologia acrescentam temas e problemas ao debate até então realizado, sobretudo por historiadores, arquitetos e artistas. Um exemplo já clássico é o trabalho de José Reginaldo Gonçalves, “Retórica da Perda”, de 1996.

Assim, ainda que seja possível identificar uma inflação nos números, nas tipologias, na abrangência de patrimônios, com a certificação global, nacional, municipal, especialmente

---

<sup>3</sup>BRAGA, Vanusa Moreira. **Relíquia e exemplo, saudade e esperança:** o SPHAN e a consagração de Ouro Preto. (Dissertação) Mestrado-CEPDOC-FGV: Rio de Janeiro, 2010.

<sup>4</sup>OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Anotações pessoas de conferência “Interdisciplinaridade: desafios e avanços no estudo do patrimônio”. 1º Simpósio dos Mestrados Profissionais em Patrimônio e Bens Culturais. UFV, 12 de novembro de 2015.

nas últimas décadas do século XX, as discussões iniciais e as iniciativas nacionais remontam à 2ª metade do século XIX.

Apesar de observar que as discussões e debates têm sua origem no oitocentos, será no século XX que o patrimônio encontrará as condições de institucionalização de agências nacionais, internacionais, regionais e locais sobre o patrimônio cultural. É nesse sentido que uma breve apresentação ao tema do patrimônio nacional servirá de introdução para a compreensão do debate mais amplo da história nacional, história política e história cultural procurando situar o contexto em que o estado nacional fundamenta as bases para a criação de sua agência oficial de patrimônio.

E estabelecendo um diálogo com o modelo de operação do IPHAN, pode-se começar a tratar de duas questões importantes para esta pesquisa, (1) a eleição daquilo que foi objeto de tombamentos, justificativas técnicas, construção de dossiês, inventários, registros ou reconhecimentos, com intenção de fixar, eternizar, consagrar à memória nacional, e (2) as narrativas discursivas que as regiões ou cidades preteridas ou esquecidas pelos processos de patrimônio construirão sobre suas memórias coletivas.

Nesse sentido o quadro teórico esboçado compreende diálogos entre a história cultural de forma panorâmica, com interfaces nas abordagens textuais dos discursos produzidos pelas agências e atores envolvidos com o patrimônio, bem como reconhecendo que, para além da história urbana, das questões que remetem ao território, paisagem e paisagem cultural será necessário demarcar ao menos o conhecimento desse debate e suas relações com o patrimônio cultural, seja nacional, seja municipal.

Nesta breve apresentação deste estudo, para reforçar o movimento ascendente do patrimônio, um indicador é o crescente número de pesquisas que abordam o patrimônio cultural em áreas como a arquitetura e a história, tradicionalmente os campos em que o patrimônio foi fundado. Mas, para ampliar e diagnosticar, reforçando o argumento da ampliação dos trabalhos e pesquisas que tem o patrimônio como objeto de investigação, pode-se citar também que a antropologia, a arqueologia, a museologia, a sociologia, o direito, a literatura, a arquivologia, as ciências da informação, a geografia e outras áreas do conhecimento se interessam pelo tema.<sup>5</sup>

E, mais recentemente, outros recortes transdisciplinares continuam gerando trabalhos que abordam os usos sociais do patrimônio, a gestão do patrimônio, políticas públicas

---

<sup>5</sup>Alguns exemplos de textos que demonstram esse crescimento: MOTA (1987) RUBINO (1991), OLIVEIRA (2008), CHUVA (2009), GONÇALVES (1996), FONSECA (1999), SANTOS (1992), entre outros.

patrimoniais, bem como diferentes estudos de casos que tratam dos municípios e suas relações com o patrimônio cultural.<sup>6</sup>

Nesse sentido pode-se tratar da legitimidade conferida ao campo do patrimônio seja pela quantidade e qualidade dos trabalhos produzidos, seja pela argumentação encontrada nesses trabalhos e pesquisas. Há inclusive trabalhos que tratam da ciência do patrimônio, delimitação ainda mais ampla para os estudiosos que tratam das questões relativas à preservação, fruição, apreciação e gestão do patrimônio.<sup>7</sup>

No entanto, apesar da diversidade e riqueza de abordagens relativas ao patrimônio cultural investigado em trabalhos acadêmicos e publicações do campo do patrimônio, existem regiões ou temas que foram menos pesquisados. É o caso da microrregião de Ubá – Minas Gerais, que se encontra fora dos circuitos tradicionais do patrimônio histórico e artístico e, possivelmente, por isso, não apresenta ainda trabalhos publicados que tratam de problematizar o patrimônio municipal eleito e registrado pelo conselho municipal do patrimônio cultural.

Reconhecer que o campo do patrimônio é plural, transdisciplinar, e ainda que, nos últimos anos, vem agregando conteúdos, conceitos e possibilidades são de certa forma, aplicar esta pluralidade e transdisciplinaridade ao imenso acesso à memória que no presente vivencia-se. Uma sociedade que se volta ao passado pode estar indicando uma tensão com as noções de comunidade e identidade no presente. Novamente a conferência da professora Lúcia Lippi Oliveira auxiliará a compreender o que se está procurando expor: a identidade nacional é selecionada a partir de determinados interesses.

### 1.1A produção de uma identidade nacional

Em tempos de globalização, padronização e uniformização, em que a questão do território passa a ser repensada, ocorre interessantemente um fenômeno de registro e inventariamento daquilo que seria originalmente, genuinamente, identificado com o local. Os casos do espumante francês, de determinados queijos e vinhos, doces artesanais, ofícios específicos locais, festas e celebrações que entram para os “mapas” de originalidade cultural são emblemáticos. Assim, ainda que em caráter de introdução, problematiza-se aqui a questão que tanto será abordada, as relações entre memória, identidade e nação ou, em outras palavras, o patrimônio como um dos suportes da identidade nacional, e desenvolvendo o

---

<sup>6</sup> Alguns exemplos de textos que demonstram essa dinamização: TORTORIELLO (2011) WAN-DALL JUNIOR (2013), CAJAZEIRO (2010), PAIVA (2014), ARMELINI (2008), LAGE (2014), MARTINS (2015), entre outros.

<sup>7</sup> MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha, - Ciência do patrimônio a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais. (Dissertação) Mestrado em Belas Artes. UFMG, 2015.

trabalho, verificar a pertinência em tratar da identidade local ou municipal, regional, relacionando-as ao trabalho dos conselhos municipais de patrimônio cultural.

Porque se é possível tratar atualmente das novas configurações do patrimônio e associá-las também à memória e identidade, agora não mais, ou não apenas nacional, é possível (re) discutir e (re) descobrir numa leitura algumas vezes apresentada como possível, a ideia de que a memória oficial nacional foi construída. Sim, também foi construída, como hoje em dia estariam em construção novas identidades comunitárias e institucionais num movimento que expande a noção de patrimônio e de memórias identitárias.

Para os fins deste trabalho uma leitura necessária e encontrada em pesquisas sobre políticas públicas e gestão do patrimônio trata da descentralização das atividades patrimoniais observadas a partir dos anos 1960, com a criação dos primeiros institutos estaduais do patrimônio e participação da sociedade, especialmente a partir dos anos 1990 como desdobramento da Constituição Federal, através dos conselhos municipais de patrimônio cultural. Aqui também é possível encontrar uma bibliografia crescente, especialmente na forma de artigos e trabalhos acadêmicos.<sup>8</sup>

Uma questão que merece uma breve reflexão diz respeito aos riscos da banalização do patrimônio cultural. Se avaliarmos numericamente, o crescimento de listas de patrimônio de toda a humanidade até os números dos bens culturais registrados em municípios brasileiros pode-se questionar uma inflação, uma aceleração dos reconhecimentos, inventários, registros, tombamentos que podem estar a indicar que os bens selecionados para fazer lembrar no presente o que fora um passado determinado estaria em profusão justamente porque este passado determinado estaria se esvaziando de sentido e conteúdo social, havendo risco de uma espécie de patrimonialismo vulgar, expressão deste que escreve. Reforça-se aqui o que José Reginaldo Gonçalves tratou no seu livro sobre a retórica ou os discursos e as narrativas da perda.

O estado nacional foi o primeiro formulador de políticas patrimoniais. Iniciativas políticas provinciais ou estaduais isoladas reforçam o que se afirma. Existem diferentes trabalhos que identificam e indicam as fases que o atual IPHAN vivenciou. Na primeira fase de trabalho do atual IPHAN o patrimonializado consagrava as edificações ou as coleções que

---

<sup>8</sup>Alguns exemplos de textos sobre políticas públicas e gestão do patrimônio: CUNHA (1997), GOMES (2011), SOUZA E SILVA (2008), LAGE (2014), POZZER (2011), CALI (2005), entre outros.

pudessem criar uma identidade nacional, o país estava construindo uma imagem para ser associada à nacionalidade brasileira.<sup>9</sup>

As narrativas dos intelectuais nacionalistas, a respeito do patrimônio cultural brasileiro e, especificamente, de Ouro Preto, foram construídos através do que José Reginaldo Gonçalves denominou de “retórica da perda”.<sup>10</sup> Um esforço de apropriação, destinado a responder a uma situação de perda e, por isso, procura de propósitos ilustrativos para a construção da identidade nacional. Ou seja, a “perda” e a fragmentação identitária justificam os discursos que se opõem ao processo de destruição e são, ao mesmo tempo, criadores da justificativa que pretende desse modo, e simultaneamente, transformar em patrimônios culturais os objetos que estão sendo perdidos.<sup>11</sup>

Cabe lembrar que as identidades nacionais são criadas e imaginadas<sup>12</sup>: o país ou a nação era/é mestiça, formado por diferentes tradições ou identidades que haviam sofrido diferentes rupturas: indígenas perderam grande parte de suas tradições/identidades; povos escravizados durante mais de 300 anos, diferentes grupos étnicos de migrantes também buscavam suas novas identidades; os vários grupos imigrantes revelam e reforçam a necessidade de associar bens e tradições ao *brasileiro* que se criava no imaginário popular.

Nesse sentido, e pensando no fenômeno humano como dotado de dinamismo, transformação e mudança, pode-se inferir que a história do homem é a história do homem em movimento. E, no caso da formação política, social e cultural de um “estado nação” plurinacional e multiétnico, com uma história colonial que deixaria vestígios e permanências dos diferentes grupos identitários regionais o trabalho de criar a identidade também pretendia caracterizar a nacionalidade brasileira. A questão aqui posta é o trabalho de construir uma identidade para uma nação, ou um estado nação, com ênfase no poder público, especialmente do poder executivo federal.<sup>13</sup> E será fundamental identificar os monumentos nacionais, os bens culturais que tratam a história e as artes nacionais, trabalho atribuído à agência nacional do patrimônio.

Segundo José Reginaldo Gonçalves, o discurso e a política patrimonial pautaram-se em um determinado paradigma de história. Assim, a estratégia assumida pelo SPHAN é a de

---

<sup>9</sup> Publicações do SPHAN, número 31. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória.** SPHAN: Rio de Janeiro, 1980.

<sup>10</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

<sup>11</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. Cit.*

<sup>12</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-IPHAN, 1997.

<sup>13</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. Cit.*

objetividade e racionalidade, que tem por objetivo registrar de forma rigorosa os acontecimentos, personagens e objetos relacionados ao patrimônio histórico e artístico nacional. O passado é valorizado pelo seu papel exemplar.<sup>14</sup>

Ocorre ainda que o patrimônio cultural de uma sociedade pode ser pensado como incomensurável e o patrimônio oficial é objeto de escolha e eleição daquilo que, exatamente por estar na condição de quase esquecimento ou perda deve ser lembrado e recuperado, preservado<sup>15</sup>. Nesses termos será possível compreender que as relações de poder (especialmente do poder de determinar o que será um bem cultural) serão importantes para o entendimento de que o presente estaria prenhe de passados e alguns “partos” serão realizados, enquanto outros deverão ser esquecidos.

O poder público, e especialmente no período avaliado, o poder executivo federal, ao tomar para si a tarefa de localizar, conhecer, divulgar, publicizar o patrimônio nacional realiza um trabalho processual, inclusive no campo do direito, que se assemelha, de mirada, aos processos de canonização realizados por outras instituições sociais que são guardiãs de memórias e histórias de fundadores de religiões, suas palavras, gestos, representações artísticas, documentos produzidos interna ou externamente à instituição, mas que tratam de sua história, origens e identidade.

Nesse sentido, muito contribuem os diferentes trabalhos sobre as origens dos primeiros museus e arquivos conhecidos ou relatados, que podem iluminar esta discussão e reforçar o elo entre nação e invenção de tradições ou escolha, eleição de bens simbólicos daquilo que se pretende compreender como “monumentos de lembrança”<sup>16</sup>. Assim reafirma-se uma tensão possível nas análises interpretativas do patrimônio, tensões e disputas que ora podem ser percebidas em torno dos conceitos, da necessidade de justificativas para que um bem de valor afetivo, espiritual, comunitário, possa convencer outros agentes e as comunidades que aquele valor é cultural e, portanto, tem relevância social e estará presente nas afirmadas tensões que balizam a sociedade civil, os governos e os estados nacionais.

A proteção jurídica de um bem pelo poder público e a criação de memórias coletivas a partir de instrumentos jurídicos como inventariamento, registro em livros específicos, tombamento e destombamento, demonstram o dinamismo, as tensões que a área do patrimônio pode indicar e demandar. No período em estudo e investigação, especialmente

---

<sup>14</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op. Cit.*

<sup>15</sup> POZZER, Márcio R. O. **Políticas públicas para o patrimônio cultural na América Latina**: as experiências brasileira e equatoriana e o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento. (Dissertação) Mestrado. USP. São Paulo, 2011.

<sup>16</sup> POZZER, Márcio R. O. Os paradigmas da administração pública e as políticas de patrimônio cultural em museus de Brasil e México. (Tese) Doutorado. PPG Interunidades Integração América Latina. USP São Paulo, 2015.

entre o final da década de 1930 e até também o fim dos anos 1960, o patrimônio era o que o SPHAN indicasse. E o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pode ser entendido como a agência operacional e academia, por excelência, do patrimônio no Brasil.

Aqui cabe uma palavra sobre o município de Ubá: no período referido acima, nenhum bem cultural fora objeto de tombamento ou qualquer outro ato administrativo pelo SPHAN. Em 1963, através de uma lei (Lei 541/1963) a Câmara Municipal de Ubá decreta monumento municipal o edifício que abrigou o escritório de Cesário Alvim, conhecido como Torreão de Cesário Alvim. Observa-se uma metodologia *sui generis* de gestão do patrimônio cultural, que naquele período não contava com um organismo específico para tratar do patrimônio cultural, decretar, via Câmara Municipal, uma edificação única, nos arredores da Estação Ferroviária, naquela época em utilização, o primeiro monumento municipal de Ubá. Chama a atenção a semelhança de nomenclatura, o uso do termo tombamento, o uso do termo monumento, o fato de ser edificado, original, antigo e ligado a uma pessoa importante na história política e econômica de Ubá.

Nesse sentido esses processos demonstram também que os monumentos ou edificações, conjuntos arquitetônicos ou, numa metáfora, essas “âncoras” são capazes de fixar “instantes” congelados na forma de bens culturais. E, a partir dessa observação, reforçar a capacidade de negociação de possíveis conflitos que permeiam o campo do patrimônio.

Dessa forma os bens, edificações, conjuntos urbanos, obras de arte, coleções, acervos, ruínas, museus e outros patrimônios nacionais conferiam uma identidade nacional, através dos bens culturais patrimonializados. Alguns estudos indicam que esta seria uma visão iluminista de cultura, relacionada à civilização e erudição. E nesse sentido o patrimônio cultural de uma nação inscreve-se sobre o signo do insubstituível.<sup>17</sup>

Durante os anos 1950 e 1960 a atuação do SPHAN acompanha essas tendências e incorpora as ampliações porque passava o debate sobre o patrimônio. Sítios históricos, conjuntos urbanos, patrimônio arqueológico são exemplos das incorporações dos debates que o campo do patrimônio realizava. Intercâmbios com instituições internacionais que se organizavam como o centro internacional para o estudo da preservação e restauro de bens culturais (ICCROM) e centro internacional de monumentos e sítios (ICOMOS) pavimentavam o caminho para a amplificação dos interesses pelo patrimônio.

Esta concepção vai sendo ampliada de tal maneira que ocorre a incorporação das paisagens urbanas, da cultura popular, do patrimônio imaterial e, nos debates acadêmicos,

---

<sup>17</sup>POZZER, *apud* CHOAY, 2001. *Op. cit.* (p.35)

uma crítica antropológica ao conceito de cultura, que passa a ser amplificado, rediscutido e apropriado socialmente. O vocabulário do patrimônio incorpora novos termos - áreas de conservação, parques naturais, paisagem cultural, política urbana, revalorização da memória local - e os trabalhadores do patrimônio vão incorporando novos sujeitos (inicialmente arquitetos e historiadores): antropólogos, sociólogos, arqueólogos, museólogos, educadores, assistentes sociais, entre outros.<sup>18</sup>

A construção de narrativas urbanas, o registro de bens e a descentralização das atividades patrimoniais revelam ou traduzem as diferentes concepções de Estado que o Brasil pensou e repensou no século XX. Desde o fim dos anos 1960, será possível observar, na formulação de políticas públicas estaduais, na criação dos institutos estaduais de patrimônio (Paraná, 1948-1962; Rio Grande do Norte, 1963-1981; Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, 1964, Bahia, 1967, São Paulo, 1968 e Minas Gerais, 1971)<sup>19</sup> políticas patrimoniais, na reorganização do estado que se consolida com a Constituição Federal de 1988, a forma e interpretação do patrimônio e a participação popular nas decisões. A partir de então está estabelecido que o patrimônio cultural é competência comum da União, dos estados e dos municípios, distribuindo assim responsabilidades e funções para os 5570 municípios brasileiros. Observa-se um crescimento de conselhos municipais de patrimônio cultural e uma ampliação no número de bens e modos de fazer registrados em todos os níveis.

Em termos metafóricos pode-se ler aqui um processo de “horizontalização” das decisões sobre bens culturais municipais, com o direito das comunidades decidirem o que será memória coletiva municipal e a inclusão de novos atores e agências públicas da memória. Se até os anos 1960 poderia se tratar de uma agência verticalizada, centralizadora do patrimônio nacional, observar-se-á uma primeira transferência de responsabilidades, funções, tarefas e produção e proteção do patrimônio cultural, primeiramente com as agências estaduais, e num segundo momento com os conselhos municipais de patrimônio cultural, já nos anos 1990.

A partir desse ponto segue uma reflexão teórica e metodológica sobre alguns dos conceitos fundantes para a compreensão do próprio SPHAN, no contexto de sua fundação, mas também num contexto mais amplo de compreensão, da estruturação de uma identidade nacional por parte do estado nacional, naqueles primeiros momentos – anos vinte e trinta do século passado - com menos de 50 anos de república, com menos de 50 anos do fim oficial da

---

<sup>18</sup> STARLING, Mônica. **Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural.** Governança Deliberativa. Fundação Casa de Ruy Barbosa: Rio de Janeiro, 2012.

<sup>19</sup>FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à Gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.** Tese de doutorado. FAUUSP, 2014.

escravidão e com pouco mais de 100 anos de independência política. O contexto internacional também era de fortes ondas de nacionalismos, com experiências que entraram para a história como o fascismo italiano e o nazismo alemão. Nesse sentido os contextos de reforço identitário eram importantes. Existem casos de times de futebol que alteraram seus nomes porque faziam referência à Itália, existem relatos de campos de imigrantes alemães que foram mantidos isolados porque não seriam suficientemente brasileiros, mesmo morando no Brasil.

## 1.2 Políticas culturais e reflexões sobre o patrimônio e bens culturais

Relativamente ao conceito de patrimônio e especialmente de patrimônio cultural pode-se afirmar que a revalorização do passado e, como consequência, daquilo que já foi edificado, documentado e praticado é importante para a identidade do presente. Estudos históricos apontam que as chamadas “políticas de identidade” tornaram-se importantes em muitos países.<sup>20</sup>

Ao apresentar e problematizar a “invenção da tradição” Burke realiza uma síntese do debate provocado por Eric Hobsbawn com tamanha clareza que permite uma leitura da tradição nacional (ou da ideia de nação) como uma construção. Este ponto interessa particularmente a este trabalho: a construção de uma nacionalidade brasileira passa pela construção do patrimônio nacional. E, de certa forma, pretende-se descrever o processo de construção de um patrimônio municipal. Aqui a palavra construção pode ser pensada como um processo contínuo, desde os primeiros bens inventariados e registrados até novas propostas de inscrição de novos patrimônios municipais.

Assim, será possível discutir que o patrimônio cultural é uma constante valorização, identificação, catalogação, inscrição, reconhecimento, de aspectos materiais, imateriais, que podem ser identificados, selecionados e feitos representativos de uma determinada comunidade. Mas é o processo e a extensão dos patrimônios que chama a atenção. Quantos bens ou práticas caracterizam uma comunidade, uma nacionalidade? Estes processos são homogêneos? Dentro destes processos existiriam peculiaridades e diferenças? O que se está questionando, para exemplificar com um caso simples, são as disputas em torno da forma mais correta ou legítima de realizar uma cerimônia que envolve, por exemplo, a ayahuasca,

---

<sup>20</sup> BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goés de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005.

chá de origem indígena, celebrado e utilizado no território brasileiro por três religiões ayahuasqueiras, mas cada uma com sua tradição ou identidade.

E cultura e tradição são dois conceitos centrais para os historiadores preocupados com o simbólico e suas interpretações. A história cultural será aqui compreendida como exemplo de tradição da cultura em transformação permanente e contínua<sup>21</sup>. Nesse sentido é importante frisar que uma das características do contemporâneo, daquilo que se compreende como atual é a transformação, a modernização, seja, por exemplo, na arquitetura, seja nos processos culturais. A incorporação de novas técnicas e tecnologias que atualizam os modos de produzir e de fazer. Na arquitetura, os novos materiais, na comunicação social, as novas mídias, nas paisagens urbanas, para ficar num exemplo, os nem tão novos corredores exclusivos para o transporte de passageiros em ônibus. Uma dialética que aqui pode ser metaforizada com pares de expressões simbólicas é passagem e continuidade ou o modo contemporâneo e o modo tradicional, este último correndo o risco de ser patrimonializado para não ser esquecido.

A tradição cultural tem seus paradoxos e Peter Burke faz questão de apresentá-los aos leitores de suas obras. Ora chamando a atenção para o pluralismo da tradição, “múltiplas tradições podem coexistir na mesma sociedade”, o que permite aos estudiosos questionar uma unidade ou homogeneidade na tradição<sup>22</sup>. Ora fazendo refletir que a delimitação de uma tradição tem diferentes aspectos e, em função desse fato, podem ocorrer conflitos e disputas entre os participantes de uma determinada tradição, que não seria pura, intacta, mas orgânica e como fato humano, sempre em transformação.

Numa passagem seminal, Burke ressalta que inovações podem mascarar a persistência da tradição, e exemplifica relatando a persistência de atitudes religiosas sob forma secularizada. Trata de indicar que o legado muda no decorrer de sua transmissão para uma nova geração. Nesse ponto penso que, permite-se ao leitor (aqui também “autor”) associar o que problematiza Michel Foucault em diferentes textos onde faz da palavra e da confissão um gesto que atravessa séculos, mesmo que com agentes diferentes: no caso, especialmente da confissão, pode-se associar tradicionalmente à igreja, mas também à investigação policial, às questões de natureza forense e mesmo ao trabalho dos psicanalistas, todos trabalhando a confissão e os usos das palavras. No caso de Foucault o que repousa importante destacar é o poder de arrancar uma confissão, arrancar a verdade do indivíduo, seja através da igreja, da instituição polícia investigativa, da instituição poder judiciário, ou do consultório do

---

<sup>21</sup> Idem., p. 10.

<sup>22</sup> Idem., p. 39.

psicanalista<sup>23</sup>. A associação que se estabelece, livremente, é como a tradição pode manter-se, mas parecer inovação, novidade. E este é apenas um dos problemas que uma análise mais apurada e crítica observa ao estudar em profundidade questões de natureza cultural e identitária.

E aqui também, ainda que o objeto central sejam as políticas patrimoniais da agência nacional, suas escolhas, seus bens culturais indicados, seu *modus operandi*, solicita-se uma compreensão para se reforçar a relação entre patrimônio e agências de memória institucional. O historiador, Filipe Themudo Barata destaca que as religiões são exemplos práticos de processos patrimoniais não estatais, mas públicos. Trabalhos de memória, identidade, história, conservação e preservação artística, arquitetônica, documental, museal, musical, entre outras são práticas institucionais das religiões de uma forma geral.<sup>24</sup>

Dessa forma permite-se um alargamento da discussão e da noção do patrimônio, do instituído, do institucional, público e oficial para outros, que podem ser instituintes e estarem em processo de institucionalização, sejam os conselhos municipais de patrimônio cultural, sejam as iniciativas das organizações sociais que realizam seus próprios trabalhos de memória institucional. Aqui a possibilidade de se ampliar e pluralizar a noção de identidade pode ser evocada. Seriam identidades em permanente construção que podem se utilizar da memória para criar, construir uma história e basear-se numa tradição, num modo particular de saber fazer, praticar, celebrar, festejar e documentar que estariam convivendo com os processos oficiais, mesmo que esquecidos por estes últimos.

Ligando os fatos, com os processos de descentralização administrativa, legislativa, e especialmente da capacidade decisória para os estados e municípios, especialmente se considerar a participação de agentes locais, historiadores, memorialistas, especialistas enfim, emergem os patrimônios locais, como tradições que comunidades preservaram como identidades que podem ser sempre fontes para a compreensão de suas próprias origens e fundamentar aquilo que no município será entendido e compreendido como merecedor do título de patrimônio de uma comunidade determinada. Ainda que a lógica seja circular, aqui interessa problematizar a produção da memória, a produção do patrimônio.

Nesse sentido pode-se propor uma dialética semelhante ao caso da memória: lembrar e esquecer. No exemplo da tradição, a dialética é a da inovação da tradição, traduzida como

---

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. *Gênese e estrutura da antropologia de Kant; e, A ordem do discurso*: tradução de Márcio Fonseca, Salma Muchail e Laura Sampaio. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

<sup>24</sup> BARATA, Filipe Themudo. Anotações pessoais de Conferência intitulada "Patrimônio Cultural Imaterial". Universidade Federal de Viçosa, em 04 de outubro de 2016.

atualização da tradição. Mas sem esquecer que uma tradição sempre foi inventada, iniciada, teve um começo. O caso da partilha do pão entre os católicos é apenas um exemplo ilustrativo. Jesus de Nazaré, celebrando uma páscoa em Jerusalém, numa quinta-feira, às vésperas de sua paixão, inova na partilha do pão e do servir o vinho, tradições judaicas, e suas palavras são solenemente repetidas nas celebrações católicas. A memória semântica das palavras é evocada, a repetição do gesto, das intenções, a solenidade do ato será repetida para fazer lembrar aquilo que um dia foi inaugural. Nesse sentido o patrimônio é o próprio mito narrado, encenado, repetido, muitas vezes também resignificado.

Outro problema posto pela análise de Burke será apresentado na inflação da categoria cultura. Observa o pensador que nos anos 1990 “tudo é cultura”, os historiadores apresentam diversos trabalhos de natureza cultural e, nessa polifonia, acrescenta-se que até o patrimônio é “cultural”. As explicações para diversos fenômenos passam a ter um viés cultural. A antropologia é chamada para explorar e auxiliar na explicação de diferentes fatos que teriam origens culturais.<sup>25</sup>

Avançando em sua problematização o autor trata de colocar em questão a invenção da tradição. “As categorias sociais, antes tratadas como fixas agora parecem fluidas”<sup>26</sup>. Nesse ponto propõe-se um diálogo entre o historiador e o sociólogo Zygmunt Bauman, que também estudará a modernidade como o tempo da fluidez ou liquidez, e assim indicar a partir dessa leitura, que é na modernidade que são criadas as condições para se tratar tão fortemente da preservação cultural, até porque, na modernidade, a cultura está em constante transformação, inovação, reinvenção.

Outra questão que se apresenta na obra de Burke e que merece destaque para o que se pretende tratar nesta investigação é da natureza da relevância da identidade ou da construção e representações da identidade. Especialmente no que diz respeito à política de identidade nacional em tempos em que esta questão se tornou relevante para muitos países. Peter Burke, Zygmunt Bauman e o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, apesar de estudarem e refletirem sobre objetos diferentes tem em comum a agudeza de percepção de que estamos em tempos distópicos e, cada um a sua maneira, permite lembrar que a identidade nacional também fora um projeto da modernidade.

E uma a leitura possível e comum aos autores é que estamos a enfrentar os desafios que os projetos da modernidade não realizados deixaram para as gerações contemporâneas.

---

<sup>25</sup> BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p. 45-48.

<sup>26</sup> BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p. 107.

Aqui acrescento o desafio de inventar, criar, descobrir e decidir o que será o patrimônio identitário de uma nação, de um estado membro de uma nação e de um município.

Repensando a questão da história cultural e os problemas que o debate sobre a definição de cultura, as diferentes apropriações semânticas que comporta esta categoria, toda a polifonia em torno do termo, ainda é possível pensar a cultura como parte de um campo ainda mais amplo, a história social. Burke apresenta uma inclinação, reservar à categoria cultural aquilo que ele nomeia como “natural” (exemplos: sonhos e memória) e quanto aos artefatos culturais, propõe empregar o termo história social. Tratar de memória social, suas funções, transmissão e seus diferentes usos, bem como dos usos da amnésia social serão importante para compreender como a história também é uma seleção daquilo que deverá ser lembrado.

O autor compreende que as ambivalências sobre essas definições têm relação com o método a ser trabalhado. Ao exemplificar como o conceito de história cultural e nova história cultural foram ampliados, incorporando diferentes abordagens e por isso, fortaleceu a disciplina história no âmbito da academia, propõe-se aqui uma analogia, relativamente ao patrimônio cultural, conceito síntese que acaba incorporando uma extensão de adjetivos, como por exemplo, artístico, arqueológico, arquitetônico, documental, genético, histórico, natural, misto, paleontológico, entre outros. E, por extensão, essa ampliação, incorporadora de diferentes abordagens também fortalece o campo do patrimônio na academia e em sua apropriação social.

A partir destas ampliações e incorporação de adjetivos relacionados ao patrimônio de uma forma geral e ao patrimônio cultural particularmente, observa-se um crescente interesse pelo tema e olhares diversos sobre o patrimônio são apresentados aos interessados. A arquitetura e a história tradicionalmente refletem sobre o tema. As ciências sociais, a museologia, o direito, a arqueologia e outras áreas do conhecimento vêm refletindo questões que tratam do patrimônio.

O professor e pesquisador Leonardo Castriota em seu “Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos” reforça o que se está a afirmar. Ressalta que o patrimônio cultural ocupa papel central na reflexão sobre a cultura. Reconhece que no contexto histórico deste início de século XXI, com o aprofundamento daquilo que se convencionou tratar por

globalização, mundialização, ocorrem tanto uniformizações, padronizações e, paralelamente, revalorização das diferenças regionais.<sup>27</sup>

Trata de problematizar que poderia ser observado um enfraquecimento das culturas locais, regionais, em função da massificação da informação, dos costumes, da comunicação de massa, mas “(...) surpreendentemente a tradição reaparece, renovada, e se reafirma, como força viva.”<sup>28</sup>. E, ampliando a problematização da cultura e do patrimônio cultural, Castriota relaciona a problemática do patrimônio com o advento da modernidade quando, entre outras características, a lógica da cultura passa a ser a da substituição das referências e torna-se necessário pensar a preservação da tradição, criando-se políticas de patrimônio.

Um problema derivado dessa discussão é a questão da relação idealizada com o passado ou o que Castriota chama de sacralização da tradição<sup>29</sup>. O arquiteto e pesquisador demonstra que é no âmbito da modernidade que será possível pensar a categoria patrimônio cultural, numa relação reflexiva com o passado, com a tradição. Este debate é tratado, por exemplo, na questão do monumento intencional (ou seja, para fazer lembrar) e monumento histórico, este como objeto de saber, devendo ser estudado, registrado, preservado.<sup>30</sup>

Para ilustrar cabe destacar que nos últimos vinte anos, somente em Minas Gerais, especialmente após a institucionalização de repasse de recursos financeiros para os municípios, esta unidade da federação viu crescer o número de agências municipais de patrimônio bem como o registro de bens culturais, naturais, imateriais, mistos, intermunicipais, entre outros.

Observa-se uma inflexão do homem sobre a história, o passado, suas memórias, numa sociedade carente de bússolas com as quais este *homem* pode seguir em segurança em relação ao presente. Vidas em fragmentos, desperdiçadas pelos efeitos colaterais das transformações econômicas, políticas e culturais que a contemporaneidade vivencia são questões que se apresentam para análise e reflexão. A hipertrofia da crise ou das diversas crises: existencial, de valores, política, moral, econômica, associada ao contexto de amplificação das violências, dos novos tribalismos, da citada necessidade de identidades (nacional, regional, religiosa, etc.) auxiliam a pensar o que está acontecendo.

---

<sup>27</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 11

<sup>28</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Op. Cit.* p. 12.

<sup>29</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Op. Cit.* p. 49.

<sup>30</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Op. Cit.* p. 62 – 63.

Nesse sentido, Peter Burke, em seu livro “Variedades de História Cultural” ensina que a história cultural remonta a fins do século XVIII, especialmente na Alemanha. Mas, se buscarmos demarcar mais precisamente, pode-se encontrar nos humanistas do século XV, entre os quais, Petrarca e Dante, uma referência à história da literatura. E, buscando mais fontes, Burke vai trazer para o debate a história das línguas italiana, francesa e inglesa. Afirma o autor em questão que uma história da literatura desenvolveu-se fortemente no século XVIII em diferentes países europeus, notadamente na França e Itália. Observa-se que Burke frisa que essas histórias da literatura eram *nacionais*.<sup>31</sup>

Uma interface possível com esse tipo de leitura sobre as relações entre história, memórias, identidade e nação, nacionalidade é pensar o quanto esse modelo se aplica e replica nos municípios e suas questões de identidade. Assim, nas artes plásticas, na literatura, nas memórias publicadas sobre personagens, bairros, paisagens e cidadãos ilustres, será possível identificar uma busca do original, daquilo que torna uma comunidade única, ainda que unida a outras, ainda que não isolada, mas com características únicas, sejam, por exemplo, extraída da natureza, como uma paisagem natural original, marca de uma região, ou criação humana, feitos que merecem registro em documentos políticos, arquivos eclesiásticos e civis e, porque não, memórias e histórias de pessoas comuns.

Aponta ainda Peter Burke as origens da história da arte e da música, esta última também, sobretudo típica do século XVIII. Enfrentando a complexidade da questão e utilizando o termo história das doutrinas, Burke indicará os caminhos percorridos por historiadores ou biógrafos da igreja católica ou das nascentes igrejas protestantes a partir do século XVI. Registrará que breves biografias de filósofos inspiraram outras tantas biografias de pensadores ou temáticas.<sup>32</sup>

Peter Burke indicará as origens e a trajetória da história do direito, da medicina e mesmo da astronomia, todas com grande ênfase e destaque no século XVIII. O autor faz questão de mencionar a diferença entre biografias de grandes pensadores de cada uma das áreas mencionadas e o desenvolvimento do campo do saber em si mesmo. Aponta aqui um caminho para a gênese da história da cultura, ampliando e amplificando os trabalhos da história para além do campo político. E indica, contudo, que apesar do crescente interesse cultural apontado desde os humanistas até o século XVIII,

---

<sup>31</sup> BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 5 – 7.

<sup>32</sup>Idem. p. 10 -12.

(...) o século XIX testemunhou uma extensa lacuna entre história cultural, (...), e história "positivista", cada vez mais interessada em política, documentos e "fatos concretos". Apesar da (...) elevação de "estudos culturais" à respeitabilidade acadêmica (...) <sup>33</sup>

Oferecendo ao leitor um aprofundamento do tema das variedades da história cultural, Burke descreve um breve relato nas relações entre memória e história, indicando que para os tempos atuais tratar destas categorias é demasiado problemático, para usar um termo do autor.

Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados. <sup>34</sup>

Em “Como Conhecemos o Passado” o pensador David Lowenthal recorda que o conhecimento e a consciência do passado são características da condição humana. Apresenta uma leitura do passado consciente como originário de três fontes: a memória e a história como processos e os fragmentos como objetos. A primeira é subjetiva, a segunda, verificável e, sobre os fragmentos, afirma Lowenthal, que é preciso construir uma narrativa <sup>35</sup>. Os passados pensados revelam a importância dos discursos e signos de outros tempos e auxiliam a pensar o tempo presente e, nesse sentido, memória é identidade. No entanto, o autor lembra os limites da memória e o trabalho que o esquecimento também pode realizar. <sup>36</sup>

Neste trabalho o historiador e geógrafo norte americano problematiza a memória e relaciona esta com a identidade. Faz referência à amnésia, esquecimento e perda de identidade pessoal. E problematiza a memória social, coletiva, também provocando as associações com esquecimento e perda de identidade de uma coletividade. Relativamente à memória histórica ou história a obra faz referência à ilusão de continuidade, uma atividade intelectual que sincroniza fatos em contextos cronológicos como entidades contínuas. <sup>37</sup>

Assim tratando de ampliar a discussão e o debate sobre a memória individual e a psicologia, a memória coletiva e o passado com a história e os fragmentos com a arqueologia e a paleontologia, Lowenthal ensina que, somente os resíduos do passado preservados é que podem ser conhecidos no presente. E aqui fica uma questão que para o público mais amplo

---

<sup>33</sup> BURKE, Peter. *Op. Cit.*. p. 21

<sup>34</sup> BURKE, Peter. *Op. Cit.*. p. 39

<sup>35</sup> LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História. São Paulo, 1998. p. 64 – 67.

<sup>36</sup> LOWENTHAL, David. *Op. Cit.* p. 94 – 97.

<sup>37</sup> LOWENTHAL, David. *Op. Cit.* p. 119 – 123.

pode parecer difícil: não temos condições de nos acercar da imensidão do passado. Nem da memória ou história individual, nem da história de uma cidade, ou de um país.

Portanto pode-se problematizar e questionar os processos de patrimonialização como referenciados nos bens materiais ou intangíveis que restaram de outras gerações, de outros contextos históricos e, correndo o risco de errar, de outra sociedade. Porque os modos de fazer são também condicionados pelo contexto técnico e tecnológico disponíveis. Algumas vezes tem-se a impressão de que a *cultura patrimonial* pretende eternizar um momento determinado, querendo congelar o que fora útil, afetivo e efetivo, e apropriado num tempo, mas que na atualidade apresenta-se, aos olhos de quem observa como uma peça de museu.

Um bem, um monumento, um edifício, um documento, em determinado contexto foram utilitários, foram usados diferentemente da forma como o que hoje pode ser nomeado de bem cultural (um piano, por exemplo), um monumento intencional, no ato de sua inauguração, guardaria um sentido e significado diferente do que no entendimento atual sobre patrimônio cultural se observa. No caso de um edifício, seja uma igreja, seja um palácio ou uma estação ferroviária desativada de sua função original e utilitária, o que se afirma é mais evidente. Nesse sentido tem que haver um contexto social e cultural que permita a edificação do campo do conhecimento relacionado ao patrimônio.

E é nesse sentido que os passados pensados, avaliados, selecionados, revelam a importância dos discursos e signos de um tempo que não é mais presente, mas que se pode fazer presente como memória, história ou narrativa de sociedades das quais restaram apenas artefatos materiais ou documentos, arquivos, materiais audiovisuais. Mas não a “atmosfera” ou, na imprecisão das palavras, o “clima” de uma época.

Os discursos sobre a memória, o passado e a preservação do patrimônio cultural de uma nação estão em negociação e disputa, também serão importantes para buscar sentidos naquilo que será objeto de eleição como símbolo da nação, do estado e de um determinado município.

O estudioso Lowenthal, com toda a sua erudição, problematiza os mitos relativos à memória, entre os quais a ideia de que todos teriam “igualmente” memórias ou que a memória enciclopédica possa ser melhor para seu portador. Ou mesmo que não se perde a memória, independente da escrita. Ainda ensina que melhor é a memória seletiva. Aquela que avalia o que precisa permanecer e concentra seus esforços no que é importante. Nesta investigação está-se a compreender que toda memória é seletiva.

Neste ponto o autor problematiza a questão do autoengano ou ilusão de continuidade criando contextos cronológicos e narrativas sincrônicas de fatos que, para serem entendidos

como contínuos, requerem uma atividade intelectual. Em outras palavras, segundo um entendimento pretensamente possível, viveríamos diacronias, mas, operando intelectualmente, criaríamos sincronias. Assim o autor vai tratar das memórias: (1) histórico-episódica (2) memória semântica (3) memória motora-sensorial, além de uma (4) memória instrumental, relativa a fatos dos quais não teríamos envolvimento pessoal ou afetivo que funciona como um passado esquematizado.

Dessa forma a história é contingenciada por fontes empíricas que serão objeto de uma reflexão no presente e relatos sobre os acontecimentos eleitos do passado possível. O entendimento histórico está subordinado à explicação e interpretação. E seriam estas últimas memórias que aqui nos interessam, porque estas memórias procuraram esquematizar ou idealizar um passado que seria dos brasileiros.

### 1.3 O patrimônio cultural na formação da identidade nacional

E o patrimônio? Patrimônio, sumariamente, pode ser pensado como memória do passado transmitido para o presente, seja na forma de herança, de um bem que outrora foi importante, um bem histórico, artístico, um bem que a sociedade contemporânea entende que deve ser inventariado, registrado e, se possível, sempre lembrado. A relação de bens que entraram para as listas do patrimônio vem crescendo continuamente em Minas Gerais, (especialmente nos últimos 20 anos) no Brasil e no mundo, através da lista de patrimônios da humanidade. Esses itens listados como patrimônio municipal, estadual, nacional, global, apontam pendularmente para o passado (fazer lembrar) e para o futuro (não esquecer).

A categoria patrimônio, originalmente remetia àquilo que é familiar, econômico, jurídico, social e *patrimônio histórico* remete a uma instituição. As origens do patrimônio podem ser encontradas na França do século XIX, especialmente quando da instalação da Comissão dos Monumentos Históricos, formados por remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos medievais e castelos, entre outros. Após a segunda guerra mundial há notável ampliação de bens inventariados e ainda será possível afirmar que “(...) toda construção, qualquer que seja o seu destino, pode ser promovida a monumento pelas novas técnicas de “comunicação”. (...)”.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> CHOAY, Françoise. “A Alegoria do Patrimônio”. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed.. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

Interessante notar que Françoise Choay indicará o monumento histórico como uma invenção difundida a partir da segunda metade do século XIX, ainda que, por exemplo, os primeiros museus de arte e os primeiros conservatórios já estivessem em estruturação desde o XIX e, segundo a autora, tenham surgido relacionados com a noção de democratização do saber, ancorados num projeto iluminista.<sup>39</sup>

Novamente observa-se um movimento pendular, patrimônio é herança e também deve ser registrado para o conhecimento futuro. Mas a questão que pode ser observada a partir deste movimento é o que deverá permanecer, o que será preservado? Aqui o processo de seleção, de eleição, de construção de justificativa que ofereça uma identidade para o presente e possa comunicar com as gerações que ainda virão.<sup>40</sup>

E uma observação que pode auxiliar a discussão é o fato de que o patrimônio cultural tem uma relação genealógica com o monumento, com a obra individual, com uma edificação isolada, com cidades monumentos, como é o caso de determinado perímetro de Ouro Preto, por exemplo, e posteriormente, com a incorporação de novos atores nos debates patrimoniais, esses bens deixam de ser pensados isoladamente e passam a ser ampliados, no sentido de discutir o seu entorno e a apropriação comunitária do bem cultural anotado como patrimônio de um município, região, estado, país ou mesmo como patrimônio de toda a humanidade. Nesse sentido, as políticas públicas de patrimônio passam a incorporar os conjuntos urbanos, os modos de fazer, as festividades, as celebrações de determinadas comunidades, as chamadas paisagens culturais, bem como considerá-los a fim de trabalhos de reabilitação urbana.

Segundo Choay a categoria “conjuntos urbanos”, formados pela continuidade da malha urbana e que incluiria residências, inclusive aquelas menos monumentais também passa a ser difundida ainda no XIX. A autora indicará que um verdadeiro culto moderno aos monumentos e a avaliação dos monumentos como objeto social e filosófico vai ganhando densidade durante todo o *oitocentos* e consolida-se no século XX.<sup>41</sup>

Neste ponto também o professor Castriota leciona que as matrizes de valoração estiveram presentes nas operações de preservação. O que deve permanecer ou ser registrado como bem cultural de uma nação pode e deve ser pensado no sentido de justificar porque o mesmo é significativo, inclusive para quem esse objeto, bem, monumento conjunto, sítio ou paisagem é significativo.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> CHOAY, Françoise. Ibid. p. 76.

<sup>40</sup> CHOAY, Françoise. Ibid. p. 94 - 98.

<sup>41</sup> Ibid. Ibidem., p. 167.

<sup>42</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Op. Cit.* p. 108 – 109.

Encontra-se um reforço do que se está avaliando em Dominique Poulot, outro estudioso que, ao tratar da história do patrimônio no ocidente, abordará as chamadas representações institucionais não espontâneas e a noção de memória das nações<sup>43</sup>. Poulot identifica em sua investigação a respeito do patrimônio uma evocação a algo inefável, os chamados valores da civilização e a atenção das instituições e aos profissionais do setor, bem como dialoga com a história da proteção e transmissão do patrimônio relativamente à legislação. “O patrimônio (...) consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos”.<sup>34</sup>

Relativamente ao uso da expressão é possível observar sua profusão semântica, uma verdadeira elasticidade do termo, ainda que dependente de uma reflexão erudita e de uma vontade política, a assimilação do passado, a sanção pública daquilo que deve ser identificado como bem nacional, que reforça a identidade do estado-nação e forma cidadãos pela instrução e pelo “culto” histórico, artístico e monumental que enaltece a nação foi importante e criou-se uma verdadeira pedagogia da divulgação do patrimônio.<sup>44</sup>

Recentemente o autor identificará o patrimônio como contribuinte para revelar a identidade de cada um, graças ao “espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro”<sup>45</sup>. Nesse sentido pode-se observar que os patrimônios recebem uma afetação particular e estão submetidos a um modo específico de gestão, leis, regulamentos, empenhados em sua transmissão enquanto “herança positiva”.<sup>46</sup> Aqui a cultura é observada como definidora do universo simbólico de um grupo social e racionalizações e condutas políticas com determinados objetos, lugares e monumentos pode gerar o que o autor identifica como patrimonialidade.<sup>47</sup>

O autor aponta ainda que desde fins do século XVIII já se encontrava leis destinadas a evitar a perda de objetos de arte e mesmo um sentimento de responsabilidade coletiva, representados por coleções, autorizações de cópias e reproduções em diferentes modelos e com finalidades educativas.<sup>48</sup> Portanto pode-se reforçar que o patrimônio nacional vem sendo pensados nos dois séculos derradeiros. Para ampliar e exemplificar, Poulot trata de informar que os temas típicos do patrimônio nacional têm relação inicial com estadistas, bons servidores, as ciências nacionais, a educação nacional e a arte nacional.

---

<sup>43</sup> POULOT, Dominique. “Uma história do patrimônio no ocidente: séculos XIX – XXI – Do documento aos valores” Trad. de Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

<sup>44</sup> POULOT, Dominique. *Ibid.*, p. 11.

<sup>45</sup> *Ibid.* *Ibidem.* , p. 14.

<sup>46</sup> *Ibid.* *Ibidem.* , p. 17.

<sup>47</sup> *Ibid.* *Ibidem.* , p. 28.

<sup>48</sup> *Ibid.* *Ibidem.* , p. 58.

O autor qualifica o patrimônio como capaz de certificar a identidade e afirmar valores, além de celebrar sentimentos, trata de usar de técnicas que outras instituições já utilizavam para fazer lembrar, como as profissões de fé que a igreja mantinha e hoje pode até ser objeto de preservação. Nas palavras de Poulot “(...) o patrimônio (...) depende da reflexão erudita e de uma vontade política, sancionados pela opinião pública”<sup>49</sup>. A questão da sanção pública merecerá um debate.

O conhecimento, a difusão e a apropriação do patrimônio merecem um trabalho a parte, seja no caso deste estudo, relativo ao município de Ubá, seja no território nacional ou mesmo na esfera global. Apenas para tratar de um exemplo que ficou conhecido publicamente, as estátuas gigantes de Buda, no Afeganistão, patrimônio da humanidade, não afetaram ou não tiveram exatamente uma sanção política por parte dos grupos em disputa pelo poder naquele país.

Poulot avança ainda mais e faz compreender que nessa virada de século XX-XXI, o patrimônio pode ser um espelho que revela identidade e, ao mesmo tempo permite contato com o outro. Propõe-se aqui uma breve interpretação e costura de conceitos e compreensões, a saber, o “outro” pode ser o próprio passado revisitado através de determinados suportes que permitem essa relação. Nesse sentido, ao escrever ou procurar descrever o passado, mesmo que selecionado e eleito, novamente está-se buscando identidade e transcendência. Esta última no sentido simples do sair de si, sair do tempo presente, ir em busca de si (como identidade) e em busca do outro, esse passado que nos devolveria uma identidade.

E Poulot vai lembrar que no que hoje se entende como Itália, já desde o fim do século XVIII havia uma legislação que evitava a dispersão das riquezas artísticas dos estados que ainda não compunham uma nacionalidade italiana.<sup>50</sup>

Novamente a questão da identidade cruza a construção da memória nacional. E memória enquanto uma categoria, um conceito intelectual também merece todo um debate. Para os fins deste trabalho e considerando que o objetivo neste momento é discutir a produção de uma “memória exemplar”, uma memória histórica do Brasil, da identidade nacional a partir do patrimônio nacional, é de certa maneira, olhar o passado e querer uma relação de continuidade, procurar estabelecer uma linha de identidade e continuidade. No entanto, a história acadêmica entende que o passado pode ser pensado como um outro, um “país estrangeiro” não necessariamente uma continuação idealizada.

---

<sup>49</sup> Ibid. Ibidem. , p. 13.

<sup>50</sup> Ibid. Ibidem. , p. 58 - 60.

A história é sobre o outro, aquilo que não é mais presente. Portanto há uma fenda na relação memória – identidade – espelho. Portanto, entre as construções do patrimônio está a ligação com a ideia de identidade nacional, que é uma construção intelectual. Nesse sentido pode-se problematizar o passado impondo-se como tradição, de certa forma oferecendo-se uma identidade para um presente sem identidade. E criticamente é este o objeto e objetivo da história, a busca de similaridades para que o passado possa iluminar o presente, sem os positivismos ou idealizações que intencionam ligar a identidade contemporânea a um passado selecionado.

## CAPÍTULO 2

### O SPHAN e a construção do patrimônio nacional em Minas Gerais

As questões propostas por Poulot e apresentadas e discutidas no capítulo anterior podem ser associadas a uma compreensão da representação patrimonial atribuída ao “espírito de época” da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a consciência de uma paisagem cultural diversificada, representada, entre outros, por modernistas que procuravam uma identidade nacional e um estado nacional que pretendia-se moderno, em processo de construção, politicamente, inclusive, pensado como “estado novo”.

Na primeira década deste século XXI o Brasil apresentava um total de 1.113 bens reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As regiões Sudeste e Nordeste possuíam 898 bens tombados ou registrados (80% aproximadamente). Ainda nos anos 1930, doze unidades da federação tiveram os primeiros processos de tombamento e/ou registro definidos de seus monumentos, suas edificações, acervos, coleções e conjuntos urbanos, tombados. Aqui uma observação: os estados de Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Sergipe e Rio Grande do Norte não inscreveram ou não tiveram bens inscritos nesta lista até 1941, quando em Sergipe ocorrem os primeiros tombamentos.<sup>51</sup>

O ritmo das atividades do IPHAN pode ser observado quando se verifica que 40% dos bens listados como patrimônio nacional foram registrados entre 1938 e 1949. Deste período em diante houve declínio nos números de registros. Entre 1950 e 1969 estarão 28% dos patrimônios nacionais e entre 1970 e 1999 apenas 19% dos registros de bens nacionais. Aqui é possível questionar se a descentralização administrativa pode ser parte da explicação para esta diminuição no ritmo dos registros da agência nacional. No entanto, na primeira década deste século XXI, é observado um aumento considerável no número de bens registrados, obrigando os pesquisadores a procurarem outras respostas para suas indagações sobre patrimonialização no Brasil.

Na região sudeste do Brasil o estado de Minas Gerais merece uma consideração especial, primeiramente porque está nessa unidade da federação o objeto desta pesquisa e também porque, juntamente com o Rio de Janeiro, totaliza 427 bens reconhecidos nacionalmente. Minas Gerais é o segundo estado do país em bens listados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com 204 inscrições. Para efeito de comparação as

---

<sup>51</sup> Disponível em “Lista de bens tombados e processos de tombamento em andamento” – atualizada em 16/09/2016. IPHAN, página eletrônica. Consulta em 16 de setembro de 2016.

regiões sul, centro-oeste e norte (portanto 16 unidades da federação), somadas, possuem 215 patrimônios nacionais. Em Minas Gerais o número de cidades com bens tombados ou registrados é também crescente, acompanhando a tendência indicada acima. Em 2009 o estado contava com 676 municípios com bens culturais protegidos e 147 com patrimônios imateriais registrados<sup>52</sup>. No ano de 2011, um total de 4.031 bens culturais estavam registrados na lista apresentada ao ICMS Patrimônio Cultural do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.<sup>53</sup> Para demonstrar o ritmo desse crescimento, em 2016 este número chegou a mais de 4.500 bens listados.<sup>54</sup>

Por outro lado e no interesse de relativizar o que num primeiro momento pode parecer um excesso, cabe lembrar que em artigo publicado na revista “Estudos Históricos” os estudiosos da história social, Berger e Wicke informam que apenas na região do vale do Rio Ruhr, Alemanha, existiam até o ano de 2014, um total de 3.500 *monumentos industriais* protegidos regionalmente.<sup>55</sup>

Para destacar, quatro, dos 20 registros brasileiros na lista mundial do patrimônio da humanidade são “mineiros”, e Minas Gerais é o segundo estado da federação em bens tombados nacionalmente<sup>56</sup> e é o primeiro em número de municípios com conselhos municipais de patrimônio cultural e o único onde mais de 60% dos municípios possuem legislação de proteção ao patrimônio cultural, índice bem superior aos estados do Rio de Janeiro, Amazonas e Espírito Santo – os três acima de 20%, mas não superando os 22% de municípios com legislação protetiva do patrimônio cultural. Por outro aspecto, Minas Gerais é apenas o quinto estado brasileiro em número de museus.<sup>57</sup>

A questão da distribuição espacial ou desigualdade espacial encontrará uma justificativa a partir da zona da mata de Minas Gerais, mesorregião localizada no sudeste do estado, e especialmente do município de Ubá. Tanto a zona da mata, (ou as zonas da mata)<sup>58</sup> quanto o município de Ubá, estão fora do circuito tradicional dos tombamentos ou registros realizados em Minas Gerais. Em Ubá uma edificação (prédio do Ginásio São José, atualmente

---

<sup>52</sup> IBGE. Pesquisa de Informações básicas Municipais. Perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>53</sup> Listagem de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2011. Exercício 2012. Disponível em [www.iepha.gov.mg.br](http://www.iepha.gov.mg.br). Acesso em 03 de outubro de 2016

<sup>54</sup> Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016. Exercício 2017. Disponível em <http://www.iepha.gov.mg.br>

<sup>55</sup> Estudos Históricos, volume 27, número 54, julho-dezembro de 2014. Rio de Janeiro: CEDOC – Fundação Getúlio Vargas.

<sup>56</sup> IPHAN: **Lista de bens tombados e processos de tombamento em andamento** – atualizada em 16/09/2016. IPHAN, página eletrônica.

<sup>57</sup> IBGE. Pesquisa de Informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2013.

<sup>58</sup> CARRARA, A. A. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Série Estudos, 2. Núcleo de História Econômica e Demográfica. Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 1999.

Museu Ginásio São José) está na etapa de instrução para o tombamento no IPHAN.

Relativamente ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico também as zonas da mata em seu conjunto possuíam 14 bens tombados e/ou registrados, nenhum destes localizados no município de Ubá. O município não está inserido no que se pode denominar *circuito nacional de patrimônio* ou, para tomar de empréstimo uma expressão, roteiros turísticos consagrados. De forma livre e ousada utilizarei a expressão “paisagem vazia” de bens patrimoniais eleitos para marcar a identidade nacional ou estadual.

Para efeito de comparação, os municípios de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rey, Tiradentes, Caeté, Serro e Diamantina, podem ser elencados como exemplares daquilo que popularmente ficou conhecido como “cidades históricas”: arquitetura colonial, igrejas barrocas, fontes, e obras de arte que fornecem os recursos discursivos para as práticas de tombamento e registro de bens. Ubá é um município relativamente novo, com 160 anos de emancipação administrativa.

Aqui uma extensão: as zonas da mata de Minas Gerais, de uma forma geral, estarão fora dos circuitos de interesse da memória nacional. O município de Cataguases é uma exceção, possuindo, desde 1994 um conjunto urbano (histórico, arquitetônico e paisagístico) tombado pelo IPHAN<sup>59</sup>. Juiz de Fora, capital regional, tem poucos bens tombados, mas pode-se destacar e reconhecer a coleção/acervo do Museu Mariano Procópio tombada nacionalmente desde 1938, e mais seis processos nacionais, de edificações ou conjuntos arquitetônicos, além de quatro bens na lista de protegidos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; nesse caso com as cidades de Leopoldina e Lima Duarte, que constam com um bem registrado na listagem estadual. Ubá, Muriaé, Ponte Nova e Manhuaçu, entre outros polos microrregionais das zonas da mata de Minas Gerais estão, nesse sentido, fora dos circuitos narrativos do patrimônio nacional.

É nesse sentido que o passado pensado para ser patrimônio pode ser revelador. Quais são os discursos sobre a importância daquilo que será nomeado patrimônio? No Brasil existe uma vasta literatura sobre a gênese e o desenvolvimento de práticas patrimoniais. Um panorama pode ser sumariado a partir de trabalhos de José Reginaldo dos Santos Gonçalves, Maria Cecília Londres Fonseca, Carlos Lemos, diferentes edições da Revista do Patrimônio do IPHAN e da revista Estudos Históricos, além de outros estudiosos que demonstram a evolução dos debates patrimoniais no território brasileiro.

---

<sup>59</sup> LINS, Ulisses Vanucci. **Subsídios para o estudo da imagem urbana de Cataguases**: A região da Praça da Estação. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já atravessou mais de setenta anos de história e, nesse sentido, observa-se nos anos 1970 e principalmente 1980 uma ampliação da noção de patrimônio tanto no debate nacional, como no internacional, com questões de ordem processual (como festas, modos de fazer), ou de natureza arqueológica, paleontológica, genética, documental, paisagístico, enfim, o que couber na rubrica “cultural”, tornou-se objeto de reflexões patrimoniais.

Paralelamente, as unidades da federação também criaram seus institutos estaduais de patrimônio (com diferentes nomenclaturas: ora patrimônio histórico ou histórico e artístico ou cultural) principalmente a partir dos anos 1970. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, por exemplo, é de 1971.<sup>60</sup>

Finalmente, a partir de 1988 o termo patrimônio cultural foi “regulamentado” no artigo 216 da Constituição Federal.<sup>61</sup> A partir de então será possível localizar a expansão dos conselhos municipais de patrimônio, também aqui com nomenclatura variada, em função de diferentes fatores, como, por exemplo, ter sido criado antes ou depois de 1988, quando da regulamentação da expressão patrimônio cultural.

É nesse sentido de ampliação da categoria patrimônio cultural que este estudo se insere. As polifonias e as polissemias em torno do patrimônio, a ampliação e flexibilização conceitual, bem como a expansão do processo de institucionalização do patrimônio (da internacional UNESCO até os pequenos municípios do interior de Minas Gerais, com seus conselhos municipais de patrimônio cultural), merecem uma investigação.

Um ponto de inflexão se avista. Ocorre o deslocamento dos centros de decisão sobre o que será patrimônio, pode-se falar em poliarquia de atores envolvidos, acrescentando os planejadores urbanos, os gestores ambientais e os administradores. Desde o início dos anos 1980 alguns municípios criam instituições municipais de patrimônio. O contexto histórico de ampliação da participação popular e comunitária nas decisões de natureza coletiva tem na constituinte de 1987-1988 seu ponto máximo, com uma inegável expectativa de ampliação da participação da sociedade nas decisões de natureza coletiva ou nas decisões que afetaram as coletividades.

Neste ponto a atenção volta-se também para a questão do patrimônio cultural microrregional. Existiriam ações na esfera municipal que trataram da paisagem cultural de Ubá e microrregião? Na Zona da Mata de Minas Gerais e, especialmente nas proximidades de

---

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 10/05/2015.

<sup>61</sup> Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

Ubá, existem municípios que, por vias diferentes, tratam de suas paisagens culturais: o caso de Juiz de Fora é excepcional, sendo uma capital regional, possuindo uma instituição de ensino superior federal, diferentes museus, centros culturais e uma vasta produção reconhecida. Cataguases, também para ficar nas proximidades de Ubá, possui título nacional de patrimônio cultural desde 1994, com conjunto urbano, edificações e bens imóveis tombados pelo IPHAN.

Outra cidade que pode ser citada como exemplo é Viçosa, também polo microrregional e, conforme afirmado anteriormente, a 60 quilômetros de Ubá, abriga a Universidade Federal de Viçosa, o que pode ser motivo de possível diferencial em termos de produção acadêmica em relação ao município de Ubá, porque este último, não possuindo nem uma população considerada grande, instituições federais de ensino superior, qualquer bem tombado pelo IPHAN ou um escritório regional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, ficaria esquecido em termos de estudos acerca de sua produção sobre a paisagem e o patrimônio municipal e microrregional.

Lembrança e esquecimento formam a dialética da memória, seja a memória individual ou a memória coletiva. Patrimonializar, nesse sentido, é fazer lembrar o que possivelmente seria esquecido – edifícios, conjuntos arquitetônicos, obras de arte, coleções, ou um modo de fazer/produzir uma festa, uma celebração ou um doce, um queijo, enfim. Por outro lado, aquilo que não estiver inscrito nos livros de tombo, de registro, nos inventários de patrimônio poderá ser mais facilmente esquecido, não havendo um reforço coletivo para ser lembrado. Exceto se as comunidades, por diversas razões, guardarem, em sua memória coletiva, ainda que não institucionalizada. Nesses termos a dialética e a dinâmica da memória nacional consagrou Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João Del Rey, para citar alguns exemplos e esqueceu-se da zona da mata de Minas Gerais.

Como enunciado anteriormente as questões do patrimônio são plurais e transdisciplinares. Apontar-se-á a partir deste momento uma síntese dos trabalhos realizados pela agência e academia IPHAN, no sentido de perceber e apontar como os conceitos até aqui tratados como estruturantes, especialmente, identidade, tradição, memória e patrimônio podem ser observados nas práticas patrimoniais realizadas no Brasil até meados dos anos sessenta do século XX.

A título de esclarecimento, neste trabalho não se está ignorando os primórdios da consciência patrimonial no país, a exemplo das inspetorias estaduais de monumentos nacionais, que tiveram lugar, por exemplo, na Bahia e em Pernambuco ainda na década de 1920. Outros fatos e exemplos destacáveis são os projetos de lei apresentados por deputados

ainda na década de 1920, intencionando a criação de uma agência nacional para tratar da preservação de monumentos históricos e artísticos. É possível ainda fazer lembrar que foi na mesma década de 1920 que teve lugar também a Semana de Arte Moderna, a inauguração do Museu Histórico Nacional ou, para citar outro marco do patrimônio nacional, a inscrição de Ouro Preto como monumento nacional ainda em 1933.

As palavras chave para os 30 primeiros anos de trabalhos do IPHAN, também já consagrados como fase heroica, podem ser assim situadas: centralização, instrumento do tombamento, patrimônio histórico e artístico. É interessante lembrar ainda que no período em questão tenham ocorrido 689 tombamentos, em sua maioria de edifícios, e entre estes a maioria era de edificações religiosas. E mais, apenas no ano de 1938, foram tombados 215 bens culturais, a maioria, edificações. Para ilustrar, 26 foram os conjuntos urbanos tombados em todo esse primeiro período avaliado<sup>62</sup>. Diferentes trabalhos são excelentes fontes de consulta para o entendimento dos aspectos legais, administrativos, históricos e culturais desta primeira fase do IPHAN.

Cabe ressaltar que nesses primeiros anos do que se está chamando agência e academia SPHAN, DPHAN, hoje IPHAN, ocorria à expansão dos escritórios técnicos da agência, a criação de superintendências regionais, desde 1965 a cooperação técnica com a UNESCO, de forma que o atual campo do patrimônio estava em processo de consolidação no Brasil.

As transformações e transições paradigmáticas que viveram e vivencia o campo transdisciplinar do patrimônio ocorrem depois que o instituído desde os anos 1930 deixou como herança alguns dos principais desafios das políticas de preservação cultural, como, por exemplo, as atribuições do estado e a participação da sociedade civil. De certa forma, trabalha-se com uma periodização já ordenada ou em processo de ordenação. No caso, alguns trabalhos fornecem excelentes propostas de divisão dos trabalhos do atual IPHAN e sua trajetória.

E é nesse sentido que os primeiros trinta anos de trabalho da agência e academia IPHAN podem ser assumidos como barroco, católico e branco. E também é nesse sentido que o estado de Minas Gerais acaba sendo privilegiado com um grande número de bens culturais, ainda que a região, objeto deste estudo, quase não tenha sido contemplada naqueles primeiros momentos.

---

<sup>62</sup> FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à Gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.** (Tese) Doutorado em Arquitetura. USP: São Paulo, 2014.

Assume-se, a partir do fim dos anos 1960 e, especialmente da década de 1970, com a criação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais uma outra possibilidade no campo do patrimônio, a sua descentralização administrativa, uma nova onda de agências patrimoniais, desta vez, estaduais.

Diferentes estudos apontam os limites da primeira fase da trajetória do IPHAN, mas para reforçar a importância e abrangência do trabalho “O patrimônio em processo – trajetória da política de preservação no Brasil” pode-se lembrar que é passível de entendimento que em busca da identidade nacional o tombamento foi o instrumento jurídico, os bens culturais identificados foram restritos, específicos e pode-se dizer, naquele primeiro momento, concentrados em Minas Gerais.

A proteção dos bens culturais no Brasil se institucionaliza como parte da sociogênese do estado moderno, construindo a ideia de nação, de pertencimento, que moldaria uma identidade e um passado simbólico comum à nacionalidade brasileira.<sup>63</sup> E será ponto praticamente pacífico o fato de a maior parte dos bens culturais tombados na primeira fase do IPHAN ser chancelada pelos artistas modernistas paulistas e mineiros que diferentes autores e estudos sobre a formação do campo do patrimônio nacional avalizam.

A arquitetura, por excelência, um bem recorrente da primeira fase, será conforme já anotado, a barroca. O estilo eclético, a chamada arquitetura vernacular ou modesta não serão praticamente consideradas. Outras questões, como, por exemplo, a natureza da composição dos membros e equipes técnicas do IPHAN podem ser encontradas em excelentes trabalhos já assinalados. Entre estas outras questões, apenas para destacar, o predomínio do artístico e do estético sobre outros aspectos da memória nacional.

Um diálogo possível ao examinar a proteção de bens culturais no município de Ubá permite reafirmar a moldura ou a construção de uma identidade comum àquilo que constitui o ser ubaense. Também aqui é registrado, na ordem, um monumento municipal, uma edificação civil de fins do século XIX, em seguida, um piano, outra edificação civil, esta da primeira metade do século passado, e finalmente conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, numa ordem de incorporação de bens, no reconhecimento da importância do entorno, numa ampliação das possibilidades de se registrar e reconhecer bens naturais, bens imateriais e mais recentemente as paisagens culturais.

---

<sup>63</sup>CHUVA, Márcia R.R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

A ampliação das discussões sobre patrimônio, inicialmente monumento, arte, arquitetura, ancestralidade, originalidade, além, claro da própria existência, permanência, manutenção e conservação são expressões passíveis de associação com os instrumentos jurídicos, com as justificativas legais, sociais, culturais para que o processo de patrimonialização realizado pelas agências do patrimônio – seja esta única para todo o território nacional, sejam as múltiplas agências municipais de patrimônio cultural. É possível observar semelhanças e continuidade nos primeiros bens culturais tombados.

A ampliação das possibilidades de identificação, reconhecimento e sensibilidade para com os bens culturais ocorre simultaneamente, num contexto de ampliação do acesso a notícias, informações e difusão de práticas e processos de patrimonialização, especialmente com a popularização e capilarização promovidos pela rede internacional de computadores, a internet e suas derivações, os canais de vídeo, os sítios específicos para a troca de informações, as revistas acadêmicas e/ou especializadas, além das redes sociais.

## 2.1 Descentralização das políticas de patrimônio no Brasil – 1960-1995

O contexto político, econômico, social e cultural dos anos 1960 pode ser um indicativo para a apreensão das razões que levaram ao surgimento de novas agências patrimoniais. No campo específico do patrimônio tinha lugar a ampliação tipológica, cronológica, geográfica e disciplinar dos discursos institucionais e dos agentes interessados nos processos de preservação. Temas como o patrimônio natural, patrimônio arqueológico e questões relativas ao turismo cultural começavam a se esboçar.

Por outro lado o ritmo e a intensidade dos trabalhos de tombamento do SPHAN diminuem. Se no período de trinta anos de atividade inicial esta agência tombou 689 bens culturais, nos trinta anos seguintes (precisamente entre 1967 e 1999) esse número cai para 224. As razões para esta queda no ritmo das atividades operacionais de tombamento não traduzem, necessariamente, uma diminuição das atividades estratégicas ou táticas do patrimônio no Brasil. Em 1970, o extinto Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, torna-se autarquia e recebe a atual denominação ou IPHAN. Ainda no mesmo período é constituído o Conselho Federal de Cultura. E, somente para ilustrar, ocorre um

processo inverso com as instituições estaduais de ensino superior, ou seja, a federalização, ou centralização, verticalização do ensino superior no Brasil, no mesmo período.<sup>64</sup>

Tem lugar em 1970 e 1971 os primeiros encontros de governadores e são assinados os Compromissos de Brasília e Salvador, respectivamente. Ilustrativamente, pode-se ler no Compromisso de Brasília,

[...] Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;

Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional;

Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados, onde ainda não houver, órgão estaduais e municipais adequados, articulando devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com o DPHAN, para fins de uniformidade de legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937.<sup>65</sup>

Também foi na década de 1960 que surgiram as primeiras instituições estaduais para a preservação do patrimônio cultural. Os estados do Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo foram os pioneiros, organizando seus institutos ou conselhos até 1968. Ouro Preto, também no ano de 1968, institucionaliza sua Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através da Lei 296 de 24 de novembro de 1968.

Na década de 1970 são organizados os institutos do patrimônio dos estados de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Pará, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Maranhão. E também são institucionalizados os institutos municipais de Recife, Curitiba, Ribeirão Preto, Florianópolis e Porto Alegre. Será neste contexto que aqui se propõe um olhar para o processo de descentralização, divisão de responsabilidades, aumento dos entes federativos ligados à questão do patrimônio cultural em que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais foi gestado.

A lei 5.575 de 30 de setembro de 1971 criava o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, entidade autônoma, sob a forma de fundação. Nos seus primeiros anos de atividades este instituto realizou trabalhos de restauração em convênio com o IPHAN em Congonhas, Cordisburgo, Belo Vale, Mariana e Belo Horizonte. Também adquiriu bens e imóveis em diferentes municípios. Até 1979 foram realizados 29 tombamentos, com destaque para o município de Belo Horizonte. Atualmente a capital de Minas Gerais possui um total de 38 bens culturais tombados pela agência estadual do

---

<sup>64</sup> IBGE. **Pesquisa de Informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 2013.

<sup>65</sup> Compromisso de Brasília, 1970.

patrimônio cultural, com destaque para edificações civis, conjuntos arquitetônicos, praças e coleções.

Para efeito de comparação, atualmente, o município de Juiz de Fora, localizado na zona da mata, possui quatro registros de tombamento estaduais, sendo três conjuntos arquitetônicos e um edifício civil. O município de Viçosa possui a Casa de Arthur Bernardes e o município de Leopoldina a Escola Estadual Professor Botelho Reis. As demais cidades polos microrregionais da zona da mata de Minas Gerais não possuem bens inscritos na lista estadual de bens tombados.

Por outro lado, arquivos civis, eclesiásticos, paroquiais, forenses, de câmaras municipais de diferentes municípios do estado de Minas Gerais estão inventariados e registrados. Também é possível observar uma série de registros de patrimônios arqueológicos (grutas, sítios cerâmicos, urna funerária e até estrutura de mineração desativada) e patrimônios naturais na forma de serras, lapas e grutas.<sup>66</sup>

Relativamente à produção acadêmica sobre o IEPHA, encontra-se na dissertação de mestrado em museologia e patrimônio “Caminhos de Minas: a lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro”, de Luciana Christina Cruz e Souza, um indicativo de que uma das intenções advindas dos compromissos assumidos pelos entes federativos era relacionar bens culturais com seus contextos regionais e com os processos de gestão urbana.<sup>67</sup>

O trabalho ora citado aponta ainda que como desdobramento dos Compromissos de Brasília e Salvador os governos estaduais assumiam a articulação de atividades de pesquisa, divulgação, legislação, investimento em cultura e atividades relacionadas ao turismo cultural.

A leitura dos Anais do II Encontro dos Governadores indica ainda que as comitivas e representantes dos estados presentes se comprometiam a elaborar instrumentos jurídicos voltados à preservação do patrimônio regional e confirmavam a intenção em constituir órgãos, institutos, conselhos, departamentos ou fundações voltados ao tema. Nesse movimento destacam-se os compromissos assumidos no Encontro pelos 22 estados envolvidos, sendo eles o Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal. Nessa

---

<sup>66</sup> Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

<sup>67</sup> Souza, Luciana Christina Cruz e. *Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013.

perspectiva, importa destacar a iniciativa de Minas Gerais em criar um Instituto à imagem e semelhança do IPHAN<sup>68</sup>

No entanto, de forma sucinta, tanto esse estudo como o sítio eletrônico do IEPHA indicam que os primeiros anos de atuação da agência estadual do patrimônio cultural tiveram dificuldades operacionais em função de poucos recursos financeiros e reduzido quadro técnico e administrativo. E paralelamente o IPHAN continuava seus trabalhos, mesmo com os estados criando suas agências de patrimônio cultural.

Em 1972 a UNESCO publica a Convenção Patrimônio Mundial, tratando de utilizar a conceituação patrimônio cultural, natural e misto em seu documento que se tornaria referência para os agentes, as agências e a academia pensarem e problematizarem o patrimônio. O patrimônio industrial e a compreensão de patrimônio ambiental urbano ampliam as polifonias e polissemias relativas aos processos de patrimonialização.

Ainda que não seja preciso ou necessário tratar de fases do IEPHA, é possível compreender que nos primeiros anos toda a sorte de dificuldades acompanhasse o desenvolvimento da agência mineira do patrimônio. Estrutura operacional limitada, equipe técnica reduzida, formada principalmente por arquitetos e estudantes de arquitetura e engenharia.<sup>69</sup>

A partir dos anos 1980 que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais vai conhecer uma estrutura condizente com as responsabilidades que lhe eram esperadas. Três superintendências são criadas, ocorre expansão da equipe técnica, novas regiões e cidades são objeto de um olhar mais criterioso sobre os bens culturais nelas presentes. Convênios são celebrados com diferentes fundações e empresas. Apesar de conhecer essas melhorias cabe observar que

A década de 1980 também marcou a criação do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC) que introduziu a dinâmica do inventário como alternativa ao instrumento do tombamento para os municípios mineiros. O IPAC foi realizado pelo próprio IEPHA/MG e tinha como objetivo identificar o acervo cultural em suas diferentes manifestações. Contudo a execução das ações do IPAC em cerca de 720 municípios que então compunham o estado de Minas Gerais esbarrava em dificuldades (...).

---

<sup>68</sup>Souza, Luciana Christina Cruz e. **Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro**. (Dissertação) Mestrado em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013. p.42

<sup>69</sup>Souza, Luciana Christina Cruz e. **Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro**. (Dissertação) Mestrado em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013. p. 44.

A complexidade do programa, juntamente com os empecilhos relacionados ao seu desenvolvimento prático, resultou no inventário de apenas 40 municípios em cerca de 20 anos<sup>70</sup>

Num contexto mais amplo cabe lembrar que a década de 1980 foi um período marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Os movimentos sociais estavam procurando pautar suas reivindicações, a Constituinte de 1987 – 1988 foi um momento de grande participação social nos processos legislativos de um país que se projetava diferente dos últimos anos do período autoritário. Um novo pacto federativo estava em gestação, com maior poder ofertado para os municípios.

Por outro aspecto a economia nacional estava estagnada e a inflação parecia descontrolada. O cenário internacional político, econômico e social também era de muitas incertezas. O neoliberalismo e a globalização da economia, associados à queda do muro de Berlim, reunificação da Alemanha, fim da União Soviética, construção da Comunidade Econômica Europeia revelam um mundo em transformação e novas necessidades de criação de comunidades identitárias.

Mas, antes de avançar nessa discussão que envolve descentralização administrativa e alargamento dos atores e agentes sociais que tratam do patrimônio cultural, é importante destacar o contexto político, econômico e social mais amplo em que se viveram os anos 1970 e 1980. Diversos estudos apontam a existência de uma crise do estado que se amplificava desde a década de 1970 e que foi aprofundada nos anos seguintes. Dificuldades fiscais, esgotamento do modelo burocrático de gestão, ineficiência na administração de recursos públicos e incapacidade de atender às demandas sociais são exemplos do que se está compreendendo como crise do estado.<sup>71</sup>

O processo de descentralização das atividades patrimoniais continuava e os estados do Ceará, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Alagoas criavam suas agências de memória. Os municípios do Rio de Janeiro, Pelotas, Bragança Paulista, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas e Aracajú estão nessa segunda fase de organização de seus institutos e conselhos do patrimônio, cada vez mais plural, diversificado, envolvendo novos atores e agentes.

Um desdobramento concreto da promulgação da constituição de 1988 foi a regulamentação do patrimônio cultural como responsabilidade comum dos municípios, estados e da união. Por outro lado, a capacidade do estado brasileiro de manter políticas

---

<sup>70</sup> Ibidem, p.45.

<sup>71</sup> SILVEIRA, Mauro César da. O processo de formulação da estratégia: um estudo de caso longitudinal sobre os processos de construção das estratégias do governo de Minas Gerais entre 1995 e 2011. (Tese). Doutorado em Administração. UFMG, 2014.

públicas estava reduzida. Apesar dos avanços políticos a economia nacional, a economia dos estados e municípios estava passando por uma grave crise. As agências do patrimônio, os conselhos estaduais ou municipais experimentaram ampliação das responsabilidades e expectativas e, ao mesmo tempo, acontecia uma redução da capacidade dos entes federativos estruturarem, manterem e institucionalizarem suas organizações. Havia alargamento da participação, mas paralelamente, redução das condições materiais de se efetivar a atuação pública.

Nesse sentido pode-se pensar e avaliar as questões relativas ao planejamento estratégico em relação às respostas esperadas pela sociedade e a efetiva capacidade dos entes federativos de concretizar ou dar condições para a concretização das demandas sociais, inclusive a de maior participação nas decisões da esfera pública. Em discussão estavam o papel do estado, os valores e os limites da democracia representativa, a ampliação das garantias constitucionais, os direitos humanos e a justiça social, mas paralelamente o alargamento das políticas econômicas neoliberais, que reforçam um pragmatismo e individualismo empreendedor.

Paralelamente às demandas emancipatórias advindas da Constituição Federal de 1988, as forças do mercado e as inovações e mudanças tecnológicas impulsionavam transformações e implicavam em novos modos de se organizar o patrimônio cultural. E os anos 1990 serão marcados por governos que tiveram que aprender a lidar com as novas demandas legais, sociais e reivindicatórias de direitos. Os movimentos sociais que se mobilizaram durante o processo de resistência ao autoritarismo político das décadas anteriores, que pressionaram os constituintes entre 1987 e 1988 agora mobilizavam setores sociais a fim de garantir os direitos formais previstos na Carta Magna recentemente promulgada.

Uma referência que pode ser ilustrativa é o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado de 1995. A tese de doutorado em administração “O processo de formulação da estratégia: um estudo de caso longitudinal sobre os processos de construção das estratégias do governo de Minas Gerais entre 1995 e 2011” de Mauro César da Silveira, demonstra que o estado propunha-se naquele momento a executar um papel regulador e fiscalizador, dinamizando a assunção de determinadas atividade pelo setor privado. A situação financeira e a capacidade de atuação do estado estavam de tal forma comprometidas que o autor cita inclusive que, a partir de suas investigações seria possível afirmar que o plano se assemelhava

a uma peça preparada para investidores interessados nas potencialidades econômicas do estado.<sup>72</sup>

O que estava em questão era a reforma e modernização do Estado. Aqui o estado é a unidade da federação e o poder público e político federal, também em processo de reorganização. Um exemplo que marcou os anos 1990 foi a diminuição do papel do Estado na economia com a privatização de diferentes empresas, como a Usina Siderúrgica de Minas Gerais, USIMINAS ou a mineradora Companhia Vale do Rio Doce, hoje “Vale”.

## 2.2 Incentivos financeiros e novos protagonistas na gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais – 1995 – 2012

Por outro aspecto fica evidente o papel central do estado, no sentido de ser indutor de investimentos e o planejador de seu próprio desenvolvimento. No mesmo ano de 1995 foi estabelecido o ICMS Cultural, que reforça a ideia apresentada de um Estado que traça estratégias para a condução de exercer um papel regulador e fiscalizador das atividades relacionadas ao patrimônio cultural.

Pode ser o caso de se questionar a efetividade da descentralização das atividades estratégicas e táticas relativas ao patrimônio cultural, cada vez mais especializadas, daquelas outras atividades, operacionais, transferidas para os municípios e comunidades ou para os agentes locais interessados na memória e identidade municipal, microrregional, regional. Aqui outra questão pode ser apontada: as categorias município, território, região, paisagem urbana, paisagem natural, paisagem regional poderiam render outras investigações.

Apesar de todas as dificuldades de natureza econômica, administrativa e de pessoal técnico especializado a agência mineira do patrimônio realiza, na primeira metade dos anos 1980, importantes ações de tombamento e restauro, especialmente no norte de Minas Gerais.

Apenas uma digressão sobre a situação política e econômica do início dos anos 1990. Em apenas dois anos o primeiro governo eleito para o exercício da presidência da república, extingue as instituições culturais, inclusive o Ministério da Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seu conselho consultivo e, entre tantas outras

---

<sup>72</sup> SILVEIRA, Mauro César da. O processo de formulação da estratégia: um estudo de caso longitudinal sobre os processos de construção das estratégias do governo de Minas Gerais entre 1995 e 2011. (Tese). Doutorado em Administração. UFMG, 2014. p.136 – 148.

medidas de natureza política, econômica, social e cultural, a sociedade assiste à renúncia do chefe do poder executivo federal em função de abertura de processo de impeachment.

É nesse contexto que os primeiros anos da década de 1990 têm seu lugar. Aqui objetiva-se tratar de indicar os processos de continuação da descentralização das agências do patrimônio estaduais e municipais, bem como apresentar o contexto de criação da chamada Lei Robin Hood, procurando relacionar a expansão dos conselhos municipais de patrimônio cultural e ações na esfera cultural à questão do estímulo produzido pelo chamado ICMS Cultural.

A leitura da dissertação “Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro” permite compreender e afirmar que a primeira metade dos anos 1990 foi um período especialmente complexo em relação aos trabalhos do IEPHA, haja visto que a Constituição estadual de 1989, reforçando a coresponsabilidade sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro prevista na Constituição Federal de 1988, permitia ao IEPHA restringir-se aos aspectos normativos e de assessoria, delegando aos municípios as ações efetivas de preservação.

Na pesquisa ora em discussão observou-se que os municípios assumiriam uma responsabilidade sem o devido preparo e intercâmbio técnico. Ressalta-se novamente o contexto político e econômico dos anos 1990. Diminuição da capacidade do estado nacional de operacionalizar as políticas públicas previstas na Constituição que entrara em vigor. Reavaliação da presença do estado em diferentes setores da economia, privatizações, propostas de um estado mais eficiente e focado em alguns setores, como a educação, saúde e segurança e delegação de outras responsabilidades a outras esferas, públicas ou privadas.

Nesse sentido os municípios assumiam uma responsabilidade em condições precárias, geralmente de contenções financeiras. Será nesse contexto que a Lei Robin Hood, de dezembro de 1995 poderá ser pensada como uma tentativa de valorizar as iniciativas locais de preservação do patrimônio cultural. Esse instrumento legal previa a redistribuição da parcela de receita sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de forma a incentivar e estimular as ações municipais de preservação do patrimônio.

O texto da lei nº 12.040 de 1995 assim definia a distribuição:

Art. 1º - A parcela de receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - pertencente aos municípios, [...] será distribuída nos percentuais e nos exercícios indicados no Anexo I desta Lei, conforme os seguintes critérios:

I - Valor Adicionado Fiscal - VAF -: valor apurado com base nos critérios para cálculo da parcela de que trata o inciso I do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal;

II - Área geográfica: relação percentual entre a área geográfica do Município e a área total do Estado, informada pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, da Fundação Centro Tecnológico do Estado de Minas Gerais - CETEC;

III - População: relação percentual entre a população residente no município e a população total do Estado, medida segundo dados fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - População dos 50 (cinquenta) municípios mais populosos: relação percentual entre a população residente em cada um dos 50 (cinquenta) municípios mais populosos do Estado e a população total destes, medida segundo dados fornecidos pelo IBGE;

V - Educação: relação entre o total de alunos atendidos, inclusive os alunos da pré-escola, e a capacidade mínima de atendimento pelo Município, publicada pela Secretaria de Estado da Educação até o dia 30 de abril de cada ano, relativamente aos dados do ano civil imediatamente anterior, calculada de acordo com o Anexo II desta Lei, observado o disposto no § 1º;

VI - Área cultivada: relação percentual entre a área cultivada do município e a área cultivada do Estado, cujos dados serão publicados pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento até o dia 30 de abril de cada ano, com base em dados fornecidos pelo IBGE;

VII - Patrimônio cultural: relação percentual entre o índice de Patrimônio Cultural do Município e o somatório dos índices para todos os municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA/MG -, da Secretaria de Estado da Cultura, que fará publicar, até o dia 30 de abril de cada ano, os dados apurados relativos ao ano civil imediatamente anterior, observados o disposto no Anexo III desta Lei;

VIII - Meio ambiente [...];

IX - Gasto com saúde: relação entre os gastos com saúde "per capita" do município e o somatório dos gastos com saúde "per capita" de todos os municípios do Estado, calculada com base nos dados relativos ao segundo ano civil imediatamente anterior, fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado;

X - Receita própria: relação percentual entre a receita própria do município oriunda de tributos de sua competência e as transferências de recursos federais e estaduais recebidas pelo Município, baseada em dados relativos ao segundo ano civil imediatamente anterior, fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado;

XI - Cota mínima: parcela a ser distribuída em igual valor para todos os Municípios;

XII - Municípios mineradores: percentagem média do Imposto Único sobre Minerais -IUM -recebido pelos Municípios mineradores em 1988, com base em índice elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda, demonstrando a efetiva participação de cada um na arrecadação do IUM naquele exercício;

XIII - Compensação financeira por desmembramento de distrito: compensação financeira aos Municípios remanescentes de Mateus Leme e Mesquita, devido à emancipação de distritos deles desmembrados.

Portanto, conforme é possível observar, a ideia seria transferir para os municípios mais carentes receitas e orçamento para as questões relativas à preservação do patrimônio cultural. O mecanismo inicial estipulava que os municípios que tivessem patrimônio preservado ou políticas de proteção receberiam recursos financeiros, a partir de uma avaliação do IEPHA. Assim pode-se aventar uma explicação para o fato de Minas Gerais, estado pioneiro nesse tipo de política pública ser aquele que mais possui instituições municipais de preservação do patrimônio e conselhos municipais de patrimônio cultural.

Os critérios de pontuação para a distribuição dos recursos acabou funcionando como modelo para as ações municipais de preservação de seus patrimônios culturais. Nesse sentido podem ser elencados como exemplos de estratégias que serão comuns a muitos dos municípios de Minas Gerais: (1) a existência de planejamento e de política de proteção ao patrimônio cultural; (2) o tombamento de bem imóvel, bem móvel, núcleo histórico e conjunto urbano e paisagístico; (3) a produção de dossiês, laudos e inventários, ações de proteção e investimentos e planejamento e política cultural; (4) elaboração de dossiês de tombamento e laudos de estado de conservação, roteiros para a elaboração de inventários; (5) inventário de proteção ao acervo cultural, educação patrimonial, registro do patrimônio imaterial e existência do fundo municipal de preservação do patrimônio cultural.

Aos municípios, portanto, cabe a produção documental, a organização de seus planejamentos e de suas políticas de proteção, a criação de agências locais, conselhos municipais, consórcios intermunicipais para intercâmbio de experiências e as ações que permitirão obter os recursos que serão utilizados pelo fundo municipal de preservação do patrimônio cultural.

Para dialogar com a temática desenvolvida no capítulo anterior, infere-se que o poder público, e especialmente o estado, permanece como o indutor das políticas patrimoniais, mesmo quando se trata de descentralização administrativa, mesmo quando os municípios e as comunidades são chamados a participar, podendo questionar, nesse último caso, a questão do uso do termo efetividade deliberativa, que se pretende problematizar no capítulo seguinte.

Chama a atenção o fato que nos primeiros anos da década de 1990 estavam em desdobramento e em início de execução as consequências do que fora pactuado na Constituição participativa, chamada cidadã de 1988. Na história do ordenamento jurídico

brasileiro poucos foram os momentos de participação efetiva de setores diversos da sociedade (pluri) nacional, como é o caso dos indígenas, para ficar no exemplo estudado na tese de Yussef Daibert Salomão de Campos, intitulada “A dimensão política do patrimônio cultural na Constituinte de 1987 – 1988”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2015.

Este estudo destaca as mobilizações sociais, exemplificando com a atuação dos agentes que lutaram pela inclusão das causas indígenas na elaboração do pacto que a sociedade brasileira realizava naquele momento. E discute como o patrimônio imaterial pode ser pensado a partir da tradição entre território e práticas, saberes e oralidade, como patrimônio nacional, reconhecendo que a nação é multiétnica. O autor destacará que também contribuiu a academia de forma geral, a Associação Brasileira de Antropologia, o Conselho Indigenista Missionário, entre outras organizações da sociedade civil.

Ampliação, inclusão, reconhecimento são palavras que podem ser associadas às lutas que se travaram na assembleia nacional constituinte e que, em alguns casos, ainda carecem de marcos regulatórios para sua efetividade. Porque as lutas travadas naquele momento permanecem em questão nos dias que correm. Nesse sentido, a pluralidade cultural, que era conquista, seja em relação aos povos indígenas, seja em relação à apropriação pela sociedade do patrimônio cultural, passava a orientar os governos que tomariam posse nos anos seguintes e que seriam desafiados a construir novos marcos regulatórios para a administração compartilhada do patrimônio e das identidades, memórias, territórios e paisagens cada vez mais amplas e demarcadas pelas comunidades locais e sociedade civil organizada, articuladas ou não com organizações e a própria academia.

Será nesse sentido que o artigo 216 da Constituição Federal poderá ser pensado. O chamado direito cultural, que inclui o direito ao patrimônio cultural pode ser pensado a partir de duas vertentes: (1) dos bens materiais no seu contexto ambiental, suporte físico, território e paisagem e (2) dos bens culturais, especialmente do chamado intangível, imaterial, que também terá um suporte físico, territorial, paisagístico.<sup>73</sup>

Aqui uma nota explicativa: o desenvolvimento das questões relativas à participação social, comunitária, popular que seriam resultantes de conquistas e ampliação de direitos após a Constituição de 1988 são problematizados como demanda social emancipatória, de cidadania ativa, entendida como participação e deliberação comunitária.

---

<sup>73</sup> SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Para tratar dessa questão também poderá ser estudado o processo de demandas sociais emancipatórias convivendo com o modo de vida das sociedades contemporâneas, onde é possível identificar uma desagregação das agências sociais típicas do século XX, especialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, urbanos, industriais e as associações comunitárias. Paralelamente, observa-se desde as últimas décadas do século XX uma profunda transformação da base produtiva, com transferência de setores industriais para países do oriente, especialmente a China e uma alteração das noções de espaço e tempo, especialmente para os grupos sociais de classes abastadas que formam um mercado cultural global.

Por outro lado ocorre a ascensão de um modo de vida ancorado e lastreado no consumo. O fenômeno da internacionalização, a aceleração da integração dos países (utiliza-se o termo “mercados”) pela via do capital, em suas diversas manifestações, através de padronização, uniformização, tudo o que o capital compra, consome, distribui. As palavras simbólicas, aquisições, fusões, desregulamentações e o poder das corporações cada vez mais independentes dos estados nacionais ou mesmo de qualquer poder público nacional são temas que dialogam com as questões postas acima, ou seja, a demanda emancipatória social estaria colonizada pela lógica do capital? E nesse sentido, o patrimônio cultural também estaria entrando numa complexa rede que envolve economia, turismo, visibilidade, espetacularização?

Assim as questões relativas ao exercício da cidadania seriam problematizadas no sentido de estarem captadas pela lógica ou razão instrumental, onde o utilitarismo, a cultura de massas, a indústria cultural produzem bens e serviços culturais e os ideais emancipatórios contidos na Constituição de 1988 tornaram-se obrigações e deveres, mesmo que pudessem ou carregassem a potencialidade de investirem os movimentos sociais, os grupos sociais de emancipação epistemológica em relação ao estado. Enfim, problematiza-se aqui a pertinência de se avançar nesse debate que envolve questões de patrimônio, direito, estado e mercado.

Porque é possível afirmar que a seleção de bens culturais no estado democrático de direito brasileiro, especialmente após a Constituição de 1988, reconhece a diversidade dos bens culturais e naturais brasileiros como valor fundamental a ser assegurado pela coletividade, pela sociedade civil organizada e pelos entes federativos. Inês Virgínia Prado Soares leciona que “a função do patrimônio cultural é vinculada aos valores e princípios

democráticos (...) ligados à cidadania e à dignidade da pessoa humana, aos direitos sociais da educação, do trabalho, do lazer, (...)”<sup>74</sup>

Aqui é possível compreender como o direito pode auxiliar a discussão e o debate sobre as questões do patrimônio e sua apropriação pelas comunidades. Porque para além das questões relativas aos instrumentos legais é necessário tratar dos instrumentos e mecanismos que permitam a fruição do patrimônio, especialmente pelos grupos mais vulneráveis socialmente. Embora os valores e os direitos culturais estejam assegurados nos documentos legislativos, nos processos de descentralização e distribuição de responsabilidades, a participação das comunidades pode ser questionada, à medida que se observa uma reprodução ou parametrização dos processos e procedimentos, ou das estratégias e táticas para se operacionalizar o que será objeto de eleição municipal de bens culturais.

Outros trabalhos corroboram o que se afirma. Em artigo intitulado “O ICMS Cultural e a indução da política municipal de proteção patrimonial em Minas Gerais: o caso de Contagem”, produzido pelos pesquisadores Aderbal de Andrade Júnior e Carlos A. Pimenta de Faria, é possível entender que diferentemente da compreensão inicial de uma descentralização ou processo de autonomia municipal em relação ao patrimônio cultural, pode-se discutir o centralismo e o caráter normatizador, que indicará o caminho a ser observado pelos municípios, para acessar o repasse de valores monetários. Observa-se ainda que quando o IEPHA fora organizado um processo semelhante seria passível de verificação, o alinhamento com os processos e procedimentos federais, podendo-se inferir que até este momento a questão da descentralização merece uma discussão mais ampliada.<sup>75</sup>

Conforme já indicado, os atributos para a pontuação nos parâmetros do ICMS Cultural são desenvolvidos pelo IEPHA e aprovados pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, nesse sentido pode-se entender que duas interpretações são possíveis, sendo uma compreensiva em relação ao aspecto orientador para os municípios e outra compreensiva com os aspectos condicionadores para os municípios. O artigo citado ressalta o caráter aprimorador do processo e do procedimento, mas traz para o debate a diversidade de situações de natureza administrativa dos 853 municípios de Minas Gerais. Trata ainda da questão do mercado de consultorias especializadas com a documentação exigida para acessar os repasses e manter-se nas listas de patrimônio estadual.

---

<sup>74</sup> SOARES, Inês Virgínia Prado. *Op. cit.* p. 96 – 97.

<sup>75</sup> ANDRADE JÚNIOR, Aderbal. FARIA, Carlos A. Pimenta de. **O ICMS Cultural e a indução da política municipal de proteção patrimonial em Minas Gerais: o caso de Contagem.** Cadernos da Escola do Legislativo. v. 16, nº. 25, 2014.

No trabalho em análise é possível ler e pensar o quão efetiva é a capacidade municipal de deliberação de um patrimônio normatizado pelo estado, pelo órgão estadual do patrimônio cultural.

Respondendo aos critérios estabelecidos pelas deliberações normativas, os municípios apresentam documentação que comprove os vários requisitos de uma ação governamental na área da proteção do patrimônio cultural. Para cada um desses atributos, há uma pontuação máxima a ser alcançada em relação à atuação comprovada pelo município. A Fundação João Pinheiro, órgão do governo de Minas, se encarrega do cálculo do “índice de patrimônio cultural”, a partir da pontuação conferida pelo órgão responsável por esse setor no Estado. O repasse da cota-parte às prefeituras municipais ocorre por meio de depósitos mensais.<sup>76</sup>

A origem dos conselhos municipais de patrimônio cultural, nesse sentido é emblemática. Foram criados para atender à legislação que prevê que sua institucionalização é etapa importante para o acesso aos valores repassados para os municípios. A implementação dos conselhos municipais de patrimônio cultural é contemporânea da legislação que trata do ICMS Cultural e, pode-se dizer, co-evolui com esta legislação e suas normativas. Nesse sentido é possível identificar aqui um campo para aprofundamento no capítulo dedicado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Num primeiro momento, atentando para o que está escrito e documentado, a ideia de descentralização, democratização e ampliação da participação comunitária podem ser subentendidas como processos positivos *de per se*. A pesquisadora Mônica Barros de Lima Starling, da Fundação João Pinheiro, em trabalho publicado na Revista Cadernos da Escola do Legislativo, com o título “Instituições participativas e democratização da ação estatal: os conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais” apresenta uma problematização que questiona a institucionalização dos conselhos com relação à democratização das políticas públicas patrimoniais.<sup>77</sup>

A autora expõe os contextos em que os conselhos municipais se desenvolvem e institucionalizam, trazendo para o debate as interpretações e discussões que envolvem a ampliação dos atores e agentes sociais e comunitários que passam a fazer parte das discussões patrimoniais. Explica que a organicidade dos conselhos dependerá da própria organização dos grupos de interesse das comunidades, da sociedade. Mas também apresenta outras leituras,

---

<sup>76</sup> Idem., *ibidem.*, p. 67.

<sup>77</sup> STARLING, Mônica B. de Lima. Instituições participativas e democratização da ação estatal: os conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. Cadernos da Escola do Legislativo. v. 17, n.º. 25, 2015.

especialmente questionadoras da ampliação da participação social e propositiva de uma interpretação que faz menção às assimetrias em relação à distribuição de poder e informação que podem ser pensadas em se tratando da diversidade econômica, social e cultural dos 853 municípios de Minas Gerais.

Pode-se aludir ainda em relação à efetividade da participação social, à assunção, pelos movimentos sociais de memórias que estariam silenciadas, esquecidas pelas agências federal e estadual e, quem sabe, poderiam ser (re) descobertas. Expansão e ampliação da participação social é o que se pode imaginar quando se fala e legisla em relação à descentralização política, administrativa e deliberativa.

Mônica Starling descreve, no entanto, outros problemas e questionamentos, como por exemplo, as lógicas dos interesses que motivam os atores a participarem das instâncias participativas. A pesquisadora expõe ainda resultados alcançados em investigação desenvolvida a partir de dados disponibilizados pelo IEPHA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 385 municípios mineiros pesquisados, segundo os critérios expostos, apenas 29 municípios teriam alto potencial para a democratização da política do patrimônio cultural. Verificou ainda que os conselhos pesquisados apresentam pequena participação efetiva da sociedade civil organizada, possivelmente descaracterizando-os.

A incipiente organização da sociedade civil nesses fóruns decorre, supostamente, da forma induzida de criação desses conselhos municipais, a qual independe, na maioria dos casos, de organização e mobilização prévias, o que não possibilita a construção de atores coletivos ou de interesses sociais politicamente representáveis. Um dos traços da representação social nos conselhos é justamente o seu caráter autônomo e individualizado. Dentre esses, os proprietários de imóveis se distinguem por uma participação informal, polemizando o tema do tombamento dos bens edificados privados e contribuindo para a formação de uma agenda decisória nesse campo frequentemente alheia aos interesses públicos.<sup>78</sup>

Este poderá ser um ponto de observação a ser desenvolvido no capítulo seguinte, onde pretende-se apresentar o processo de institucionalização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Observando a aplicação da interpretação aludida acima para o caso do município de Ubá, ocorre de reafirmar a inexistência mesmo de organizações representativas da comunidade no Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. A Lei Orgânica Municipal, de 1990, previa em seu artigo 237 a criação do Conselho Consultivo do

---

<sup>78</sup> Idem., *ibidem.*, p. 230 -231.

Patrimônio Histórico e Artístico de Ubá, que contaria com cinco membros titulares e cinco suplentes. O artigo seguinte descrevia como condição para ser membro do dito conselho a designação pelo prefeito municipal, de pessoas com reputação ilibada e competência nos assuntos relativos ao patrimônio cultural.<sup>79</sup> Ainda, seguindo os artigos da Lei Orgânica, já estava previsto para fins de tombamento, discriminados no artigo 242, o Rio Ubá e seus afluentes, o Paço Municipal, o Parque Florestal Municipal “Antenor de Oliveira Brum”, o prédio do antigo Ginásio São José, o Jardim Cristiano Roças, da Praça São Januário, a igreja e a Praça das Mercês, as palmeiras da Avenida Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, o Museu Histórico da Sociedade dos Viajantes e Representantes Comerciais de Ubá, a sede e a capela da Fazenda das Palmeiras e o Torreão, descrito como localizado nos fundos do Cinema Brasil, na Praça Guido Marliere.

Nesse sentido observa-se que o Conselho pensado em 1990 já nasceria com uma série de atividades previamente pensadas e dispostas em lei. Além do caráter consultivo o mesmo teria uma tarefa agendada para seus primeiros atos e produções documentais.

Em relação aos proprietários de imóveis, loteadores, agentes imobiliários e construtores e empreiteiras que na linguagem de mercado estão interessados legitimamente nos processos de verticalização das edificações centrais e crescimento da área urbana, para fins de construção de novas áreas de expansão e ocupação do solo urbano, compreende-se que seus interesses e sua capacidade de ação e atuação sejam maiores que os interesses comunitários dispersos e representados por agentes culturais isolados. A incipiente organização da sociedade civil, a dificuldade de manutenção de grupos que representem os interesses coletivos permite o avanço dos interesses do capital e de riquezas geradas e mesmo o avanço dos processos de judicialização dos processos do patrimônio.

Por um aspecto a sociedade civil é convidada a participar, por outro, agentes culturais e interessados individuais são as pessoas que atuam na gestão do patrimônio cultural. Em função da situação, grupos organizados interessados informam e procuram colocar em prática seus objetivos. Em caso de desrespeito a uma recomendação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá uma necessidade recorrente tem sido à busca do apoio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, também co-responsável pela proteção do patrimônio cultural nos municípios.

---

<sup>79</sup> Lei Orgânica do Município de Ubá. Promulgada em 23 de março de 1990.

## CAPÍTULO 3

### **A criação dos conselhos municipais de patrimônio cultural: o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – Minas Gerais**

Examinar as possibilidades de pensar a paisagem e o patrimônio cultural, especialmente a partir da experiência da constituição do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – Minas Gerais, procurando conectar seu desenvolvimento com um contexto de ampliação da participação política e social nos espaços públicos e coletivos de decisão e gestão do que se nomeia patrimônio municipal é um dos objetivos desta pesquisa.

Para empreender essa investigação, pretende-se, mesmo que de forma breve, revisar o debate sobre os conselhos municipais de patrimônio cultural e avaliar as possibilidades de se pensar o “patrimônio municipal” como fenômeno regional, a partir de uma interface com a categoria microrregião, de forma a mensurar a possibilidade de tratar de regionalização do patrimônio. Aqui será necessário fazer uma delimitação estratégica de conceitos operacionais. Os termos lugar, região, território e paisagem são expressões polifônicas e polissêmicas, despertando diferentes compreensões e necessidades de delimitação. Para os fins desta pesquisa optou-se por tratar da paisagem como referência tanto espacial quanto patrimonial. Explica-se: a paisagem cultural é, enquanto uma categoria associada ao campo do patrimônio, relativamente emergente, sendo discutida pelos profissionais do patrimônio a partir dos anos 1990 e entrando para a Lista do Patrimônio Mundial elaborada pela UNESCO em 1992.

Para tratar das relações relativas ao patrimônio cultural em expansão tipológica e geográfica o conceito de paisagem cultural poderá ser instrutivo. Cabe registrar que em 2016, a Pampulha, bairro de Belo Horizonte, foi inscrita na lista mundial de patrimônios da humanidade com o “selo” paisagem cultural. A cidade do Rio de Janeiro também está inscrita na mesma lista desde 2012. E trabalhos recentes propõem a gestão sustentável da paisagem cultural<sup>80</sup>. Importante frisar que aqui não se propõe uma análise inédita, sendo a paisagem cultural pensada e problematizada em trabalhos da arquitetura e da geografia, para exemplificar com duas teses de doutorado recentes.

---

<sup>80</sup> FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à Gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.** (Tese) Doutorado em Arquitetura. USP: São Paulo, 2014.

### 3.1 Patrimônio cultural e paisagens de Ubá

A paisagem pode ser pensada como uma categoria multidisciplinar cabendo representá-la segundo diferentes critérios, entre naturais, técnico-administrativos, socioculturais ou mesmo através de percepções comunitárias, coletivas, sociais, regionais e nacionais.<sup>81</sup>

A produção de conhecimento sobre paisagens e patrimônio cultural tem um escopo documental variado como, por exemplo, documentos administrativos e legislativos; outros, de caráter didático-pedagógico; de viajantes, religiosos, naturalistas, cronistas, memorialistas; documentos de caráter acadêmico e cultural; de divulgação do conhecimento. Uma pluralidade de fontes pode e deve ser investigada, compreendendo-se que a confiabilidade dos registros, das cartas e dos documentos precisa ser apresentada e demarcada.

Em artigo intitulado “Sobre luzes e sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982 – 2012)” publicado em 2015, o professor e pesquisador Leonardo Civale, argumenta que a paisagem urbana é resultante de conflitos e disputas entre grupos dominantes e subalternos. E leciona que “a luta pela memória é uma estratégia histórica de segmentos esclarecidos e mais favorecidos da sociedade em busca de legitimação”. Acrescenta que o fortalecimento e o controle das estratégias indicadas levam à alienação dos espaços públicos de determinados grupos e o controle por outros. Problematisa e questiona se um espaço dividido, onde grupos comunitários não se sintam representados, poderia ser compreendido como espaço público.<sup>82</sup>

Nesse sentido apresenta-se para iluminar esta pesquisa e investigação a questão de se pensar que atores sociais se fazem representar nos bens culturais eleitos para representar uma memória social no município de Ubá – Minas Gerais. A paisagem de forma ampla, a paisagem cultural e a paisagem urbana, podem ser pensadas no sentido de se observar que conflitos aparecem nos documentos estudados. Ou mesmo se existem, nos documentos, o indício de conflitos e disputas entre os bens culturais inventariados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

---

<sup>81</sup> MELO, Kelly Cristina. **Paisagem cultural do Rio de Janeiro**: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território. Tese de doutorado. Geografia Física. Universidade de São Paulo, 2015.

<sup>82</sup> CIVALE, Leonardo. **Sobre luzes e sombras**: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982 – 2012) Caderno de Geografia. PUC - MG. v..25; n°. 44, 2015.

Este trabalho pretende identificar e compreender os conceitos fundantes referentes ao desenvolvimento e a experiência do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ubá - Minas Gerais. Para sua consecução será pensado e avaliado até que ponto as agências patrimoniais, nacional e estadual, atuaram como parâmetros, exemplos ou padronizadoras de processos, tipologias de bens culturais tombados, inventariados ou registrados. Em outras palavras, se as instituições do patrimônio nacional e estadual podem ser pensadas como matrizes ou modelos de tratamento jurídico e administrativo na forma de fazer e saber do conselho estudado.

Para concretizá-lo tornou-se importante: (1) investigar o processo de institucionalização de conselhos municipais de patrimônio cultural no Brasil e (2) descrever a gênese e o desenvolvimento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá.

A questão da paisagem em geral e da paisagem cultural em particular, especialmente na sua tipologia trabalhada pela UNESCO abarca as categorias patrimônio material, tangível e imaterial, intangível. É nesse sentido que pode ser relevante pensar a questão do município e região, especialmente município e microrregião, já que o processo político de desmembramento municipal pode ser uma forma de delimitar o patrimônio microrregional.

O caso de Ubá pode ser ilustrativo, levando-se em consideração que uma parte dos municípios da microrregião desmembraram-se do município de Ubá. São exemplos os municípios de Divinésia, Guidoal, Rodeiro e Tocantins. Mas também pode ser o caso de se expandir territorialmente e buscar origens políticas, administrativas, econômicas e sociais comuns, como o município de Visconde do Rio Branco, e aqueles municípios que deste último se desmembraram e, ainda mais distante no tempo e no espaço, ao município por onde tem início a história política municipal na zona da mata central, o município de Rio Pomba.

A zona da mata de Minas Gerais é constituída por 142 municípios, uma área total aproximada de 35.000 quilômetros quadrados e cerca de dois milhões e setecentos mil habitantes<sup>83</sup>. A zona da mata central, região onde se insere Ubá é composta por 52 municípios.

---

<sup>83</sup> Minas Gerais. Caderno Regional da Mata. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>. Acesso em: ago.2017.

Os municípios de Ubá, Viçosa, Muriaé, Carangola, Palma e Visconde do Rio Branco são os seis dos 52 mencionados como pertencentes à zona da mata central que tem autonomia política desde o século XIX, sendo Ubá o mais antigo, de 1853.

Relativamente ao conceito de paisagem algumas observações iniciais tornam-se importantes. A polissemia do conceito indica os cuidados que a ideia de tratar patrimônio e paisagem cultural merecem. Primeiramente porque a inscrição da paisagem cultural, apesar da longevidade da expressão, é relativamente recente.

Observa-se que “as premissas históricas do conceito de paisagem para a geografia, surgem por volta do século XV no renascimento, momento em que o homem, ao mesmo tempo em que começa a distanciar-se da natureza, adquire técnica suficiente para vê-la como algo passível de ser apropriado e transformado”<sup>84</sup>.

Ampliando e fundamentando a discussão, é possível ressaltar que a paisagem co-evolui com a ação humana sobre suas configurações, sobre o relevo, o solo, as atividades econômicas. Assim as intervenções e interferências humanas podem produzir expressões que precisam ser delimitadas e trabalhadas. Um exemplo é a questão do patrimônio ambiental, que inclui a interação homem – natureza e patrimônio natural, que seria a paisagem sem interferência, mas com intervenção, algumas vezes interdição, no sentido de delimitar os usos possíveis.

Sobre uma memória do conceito, Carl Sauer, já em 1925, tratava da paisagem cultural e indicava que a paisagem é processo, não um dado fixo. Portanto é possível conhecer e reconhecer as marcas visíveis na memória da paisagem. Em suas palavras:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. É nesse sentido que uma apreciação verdadeira de valores históricos que fez com que os geomorfólogos ligassem a paisagem física atual ao passado nas suas origens geológicas e, a partir daí, chegassem a conclusões passo a passo. No sentido corológico, entretanto, a modificação da área pelo homem e a sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior a introdução da atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Apud MENDONÇA, F de A.; VENTURI, L.A.B. Geografia e metodologia científica. Revista Geosul. Especial, Florianópolis, 1998, p.65.

<sup>85</sup> SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊIA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 42.

Neste ponto pretende-se pensar a relação paisagem e identidade. A primeira é parte constituinte da segunda. Uma identidade, entre outras que utilizamos, é aquela relativa ao município de nascimento (naturalidade), com imagens que naturalizamos e que constituem as paisagens das memórias das pessoas e das comunidades. Existem casos de municípios em que determinados monumentos isolados são verdadeiras marcas identitárias, para além das fronteiras locais e nacionais. Já para os nativos e para aquelas pessoas que vivem numa determinada municipalidade existem também monumentos isolados que podem identificar o município. No caso do município de Ubá, diferentes praças, edificações, ruas e avenidas são marcas locais. Nesse sentido a paisagem de Ubá pode ser pensada como uma categoria a ser trabalhada como patrimônio cultural. Inclusive mantendo a redação original da Lei Orgânica Municipal, com o Ribeirão Ubá como uma das marcas desta paisagem.

Dessa forma busca-se pensar a paisagem como uma categoria extensa, abarcadora e incorporadora da questão da identidade, apresentada e debatida no primeiro capítulo desta investigação. O patrimônio cultural que é monumento, documento, edificação isolada, conjunto arquitetônico e paisagístico, bem imaterial, modo de fazer, em outras palavras, o patrimônio é uma paisagem que contém os elementos isolados, mas também que unifica os mesmos elementos numa identidade que somente os moradores de determinados lugares reconhecem como únicos, unidos pelas paisagens circundantes. Nesse sentido pode-se tratar da paisagem pensando na extensão territorial, nas máximas de altitude do distrito de Ubari, que atingem 900 metros, atravessando o relevo dos chamados mares de morros na sede, ainda acrescentar as questões de natureza hidrológica, de coberturas vegetais primárias e secundárias, juntamente com os usos sociais que se faz destas paisagens. Nesse sentido paisagem e patrimônio se somam, sendo a primeira um patrimônio cultural onde estão assentados os bens culturais selecionados para compor os itens de interesse representativos de uma sociedade.

Para ilustrar a discussão e os debates sobre paisagem utilizaremos o estudo de Jean-Marc Besse, “Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia”<sup>86</sup>. Nesse trabalho o autor permite compreender alguns dos indícios da apropriação da paisagem pelo homem, utilizando-se de ensaios sobre como a sensibilidade e o contexto histórico podem ser úteis para compreender o desenvolvimento de um conceito. No primeiro ensaio, Besse trata de uma experiência descrita numa carta do poeta e pensador italiano Francesco Petrarca, que

---

<sup>86</sup> BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. de Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

apresenta a paisagem como “objeto” da contemplação humana, uma apreciação da criação divina.<sup>87</sup>

No segundo ensaio, o autor utilizará a arte de Peter Brueghel, pintor holandês, apresentando uma interpretação artística da paisagem. Pode-se afirmar que a paisagem é entendida tanto como espaço objetivo da existência quanto como experiência visual do mundo, configurando assim a imagem ao processo de ver-olhar e captar o que se pode chamar “cenário”, mas que pode ser melhor entendido no sentido de *sitium*.<sup>88</sup>

No ensaio dedicado a Goethe, o autor apresenta a partir da “Viagem à Itália”, a paisagem adquirindo novas propriedades: o sentido afetivo, a fruição estética e o apreço pelo belo.<sup>89</sup>

Aproximando-se do século XIX, Besse observa em Lapparent a paisagem como indicadora de uma “outra história”: a paisagem como expressão visível da história física da Terra, de seus atributos geológicos e geomorfológicos. O aspecto visível da paisagem, nesse sentido, torna-se uma “superfície”, acessível aos olhos. Aqui se encontra um esforço de interpretação e de conhecimento para além da contemplação, da fruição e da emoção despertada pela paisagem. Instaura-se uma tentativa de leitura da paisagem através do olhar “científico”, nascente no século XIX. A paisagem pode e deve ser apreendida e esta capacidade pode ser desenvolvida a partir de um conjunto de técnicas, métodos de observação e exercícios de percepção. Pode-se falar em inteligência paisagística.

O naturalista Alexander von Humboldt e o geógrafo Vidal de La Blache são apresentados ao leitor como referências deste olhar mais técnico e criterioso sobre aspectos da paisagem.<sup>90</sup>

Besse trabalha ainda com as contribuições da fenomenologia para o estudo da paisagem. Enquanto um fenômeno social, o espaço das paisagens é observável, cognoscível e explicável. A paisagem é estudada como uma dimensão do discurso, como categoria do entendimento humano e a geografia é o campo do conhecimento que tem no espaço mundano e humano o “seu” fenômeno, a ser observado, conhecido, divulgado, explicado. O autor termina seus ensaios propondo a possibilidade de colocar em diálogo os aspectos filosóficos da paisagem.<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> BESSE, Jean-Marc. Ibid., p. 4.

<sup>88</sup> Ibid., p. 17.

<sup>89</sup> Ibid., p. 41.

<sup>90</sup> Ibid., p. 61.

<sup>91</sup> Ibid., p. 75.

Ainda, ilustrativamente em “História das Paisagens”, Francisco Carlos Teixeira da Silva, apresenta a paisagem como o resultado de um processo de longa duração, resgatando assim as concepções de paisagem dos séculos XVIII e XIX e distinguindo a paisagem natural da paisagem cultural. O autor propõe que a paisagem é resultante da ação antrópica sobre o sítio natural, destacando as diferentes formas de apropriação das paisagens. Apresenta, ainda, uma análise transdisciplinar da questão: sugere que, para tratar de compreender a categoria paisagem é necessário examinar os dados da geografia (relevo, solos, hidrologia, clima, vegetação, etc); examinar os dados do direito (tradições, usos e costumes, normas e leis que regulam a apropriação da natureza); os dados da tecnologia (instrumentos técnicos que indicarão o ritmo das transformações das paisagens); os dados da demografia (fome ou abundância, pestes, epidemias, mortalidade infantil, envelhecimento, etc) e os dados da sociologia (as condições sociais, culturais e étnicas) que formam algumas das fontes diversificadas possíveis para uma reflexão sobre a paisagem. Nesse sentido é possível afirmar que a história das paisagens e as relações do homem com as paisagens descortinam uma problematização que trata também da interação permanente entre o homem e o espaço ao seu redor.<sup>92</sup>

O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional já atravessou mais de setenta anos de história e, nesse sentido, observa-se nos anos 1970 e principalmente 1980 uma ampliação da noção de patrimônio tanto no debate nacional, como no internacional, com questões de ordem processual (como festas, modos de fazer), ou de natureza arqueológica, paleontológica, genética, documental, paisagística, enfim, o que couber na rubrica “cultural”, tornou-se objeto de reflexões patrimoniais.

Paralelamente, as unidades da federação também criaram seus institutos estaduais de patrimônio (com diferentes nomenclaturas: ora patrimônio histórico ou histórico e artístico ou cultural) principalmente a partir dos anos 1970. Reforça-se que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, por exemplo, é de 1971.

Finalmente, a partir de 1988 o termo patrimônio cultural foi “regulamentado” no artigo 216 da Constituição Federal.<sup>93</sup> A partir de então será possível localizar a expansão dos conselhos municipais de patrimônio, também aqui com nomenclatura variada, em função de diferentes fatores, como, por exemplo, ter sido criado antes ou depois de 1988, quando da regulamentação da expressão patrimônio cultural.

---

<sup>92</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

<sup>93</sup> Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2010.

É nesse sentido de ampliação da categoria patrimônio cultural que este estudo se insere. A polissemia em torno do patrimônio, a ampliação e flexibilização conceitual, bem como a expansão do processo de institucionalização do patrimônio (da internacional UNESCO até os pequenos municípios do interior de Minas Gerais, com seus conselhos municipais de patrimônio cultural) merecem uma investigação.

Em função do problema apresentado foi proposto um recorte temporal: 1988 -2012. O ano de 1988 marca a instauração do patrimônio adjetivado *cultural* no texto legal nacional e tem desdobramentos na criação de conselhos municipais de patrimônio cultural.

Dessa forma, propõe-se para uma discussão utilizando duas categorias principais - patrimônio cultural e conselhos municipais de patrimônio cultural - e os procedimentos, estratégias, táticas e ações políticas na gestão pública dos patrimônios culturais, com ênfase na ampliação da participação da sociedade civil, especialmente através dos conselhos municipais de patrimônio cultural, suas origens, desenvolvimento e estruturação.

Como afirmado acima, este estudo pretende demonstrar uma possibilidade de investigação e será produzido a partir de diferentes “lugares” como, por exemplo, atos administrativos e leis municipais que criaram o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ubá, atas de reuniões e documentos produzidos por ele. Através do conhecimento destes documentos será observada a existência, ou não, de paisagens naquilo que se discutiu e pensou como patrimônio da cidade ou da região.

Esta pesquisa pode ser classificada como aplicada, quanto à natureza do estudo; qualitativa, quanto à abordagem do problema; descritiva e exploratória quanto aos fins; e documental, bibliográfica e ainda, um estudo de caso, quanto aos meios de investigação. Para empreendê-la, portanto, serão instrumentos: a leitura das fontes históricas do Arquivo Público Municipal de Ubá, do próprio Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá e de documentos administrativos da Prefeitura Municipal de Ubá, que permitirão compreender os caminhos que o patrimônio cultural percorreu neste município, bem como conhecer as narrativas discursivas produzidas para justificar os processos de registro de bens locais.

Para concretizar este trabalho foi importante: investigar o processo de institucionalização de conselhos municipais de patrimônio cultural no Brasil, descrever a gênese e o desenvolvimento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá, registrando seu *modus operandi* e procurando identificar as relações institucionais estabelecidas entre o último e outros conselhos municipais de patrimônio cultural, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como com o Ministério Público Estadual e instituições de ensino superior.

Sempre considerando as fontes documentais do próprio Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Em “O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas”, Sandra Pelegrini ensina que o patrimônio é historicamente construído e relaciona-se com a identidade cultural, bem como pode ser avaliado como uma categoria do direito à memória e base para o exercício da cidadania.<sup>94</sup>

No trabalho “Patrimônio cultural e cidade: Práticas de preservação em São Paulo” Juliana Mendes Prata apresenta diferentes abordagens sobre a evolução da categoria patrimônio cultural, problematizando essas formas de apreensão: remete inicialmente ao já citado “Alegoria do Patrimônio” de Choay e apresenta referências antropológicas para o debate, identificando na noção de culto, objeto sagrado, monumento a ser preservado, de um passado que merece estar patrimonializado, como uma questão a ser discutida. Uma das questões trabalhadas pela autora e que se pretende também observar nesta pesquisa foi a substituição das expressões “histórico e artístico” por cultural, observada tanto na nomenclatura das agências federais e estaduais quanto nas instituídas antes ou depois de 1988, bem como uma amplificação dos adjetivos que o patrimônio vem recebendo.<sup>95</sup>

Françoise Choay identifica a ampliação de bens inventariados a partir da segunda grande guerra e especialmente a partir dos anos 1960 e apresenta entre as razões da preservação e (re) uso de monumentos a questão econômica. A autora remonta às origens do patrimônio e discute sobre as relações entre o iluminismo e os primeiros museus de arte e os primeiros conservatórios, estabelecendo diferenças entre o modelo francês e o modelo inglês. Apresenta a chamada teoria dos valores para o patrimônio e trata da questão do chamado “valor nacional”.<sup>96</sup>

Para fins deste trabalho a noção de conjunto urbano, também discutida na referida obra será importante para a compreensão do patrimônio cultural, dada a elasticidade do termo e a discussão proposta no sentido de se tratar do patrimônio reconhecido na municipalidade ou num grau mais extenso, daquilo que se está chamando de patrimônio regional. Novamente aqui aparece a experiência do município de Ubá que, enquanto um conjunto urbano, ainda não

---

<sup>94</sup> PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**. UNESP–CEDAP, v.3, n.1, 2007 pp. 95-109. Disponível em: <[http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimonio\\_e\\_memoria\\_v3\\_n1/sandra\\_pelegrini.pdf](http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v3_n1/sandra_pelegrini.pdf)>, Acesso em: 05/06/2015.

<sup>95</sup> PRATA, J. M. **Patrimônio cultural e cidade**: práticas de preservação em São Paulo. (Tese). Arquitetura. FAU/USP. 2009.

<sup>96</sup> CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed.. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006. p. 113.

*patrimonializou* trechos da malha urbana ou conjunto de edificações ou mesmo a chamada paisagem cultural. Examinar o estado da arte desses processos nas discussões e debates promovidos pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural também será objeto desta investigação.

Propõe-se aqui uma avaliação da aplicabilidade da noção de identidade e patrimônio, conforme acima mencionado e pergunta-se: será possível identificar uma tentativa de criação de identidade a partir dos objetos e processos selecionados para representarem o patrimônio, segundo os critérios do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ubá? Os autores até aqui trabalhados tratam de associar o patrimônio cultural com a produção da memória e do reconhecimento atual de bens e processos que merecem ser reconhecidos por todos como patrimônio da coletividade, mas, questiona-se nesta investigação a possibilidade de mensurar a construção de uma identidade local, municipal, microrregional a partir daquilo que foi até então considerado representativo dessa identidade regional.

O patrimônio cultural pensado, discutido, mapeado, inventariado, tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá apresenta uma relação com as discussões acadêmicas sobre os processos de patrimonialização? Os documentos trabalhados e produzidos pelo conselho de patrimônio cultural municipal estão em sintonia com os debates realizados nos institutos de patrimônio cultural - federal e estadual - bem como com as dissertações de mestrado e teses de doutorado que, desde 1988 foram produzidas no estado de Minas Gerais e que refletiram sobre o patrimônio cultural municipal?

Nesse sentido esta pesquisa propõe uma avaliação dos discursos oficiais produzidos pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ubá, suas simetrias e assimetrias com os documentos institucionais e acadêmicos sobre patrimônio cultural, observando reflexos e singularidades na produção sobre o patrimônio cultural de Ubá.

E, para tratar da institucionalização dos conselhos municipais de patrimônio cultural, faz-se necessário recordar o processo de descentralização dos espaços de decisão do que será consagrado como patrimônio. Os compromissos de Brasília e Salvador, respectivamente de 1970 e 1971, indicam necessidade de ampliar e dividir as responsabilidades de preservação e proteção dos bens culturais.<sup>97</sup> Nesse sentido observa-se a criação dos institutos estaduais de patrimônio e em alguns municípios a institucionalização de divisões, diretorias ou departamentos de patrimônio. Além destas questões pertinentes ao patrimônio estavam em processo de implantação na época os institutos municipais de planejamento urbano.

---

<sup>97</sup> FONSECA, *Op.cit.* p.142.

Já citado, em Minas Gerais o IEPHA foi criado em 1971. No município de Juiz de Fora em 1982 foi estabelecida lei municipal de proteção ao patrimônio cultural.<sup>98</sup> Em Cataguases o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico é criado em 1985.<sup>99</sup> Belo Horizonte participa do mesmo movimento entre 1984 e 1986. São as primeiras cidades de Minas Gerais que, mesmo anteriormente à obrigação constitucional de outubro de 1988, passam a assumir e por isso, ampliar a participação social e comunitária, e se corresponsabilizar como um dos três entes federativos pela identificação, eleição, proteção, preservação e manutenção do patrimônio cultural.

A ampliação e extensão das responsabilidades relativas ao patrimônio são resultado de políticas públicas que dividiam o tratamento da questão com os estados e municípios. Por outro lado a sociedade civil também estava a reivindicar uma maior participação social nos processos decisórios. Diversos conselhos (populares e comunitários) já existiam, especialmente na área da saúde. Os movimentos de distensão da ditadura militar já eram observados e um novo padrão de relação entre estado e sociedade civil indicava maior acessibilidade na tomada de decisões públicas.<sup>100</sup>

Entre as transformações ocorridas na história recente do Estado brasileiro com repercussões nos três níveis de governo pode-se destacar a incorporação de espaços deliberativos quanto às políticas públicas no interior de sua estrutura. Entre esses espaços deliberativos estão os conselhos municipais. Desde 1988 a expansão desses conselhos, em diferentes áreas, é significativa. Por exemplo, apenas na área de saúde e assistência social somam-se mais de 11.000 conselhos, com mais de 100.000 pessoas envolvidas.<sup>101</sup>

Os conselhos, comissões ou colegiados consultivos de assessoria aos governos são encontrados desde a antiguidade. Em Portugal, especialmente entre os séculos XII e XV já haviam os *concelhos* de cidades<sup>102</sup>. Os conselhos podem ser identificados como espaços que propiciam a participação política e a manifestação pública das ideias e opiniões, e nesse sentido, podem ser compreendidos conforme ensina Cunha como:

---

<sup>98</sup> ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade**: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980. Dissertação de Mestrado. História. UFJF. Juiz de Fora, 2012.

<sup>99</sup> LINS, Ulisses Vanucci. **Subsídios para o estudo da imagem urbana de Cataguases**: A região da Praça da Estação. Dissertação de Mestrado. Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 2012. P. 36

<sup>100</sup> GOHN, M. G. M. **Conselhos municipais de acompanhamento e controle social em Educação: participação, cidadania e descentralização?** In: Donald Bello de Souza. (Org.). **Conselhos Municipais e Controle Social da Educação: Descentralização, Participação e Cidadania**. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 1-259.

<sup>101</sup> CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos municipais de Assistência Social (1997 / 2006)**. Tese de doutorado. Ciência Política. UFMG. Belo Horizonte, 2009.

<sup>102</sup> GOHN, M. G. M. **O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana**. In: Ana Clara Torres Ribeiro-Emílio Tadei. (Org.). **Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

(...) espaços institucionais que possibilitam a expressão de diferentes discursos e posicionamentos sobre questões que são de interesse público, o debate público sobre elas e sobre os possíveis encaminhamentos para suas soluções assim como a produção de acordos e decisões sobre essas soluções, sobre os quais exerce algum nível de controle, tendo como participantes os representantes daqueles que estarão sujeitos às decisões. Eles são, portanto, espaços de expressão do conflito, de produção de acordos acerca de prioridades e ações em relação às políticas públicas e de controle público sobre a execução dessas ações.<sup>103</sup>

No âmbito do estado brasileiro a experiência de conselhos existe desde 1822, mas é, sobretudo a partir dos anos 1930 que cinco conselhos nacionais serão institucionalizados. Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2013 pode-se ler que entre 1990 e 2009, somaram-se aos cinco conselhos nacionais existentes mais vinte e seis conselhos “(...) tendo em vista a difusão da ideia de ampliar a participação no processo de formulação de políticas públicas pós Constituição Federal de 1988.<sup>104</sup> Mesmo durante a ditadura militar esses conselhos foram mantidos e/ou ampliados em suas diferentes áreas.<sup>105</sup> Nos anos 1980 alguns municípios institucionalizaram conselhos populares e/ou comunitários. Com o fim da ditadura militar, a assembleia nacional constituinte, de 1986 viu crescer o interesse da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais instituintes naquele momento pelo novo modelo de estado que aquela situação permitiria pensar.

Promulgada a Constituição de 1988, diversos conselhos foram instituídos por leis nos três níveis de governo e, portanto, são estruturas político-institucionais permanentes, com previsão legal de suas competências e funções, vinculadas à estrutura administrativa do estado e que propiciaram a participação institucionalizada da sociedade civil.<sup>106</sup>

Segundo Eleonora Cunha foram identificados cinco princípios institucionais nos conselhos: participação, representação, deliberação, publicidade e autonomia.

Os conselhos de política, portanto, foram instituídos a partir dos seguintes princípios: (1) ampliação dos canais de participação política da sociedade; (2) possibilidade de que diferentes concepções (defendidas por atores sociais e estatais) sobre a amplitude e a direção dos direitos de cidadania se expressem; (3) as decisões sobre a política pública devem ser precedidas por debates inclusivos e públicos; (4) transparência quanto às posições dos

---

<sup>103</sup> CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos municipais de Assistência Social (1997 / 2006)**. Tese de doutorado. Ciência Política. UFMG. Belo horizonte, 2009.

<sup>104</sup> IPEA. **Conselhos Nacionais: Perfil e atuação dos conselheiros**. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

<sup>105</sup> CUNHA. *Op. cit.* p. 126.

<sup>106</sup> CUNHA. *Op. cit.* p. 129.

atores, aos debates e às decisões que têm efeito vinculante; (5) possibilidade de construírem as regras de seu funcionamento e os seus critérios de decisão.

Uma palavra sobre estes princípios institucionais merece ser refletida ou, ao menos, objeto de uma observação: pensando na experiência do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá, quando se considera que até 1997 não havia uma instância colegiada, com representação da sociedade civil discutindo o patrimônio cultural municipal, é possível reconhecer que houve ampliação da participação política da sociedade local nas questões pertinentes ao patrimônio cultural municipal. As atas de reuniões, as correspondências oficiadas e os dossiês produzidos pelos conselheiros são o testemunho dessa participação. Lembra-se ainda que o primeiro, e durante trinta e quatro anos, o único bem reconhecido como patrimônio municipal, o chamado Torreão de Cesário Alvim, foi decretado monumento municipal através de ato do legislativo municipal. Portanto, nesse sentido, e reforçando a ideia de ampliação dos canais de participação, esse princípio estaria sendo observado, com os limites inerentes à participação social idealizada. Partiremos da participação realizada, sem entrar no mérito daquilo que se esperaria que devesse ser, mas procurando o que efetivamente foi realizado.<sup>107</sup>

Relativamente à possibilidade de que diferentes concepções sobre a amplitude e a direção dos direitos de cidadania se expressem, no âmbito do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, pensado através de documentos oficiais produzidos pelo próprio Conselho, observa-se que a possibilidade está em aberto, mas a documentação examinada permite-nos afirmar que, os conselheiros mais se aproximavam que representavam interesses que pudessem expressar divergências. Nesse sentido os debates internos tendiam a consensos e unanimidades e quando havia participação da sociedade civil, registrada em poucas reuniões, o objetivo era localizado, pontual. Assim, do ponto de vista dos debates inclusivos e públicos, não por falta de empenho dos conselheiros, haja vista a realização dos Seminários de Educação Patrimonial, a divulgação das atas no Diário Oficial do município, matérias jornalísticas produzidas pela imprensa escrita, radiofônica e televisiva local, pode-se afirmar que ainda existe um campo a ser explorado, o chamamento de setores da sociedade para que se apropriem dos debates públicos realizados no âmbito do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, mas, este que escreve acrescentaria, no âmbito dos conselhos municipais, como demonstra esse caso em particular, mas também, como é possível compreender pra outros casos de conselhos de políticas públicas.

---

<sup>107</sup> Arquivo Público da cidade de Ubá. Coleção Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Caixas 2, 3 e 4. .

Os itens finais dos princípios institucionais tratam da transparência e autonomia para a construção das regras de funcionamento e critérios de decisão dos conselhos. Pensando o caso em estudo, entendeu-se que os trabalhos dos conselheiros, ao longo do período estudado, foram semelhantes àquele realizado pelo IPHAN e o próprio IEPHA em seus primeiros tempos, apropriando de um termo já popular, especialmente para tratar do IPHAN, um trabalho *heróico*, no sentido de contar com o trabalho e a dedicação voluntária de conselheiros que procuraram oferecer o que de melhor podiam a fim de dotar a municipalidade e a comunidade ubaense de um patrimônio cultural inventariado, registrado, tombado. Outra questão é o interesse social pela produção do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, que não foi objeto deste estudo. Relativamente à construção de regras de funcionamento e critérios de decisão do Conselho em exame, pode-se problematizar a questão. O fato de existir, em Minas Gerais, diretrizes estaduais que vinculam a existência dos conselhos municipais de patrimônio cultural ao recebimento de verbas que podem ser destinadas à própria atividade de preservação e conservação do patrimônio foi compreendido como limitador para a construção de regras de funcionamento e mesmo de critérios de decisão do Conselho.

O IEPHA encaminha modelos de lei, decreto, notificação de tombamento, recibo de notificação de tombamento, livro de tombo, regimento interno de regimento interno, modelos de inventários, de registros e de tombamentos para os municípios.<sup>108</sup> Nesse sentido a opção é pelo seguimento dos modelos. Penso que é compreensível essa opção, levando em consideração que estruturar e/ou reestruturar um conselho requer uma equipe técnica e administrativa permanente, o que contraria a ideia dos conselhos, que são formados a cada quatro anos, com conselheiros assumindo diferentes papéis, desde os estudos iniciais para a compreensão dos trabalhos até a elaboração de dossiês. Isso para não entrar no mérito da contratação de assessorias e/ou consultorias especializadas, que no entendimento desta pesquisa fugiria à ideia de construção de regras pelo Conselho.

A realização desta pesquisa permite afirmar que ainda há muito por discutir, compreender e pesquisar, mas este é o primeiro passo. As orientações, recomendações, sugestões e questionamentos de tema tão rico e interessante para pensar o aprofundamento dos canais de participação social nos temas que são caros à memória de uma comunidade, de um estado e do Brasil, associados ao fato concreto de que os conselhos foram pensados no

---

<sup>108</sup> Arquivo Público da cidade de Ubá. Coleção Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Caixa 2. Resolução 01/97 do IEPHA.

sentido da ampliação da participação social e a distância que essa idealização guarda da efetiva participação social em questões de natureza política é apenas um dos aspectos ambíguos da ideia de inclusão de setores da sociedade no debate público. Ora pensar na necessidade dos especialistas para elaborar modelos e propostas de trabalhos, ora pensar na distância com que as comunidades se interessam pela sua memória, sua história.

O tratamento dos dados relativos aos documentos do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá permitiu, juntamente com outros documentos, produzir a reflexão proposta a partir dos bens culturais de Ubá. Apenas para efeito de indicação, o primeiro bem cultural do município é uma edificação, o Torreão Cesário Alvim, tombado por lei municipal proposta pela Câmara Municipal e assinada pelo Prefeito Municipal em 1963. Depois de 33 anos é instaurado o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá que até 2012 registrou um total de 80 bens culturais no município, entre edificações rurais, fazendas, edificações urbanas, praças, dois bens imateriais, coleções, objetos e um bem natural.<sup>109</sup>

As 95 atas produzidas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá entre 1996 e 2012 bem como os dossiês produzidos para o tombamento e/ou registro de bens culturais, suas leituras, análises são os objetos e objetivos de discussão neste capítulo. Apenas para ilustrar, é possível verificar, relativamente aos números, que nos primeiros dezesseis anos de sua existência, o citado conselho vivenciou momentos de maior intensidade de trabalhos, com reuniões mensais e reuniões extraordinárias; em outros momentos é possível observar uma diminuição das atividades. Uma hipótese que será avaliada é a relação entre a realização das reuniões, a produção de dossiês, documentos, inventários e registros de bens culturais e estabilidade política ou mesmo estabilidade do corpo de conselheiros. Ou, em outras palavras a relação entre os novos atores (conselheiros), novas conjunturas políticas, sociais e econômicas que possam influenciar os trabalhos do conselho em estudo.

Outra questão aqui apontada e problematizada é o perfil social dos conselheiros, quem são os agentes que, voluntariamente trataram da memória social do município de Ubá. Essas pessoas especiais que, em nome da coletividade, elegeram determinados bens imóveis, móveis, intangíveis para serem representativos do modo de vida, dos saberes produzidos no município de Ubá. E ainda, verificar se há citação nos documentos das questões relativas ao patrimônio regional ou microrregional, intercâmbio com os conselhos similares dos municípios que gravitam em torno do polo que é Ubá.

---

<sup>109</sup> Arquivo Público da cidade de Ubá. Coleção Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Alguns dados podem ser adiantados, como o fato de, em setembro de 2012, o inventário de bens culturais municipais contar com 80 registros. E, observando o que está mapeado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá até este momento, verificar que ocorre predomínio do edificado e urbano. De um total de 43 edificações listadas, trinta e três ficam no perímetro urbano, incluindo, por exemplo, o Cemitério Municipal. As edificações inventariadas em área rural correspondem a dez sedes de fazendas e uma capela, localizada num distrito. Nesse sentido penso que há correlação com as agências patrimonializadoras federal e estadual, especialmente em seus primeiros tempos. Repetindo um mantra do patrimônio cultural nacional entre 1937 e 1971, para ficar exclusivamente atento ao IPHAN, o patrimônio histórico e artístico nacional foi edificado, barroco, católico, mineiro. A partir de 1971, com a criação do IEPHA poderia repetir a noção do predomínio do edificado, acrescentar o moderno, singular e monumental. E, ao pensar no município de Ubá, verificar e confirmar essa tendência, apesar dos sessenta anos que separam a criação da agência patrimonializadora federal em relação ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, observa-se o predomínio do edificado e histórico, com as exceções confirmando a regra: o patrimônio imaterial registrado ocorrerá somente após o edificado, arquitetônico e paisagístico.

Relativamente aos objetos ou coleções chama a atenção o fato de, em uma propriedade rural, a Fazenda Rochedo, encontrar-se 25 itens listados, entre documentos e bens que um dia foram utilitários como, por exemplo, uma máquina de costura ou um ferro de passar roupas. Aqui é possível pensar e problematizar a arte de guardar objetos e fazer coleções que algumas pessoas e famílias preservam. Ainda, na mesma lista de bens inventariados está o acervo do Arquivo Público Municipal, um bem natural e dois bens imateriais, a mangada e o Congado de Nossa Senhora do Rosário.

Nesse sentido o campo para o trabalho mostra-se fecundo, havendo, nesse momento necessidade de tratar os dados e procurar estabelecer as conexões citadas desde a introdução, quando um dos problemas apresentados foi exatamente verificar se as agências nacional e estadual seriam modelares ou exemplares para a atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. De certa forma a resposta pode ser adiantada aqui. Sim, tanto o trabalho desenvolvido pela academia IPHAN como os incentivos financeiros possíveis de serem transferidos para os municípios parametrizaram os trabalhos desenvolvidos pelo conselho em estudo e investigação. Pode-se problematizar que a transferência da tutela institucional do patrimônio cultural para os municípios, ainda que em concorrência ou corresponsabilidade com a unidade da federação e a união, seja uma forma de controle

burocrático dos modos de se tratar o patrimônio cultural no Brasil. O parâmetro pode ser indicado em função da existência de Livro de Tombo, livro de registro de bens culturais de natureza imaterial, produção de dossiês para os processos de tombamento, reconhecimento e registro de bens culturais. Aqui destaca-se não somente a nomenclatura, mas o processo jurídico administrativo, norteador do trabalho dos conselheiros e do Conselho. Além do parâmetro federal, os conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais têm a agência IEPHA para apresentarem documentos, processos, em outras palavras, prestarem conta. E aqui também pode-se falar em matriz de especificações, sendo a agência estadual instrutora dos documentos necessários, fornecedora dos modelos de documentos e monitoradora dos processos desenvolvidos nos municípios através das prestações de contas para a obtenção do incentivo fiscal e a aplicação do mesmo na preservação do patrimônio cultural municipal.

As estruturas institucionais trabalham como ilhas de patrimônio, no sentido de cada uma atuar num determinado espaço geográfico e político, mas com modelos paralelos de atuação, processos e procedimentos, a exemplo dos instrumentos do inventário, do registro em livros, do tombamento e, no caso de Minas Gerais, do financiamento do patrimônio cultural nos municípios.

Dessa forma pode-se discutir até que ponto os processos de descentralização e aquilo que se nomeou efetividade deliberativa dos conselhos municipais não seriam questionáveis. Se, por um lado, observa-se um movimento municipal no sentido de se criar e manter o conselho do patrimônio cultural, por outro, também será possível observar que os instrumentos de atuação do conselho municipal serão indicados pela legislação federal, estadual e para a regulamentação das atividades, pela legislação municipal.

Para efeito de demonstração, a Lei 2.696, de 20 de novembro de 1996, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de Ubá, em seu Título II, que cria o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, indica seis atribuições a essa instância deliberativa: executar tombamentos, fundamentar tombamentos, notificar proprietários, instruir projetos para as áreas tombadas, fiscalizar a isenção do Imposto Predial Territorial Urbano àqueles proprietários que requisitarem anualmente e propor planos de recuperação e preservação dos bens culturais tombados. Observa-se ainda que o serviço prestado pelos conselheiros é considerado relevante, mas não remunerado. E ainda, que os mesmos sejam designados pelo chefe do poder executivo municipal entre pessoas com notório conhecimento na matéria, especialmente, historiadores, antropólogos, arqueólogos, urbanistas ou artistas plásticos.

O Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, aprovado através de Decreto número 3.985 de 31 de maio de 2001, reafirma o que se dispõe na Lei que criou o conselho. Acrescenta que cada um dos sete conselheiros terá um suplente e indica o tempo de mandato dos conselheiros, quatro anos, sendo permitida a recondução. Acrescenta às seis atribuições indicadas na Lei 2.696, a tarefa de promover e preservar a herança cultural do município de Ubá. Especifica as competências do presidente, do vice-presidente, do secretário e dos conselheiros e informa que as reuniões do conselho serão mensais e públicas. Aqui caberá um alargamento das questões até agora expostas, mais na forma de questionamentos e interrogações.

### 3.2 O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá

O decreto 3.695 de quatro de novembro de 1997 nomeia os primeiros conselheiros municipais do patrimônio cultural do município de Ubá. A posse acontece em quinze de dezembro do mesmo ano. E a equipe, constituída por 22 conselheiros, entre 11 titulares e 11 suplentes. Entre esses 22 conselheiros, observa-se um predomínio de professores, seis titulares e sete suplentes eram professores, ou seja, mais da metade do Conselho era constituída por profissionais da educação. Ainda, nessa primeira formação, encontram-se entre os titulares, um médico, um vereador, um artista (identificado na ata como escultor) e um arquiteto. Entre os suplentes seguem, mais um médico, outro vereador, um padre e um frei. Formação eclética, com membros do poder legislativo, professores municipais e estaduais, religiosos, profissionais da saúde e artistas.<sup>110</sup>

Importante destacar, que ainda em 1963, num ato isolado, a Câmara Municipal de Ubá, já houvera sancionado a Lei número 541, que decretara o escritório que pertenceu a Cesário Alvim, na sua antiga máquina de café, o primeiro, e durante 34 anos, único, *monumento municipal*, nesses termos. O artigo 4º da referida Lei cita a “comissão histórica do município” que produziria um cadastro dos lugares históricos, objetos históricos para a fundação do Museu da Cidade. Mas, lendo a documentação disponível no Arquivo Histórico

---

<sup>110</sup> Professores (as): Fernando A. S. Rocha, Floriano Peixoto de Melo, Angelo Alves Carrara, Marlene Carneiro Costa, Maria de Loreto C. Rocha, José Trevisano, Schelley Carneiro, José A. Arthidoro da Costa, José Carneiro de C. Viana, José A. Pereira da Neiva, Manoel A. de Castro, Mariselma M. Felizardo e Marília C. Carneiro. Arquitetos: Adjalme M. Carneiro Filho e Fernando A. C. Peixoto; Médico: Renato B. Marques Designer: Moema de Sousa Carneiro; Artista/Escultor: Wellington F. Teixeira; Vereadores: Miguel P. Gasparoni e Fernando F. Reis; Padre Antônio Firmino dos Santos e Frei José da Cruz.

Municipal, investigando as iniciativas do poder público ou mesmo de agentes culturais não localizamos outros atos administrativos indicando o cadastro citado.

Retomando esta breve descrição das atividades do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, a primeira ata de reunião, datada de quinze de dezembro de 1997, destaca a iniciativa do Movimento Cultural São José, do Lions Club e da Companhia Telefônica do Estado de Minas Gerais na pessoa de seu presidente, o ubaense, Saulo Levindo Coelho, para o fomento da cultura e do patrimônio cultural municipal. A segunda ata, datada de treze de março de 1998, na presença de apenas seis dos onze conselheiros titulares, aprovava a constituição de uma diretoria provisória à qual ficaria incumbida da elaboração de um Relatório de Imóveis. Esta diretoria era composta por presidente, vice-presidente e secretário (a). Em reunião extraordinária, registrada em dezesseis de abril de 1998, com seis presentes novamente, discutiu-se preliminarmente a minuta da relação de imóveis e ainda, a aprovação do tombamento do primeiro bem cultural no município de Ubá: o edifício onde funcionou o Ginásio São José. Na prática, esse tombamento foi realizado “ad referendum” posto que o executivo municipal já houvesse tombado o bem cultural por decreto. Mas o reconhecimento e mesmo o reforço no tombamento realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural permitia a busca de recursos financeiros para a recuperação e manutenção do bem tombado junto ao governo estadual. É possível ler na Ata: “(...) e, agora, para a obtenção de benefícios para recuperação e manutenção do bem tombado junto ao governo estadual está o IEPHA a exigir uma manifestação deste Conselho sobre o assunto”. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais exige a manifestação dos conselhos municipais e esta é a razão para o tombamento em menos de seis meses de funcionamento do Conselho.<sup>111</sup>

Ainda, nesta reunião extraordinária, “(...) foi autorizado ao conselheiro Angelo Alves Carrara promover negociações em nome do Conselho, para fins de integração, por intermédio de consórcio ou outros meios dos conselhos de patrimônio cultural dos municípios desta região”<sup>112</sup>

Portanto, até este ponto, cabe destacar que os dois primeiros bens culturais reconhecidos pelo poder público como relevantes para a conservação de uma memória arquitetônica no município de Ubá foram patrimonializados anteriormente à constituição e institucionalização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. O primeiro,

---

<sup>111</sup> Livro de Atas (1997 – 2004) Atas 001, 002 e 003.

<sup>112</sup> Livro de Atas (1997 – 2004) Atas 001, 002 e 003.

conforme destacado, através de Lei sancionada pela Câmara Municipal de Ubá e o segundo, através de tombamento realizado pela Prefeitura Municipal de Ubá.

No ano de 1998 o Conselho reuniu-se mais duas vezes, sempre com um número reduzido de conselheiros, cinco, em oito de maio e sete em doze de agosto daquele ano. Em maio daquele ano o frei José da Cruz comunica sua renúncia em função de transferência. No mês de agosto o conselheiro Ângelo Alves Carrara propõe a elaboração de um cronograma de atividades, a necessidade de estruturação do Conselho, bem como informa sobre a aprovação pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) de projeto de elaboração do inventário de bens culturais de Ubá. Não foram encontrados registros de atas de reuniões para o ano de 1999.<sup>113</sup>

O Livro de Atas é composto por trinta e duas atas relativas aos anos de 1997 e 1998 e 2001 a 2004. Existe um segundo Livro de Atas e Reuniões, mas neste só existe uma ata relativa à reunião do Conselho Deliberativo datada de dois de fevereiro de 2000. Registram-se também neste livro outras atividades, como, por exemplo, a participação de conselheiros em atividades culturais no município ou a menção ao Conselho na imprensa local. Esses dois Livros de Atas estão incompletos, no sentido de não se esgotarem as folhas e páginas dos mesmos. Não há menção a esse fato em atas ou outros documentos do Conselho.

Importante indicar que, além dos Livros de atas, existe o Livro de Tombos, onde estariam “registrados os bens de natureza material e imaterial que integram o patrimônio cultural do município de Ubá, Minas Gerais” com abertura datada de 16 de abril de 1998 e seis registros, sendo o primeiro, conforme já se afirmou acima, correspondente ao Ginásio São José, também datado de 16 de abril de 1998. De fato, um total de seis bens culturais, entre três edificações, dois conjuntos arquitetônicos e paisagísticos e um bem móvel (denominado piano de Ary Barroso) constam do Livro de Tombos. Outro Livro, nomeado “Livro de Registro de bens culturais imateriais” foi aberto em 30 de novembro de 2017, constando de um bem cultural registrado, “Congado de Nossa Senhora do Rosário” com data de registro correspondente à data de abertura do Livro. Portanto, outros bens culturais entre os tombados ou registrados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá estarão inscritos nas atas e nos documentos legislativos correspondentes.

No livro de atas existe o registro de uma nova reunião em oito de fevereiro de 2001, indicando a posse de novos membros no Conselho, nomeados pela Lei 3.937 de sete de dezembro de 2000 sendo a formação constituída por três professores, um jornalista, um

---

<sup>113</sup> Livro de Atas (1997 – 2004) Atas 004, 005, 006, 007, 008 e 009.

maestro, um engenheiro, um advogado e um administrador. Mais uma vez, pode-se dizer uma formação eclética, certamente com pessoas interessadas nas questões culturais no município de Ubá.<sup>114</sup>

O ano de 2001 marca uma produção mais extensa, com nove reuniões registradas em atas, com regularidade de reuniões mensais a partir do segundo semestre. Alguns pontos chamam a atenção: a pequena participação dos conselheiros nas reuniões, em média, essas eram realizadas com cinco presentes. Mas, o ano de 2001 pode ser considerado produtivo, levando em consideração que entre a institucionalização do conselho em 1997 e 2001, apenas cinco reuniões foram registradas em ata. Nesse sentido destaca-se o segundo tombamento municipal, produzido a partir de iniciativa do próprio Conselho: o Paço Municipal, através do Decreto 4.005 tornava-se patrimônio cultural municipal. Ainda, realizou-se naquele ano o I Seminário de Educação Patrimonial no município, também promovido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Essa capacidade de ampliação das atividades do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, aqui mensurada pelo número de reuniões registradas em atas e nas atividades relativas ao planejamento, organização e realização do I Seminário de Educação Patrimonial do município, é pensada e apresentada como resultante de uma equipe envolvida, empenhada e interessada em tratar de fato das demandas que a institucionalização de um conselho municipal implicam e as responsabilidades assumidas pela mesma equipe gestora do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Atribui-se também e, conjuntamente, a questão do estímulo financeiro, advindo do ICMS Cultural, que vincula atividades do conselho, comprovação documental, elaboração de atas e outros documentos, como no caso concreto, dossiês de tombamento.

Ainda é possível compreender que empenhos individuais podem ter sido determinantes. Especialmente se um conselheiro empenhado encontra nos pares o apoio necessário para dedicar-se a atividades como as descritas acima. Para esse tempo específico, mesmo que através da leitura de atas e documentos é possível afirmar que certas presenças podem ter sido fundamentais para o bom encaminhamento dos trabalhos.

Em oito de fevereiro daquele ano em reunião especial tomaram posse os nove membros do Conselho, que juntamente com um secretário executivo designado atuariam nos próximos quatro anos. Já em vinte de fevereiro de 2001 uma nova diretoria provisória tomava

---

<sup>114</sup> Livro de Atas (1997 – 2004) Atas 004, 005 e 006. São membros do Conselho: Professores (as): Ângelo Alves Carrara, Maria de Loreto C. Rocha e Marília C. Carneiro. Jornalista: Levindo Ferreira Barros. Músico/Maestro: Marun Alexander. Advogado: Miguel P. Gasparoni. Administrador: Evandro de Castro Dorigueto.

posse e em seis de março discutia-se processo de tombamento do Paço Municipal, a realização de um encontro para a discussão do papel do conselho, bem como, iniciar uma “aproximação da comunidade” com o escritor ubaense Antônio Olinto. Ainda, registrado em ata está o apoio ao Movimento Cultural São José. A ata seguinte, datada de vinte e dois de maio de 2001, registra a solicitação de desligamento do corpo de conselheiros do professor Ângelo Alves Carrara, em função de atividades acadêmicas e estudos de pós doutoramento. Nessa mesma reunião foi aprovado por unanimidade o Relatório de Imóveis (para o inventário) e autorizados os inícios de processos de tombamento do piano da família Resende, do edifício da Escola Estadual Camilo Soares e da Sociedade Ubaense de Congados de Nossa Senhora do Rosário.

No dia 19 de junho daquele ano era concedido o título de *conselheiro honoris causa* do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá ao professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, José Alencar Carneiro Viana e ao professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Ângelo Alves Carrara. As atas seguintes tratam de temas variados como, por exemplo, não executar mais de um trabalho simultaneamente, solicitação de uma dotação orçamentária, infraestrutura, necessidade de estagiários junto à Prefeitura Municipal de Ubá, bem como a expressão do sentimento de indignação por parte dos conselheiros quanto à demolição de prédios antigos. Em 11 de novembro de 2001 tomaram posse dois novos conselheiros, o arquiteto Adjalme da S. Botelho Júnior e a professora Elazir Alves Carrara.

Para efeito de descrição procurarei apresentar cronologicamente as ações do Conselho, de modo que, seguindo os passos registrados em atas, será possível indicar que em 2002, as reuniões seguiram com regularidade, sendo realizadas nove reuniões durante aquele ano, com participação média de seis conselheiros em cada reunião. A atividade estava mais intensa, e é possível afirmar isso, por exemplo, porque em dois de abril daquele ano, duas chapas disputavam a diretoria do Conselho. Ainda, por decreto, mais dois bens culturais eram tombados, o Piano que pertencera a Ary Barroso, músico natural de Ubá e o edifício que abriga a Escola Estadual Camilo Soares. Assim, em dois anos, somam-se dezoito reuniões registradas em atas. Uma observação, em 2002 a Procuradoria de Justiça do Estado de Minas Gerais é citada numa das atas, a 16ª do Livro de Atas, sendo indicado que esta é que teria competência para receber a documentação produzida para o tombamento em função da edificação ser prédio do Estado de Minas Gerais, localizada a Escola Estadual Camilo Soares. Essa relação com a justiça chamará a atenção posteriormente.

Ainda neste ano de 2002 temas como a necessidade de esclarecer aos integrantes da Sociedade Ubaense de Congados Nossa Senhora do Rosário eram registrados em ata. A questão é apresentada porque haveria “resistência” ao processo, em função de entre os integrantes existia uma incompreensão dos sentidos, significados e extensão do termo tombamento. Até a ideia de se desapropriar a edificação sede seria uma das associações que o termo tombamento indicaria na compreensão de membros da Sociedade Ubaense de Congados Nossa Senhora do Rosário. Esse descompasso entre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e a comunidade diretamente “atingida” pelo processo de reconhecimento institucional, patrimonialização de uma entidade popular, onde parte dos integrantes não tem acesso à ideia do que pode significar o processo pelo qual a entidade de que faz parte está sendo “objeto” por parte de membros de um Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, órgão que representa o poder público municipal, que também é possível que não fosse naquele momento uma entidade conhecida por parte de setores da sociedade civil.

A ata número 17 registra como os trabalhos estavam ocorrendo. Um indicativo é a necessidade de uma eleição para a escolha da diretoria (presidência, vice e secretaria executiva). Eleição disputada: Quatro votos para a chapa vencedora e três para a chapa derrotada. As atas seguintes indicavam a proposta de realização do primeiro Seminário sobre Educação Patrimonial promovido pelo Conselho e a proposta de instauração do processo de reconhecimento da manga Ubá e de seu doce como patrimônio material e imaterial, respectivamente. Aqui duas unanimidades. O I Seminário de Educação Patrimonial está registrado em atas, na forma de preparativos, planejamento, organização, avaliação. Registros de imprensa, fotografias, fichas de inscrição, lista de presenças, certificados de participação e palestrantes convidados.

Entre os palestrantes, cabe citar as presenças de Antônio Olinto, escritor natural de Ubá, membro da Academia Brasileira de Letras, Ângelo Alves Carrara, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, conselheiro honoris causa do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá e Erildo Antônio Nascimento de Jesus, professor e, naquela ocasião, secretário adjunto de cultura do estado de Minas Gerais. Ainda, é indicado na ata número 23 de três de setembro de 2002, que Ubá seria a terceira cidade de Minas Gerais a realizar um Seminário de Educação Patrimonial, sendo Ouro Preto e São João Del Rey as outras duas.

O ano de 2003 também pode ser considerado fecundo, do ponto de vista das atividades desenvolvidas pelo Conselho, sendo registradas sete reuniões em atas, com média de seis conselheiros presentes em cada uma das reuniões. Ainda naquele ano foi realizado o II

Seminário de Educação Patrimonial e, através do Decreto 4.258 foi reconhecida a manga Ubá como patrimônio natural do município e o registro da mangada da manga Ubá como patrimônio imaterial do município. Esses atos deliberativos do Conselho estão entre aqueles que não constam de Livros especiais, acredita-se pela inovação do modus operandi, não se tratando de tombamento, não caberia o registro em Livro de Tombamento e no caso da mangada de manga Ubá, acredita-se que, como ainda não havia o Livro de Registro de bens culturais imateriais, que foi aberto em 30 de abril de 2014, justifica-se a ausência do mesmo no Livro que seria apropriado.

Ao propor a ideia de que a realização de reuniões, o registro das mesmas e seu arquivamento podem ser tratados como sinal de maior trabalho ou fecundidade do trabalho por um Conselho municipal, o que se está procurando esclarecer é a dificuldade operacional mesmo da realização das reuniões, da produção de documentos, ou seja, a realização de um “trabalho-meio” que proporciona as condições do “trabalho-fim”. Porque os conselheiros não são técnicos especializados nem se reúnem em seus locais de trabalho. Assim, importa haver disponibilidade nas agendas pessoais e profissionais de sete pessoas diferentes, reunidas no lugar de conselheiros municipais. Portanto, pode parecer um critério subjetivo ou meramente burocrático a realização e o registro das reuniões, mas no entendimento desta pesquisa os conselheiros se organizam para reunirem-se, realizam as reuniões, acordam o possível e realizam e oferecem um trabalho para a comunidade no sentido de buscar informações, compreender procedimentos e processos e buscam contribuir para a proteção e preservação dos bens culturais do município.

Ainda, esclarecendo como os trabalhos do Conselho aceleram neste período, o Conselho, em deliberação (número 1, de 2003) dispõe sobre o reconhecimento da manga Ubá como patrimônio natural do município e da mangada de manga Ubá como patrimônio imaterial do município. São montados os dossiês respectivos e em treze de dezembro daquele ano, através do Decreto 4.258 tanto a manga como a mangada eram reconhecidas como patrimônio natural e imaterial, respectivamente. Registra-se a continuidade na formação em educação patrimonial com a realização do II Seminário de Educação Patrimonial, promovido pelo Conselho e que ocorreu em 24 de outubro de 2003. Os palestrantes deste Seminário foram os historiadores e professores Ângelo Alves Carrara, Erildo Nascimento de Jesus (presentes no I Seminário), a professora Terezinha Lobo Leite, coordenadora do Programa de Educação Ambiental da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a socióloga Sylvana de Castro Pessoa Santana, da Fundação João Pinheiro. Na caixa número 6 da Coleção Conselho

Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá estão diversos documentos que tratam do planejamento, organização e execução do Seminário.

Observa-se que para cada tombamento, reconhecimento ou registro foi produzido um dossiê que justifica, fundamenta e procura sensibilizar a comunidade para o reconhecimento dos bens culturais locais. Aqui uma observação: o Livro de Atas, apesar de não totalmente preenchido, termina com uma única ata registrada em 2004, datada de primeiro de abril daquele ano. Ainda que exista um segundo livro de atas, apenas uma reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá está indicada no mesmo, referente ao dia dois de fevereiro de 2000. Assim fica no ar a questão de se realmente foram ou não realizadas reuniões tanto em 1999 como no ano de 2000. Ao que tudo indica, do ponto de vista documental, os anos de 1999, 2000 e 2004 foram menos produtivos no sentido de realização de reuniões ou atividades do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Apesar de não encontrar as atas relativas a 2004, naquele ano, através do Decreto 4.308 foi realizado o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária. Aqui uma breve observação: 2004 foi um ano de eleições municipais. Entende-se neste trabalho que, em função das atividades dos conselheiros estarem, de alguma forma vinculadas ao poder público municipal (designação e nomeação são atribuições do Prefeito), isso pode auxiliar a compreender porque em certos momentos as atividades e o ritmo das mesmas diminuírem em relação aos trabalhos do(s) Conselho(s) municipais.

Em 2005, nova administração municipal, nova formação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural. Em vinte e dois de agosto daquele ano tomavam posse os novos conselheiros.<sup>115</sup> Mas, do ponto de vista dos processos documentados encontram-se apenas quatro atas relativas àquele ano. Nesse sentido, é possível pensar que tanto o primeiro quanto o último ano de mandato dos conselheiros são os mais penosos. No primeiro é o processo de apropriação das atividades e no quarto e último, fim de mandato político, portanto uma espécie de compasso de espera, novas definições. Ainda assim, observa-se que em 27 de setembro de 2005 houve a iniciativa de contatar uma consultoria empresarial para “desenvolver um trabalho na área do patrimônio cultural em nosso município, visando

---

<sup>115</sup> São membros titulares do Conselho: Arquiteto: Adjalme S. Botelho Júnior; Professores (as): Anderson Vieira Moreira, Maria Célia de Oliveira e Elazir Alves Carrara; Advogado: Miguel P. Gasparoni; Administrador: Evandro de Castro Doriguetto; Jornalista: Levindo Ferreira Barros e a secretária executiva Maria Elizabeth Barros. São membros suplementes: Áurea Luiza D. Silva, Antônio C. Estevan, Cássius Magno S. Lopes, Solange Martins Soares e Wany Gouveia Teixeira. Apenas em 04/04/2006 os conselheiros assinam o termo de posse.

inclusive, melhorar a pontuação no ICMS Cultural”, assinada pela secretaria executiva do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.<sup>116</sup>

Os contatos e os contratos assinados entre prefeituras municipais e consultorias merecem um estudo a parte. Esses contatos possibilitam contratos de trabalho de assessoria e consultoria em diversas áreas. Compreende-se aqui que dos 853 municípios de Minas Gerais somente um número reduzido consegue manter equipes técnicas permanentes e com capacidade e conhecimento para tratar de todos os temas relacionados ao ente federativo. Com o patrimônio cultural não seria diferente. Os conselhos são compostos, conforme procurou-se frisar, por pessoas interessadas, mas nem sempre especialistas em patrimônio cultural. De maneira que as consultorias podem prestar serviços de natureza jurídica, documental, na própria produção, elaboração e/ou interpretação de relatórios técnicos imprescindíveis para que os conselhos municipais de patrimônio cultural e as prefeituras municipais possam atingir as exigências do IEPHA e pontuar no ICMS Cultural, tendo acesso a recursos que por sua vez, serão utilizados para preservar o patrimônio cultural local.

Logo no início de 2006 através de um decreto, a Prefeitura Municipal de Ubá, indicava novos membros ao Conselho, alterando a composição do mesmo. Neste ano, para efeito de comparação, após um ano da nova administração, o ritmo de trabalho se intensifica: são registradas onze reuniões, com média de sete conselheiros presentes. Mais uma vez, registra-se a ação da justiça, através do Ministério Público Estadual. Em três de outubro daquele ano o Ministério Público do Estado de Minas Gerais autorizava a demolição de edificação apesar de parecer contrário do próprio Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural. A razão alegada pelo Ministério Público era o fato da edificação não estar tombada.

Ainda neste ano de 2006 em três de julho o Decreto 4.115 homologava a deliberação número 01 do Conselho que aprovava o registro da Banda de Congada de Ubá como o primeiro patrimônio imaterial do município de Ubá. Realizou-se o III Seminário de Educação Patrimonial promovido pelo Conselho. Portanto, acredita-se que uma possibilidade de entendimento dos trabalhos, mais ou menos intensos, relaciona-se com a estabilidade do poder executivo municipal, no sentido de que o prefeito empossado possa indicar os conselheiros, estes assuntarem o estado da arte das atividades desenvolvidas e continuarem os trabalhos. E outra questão que se apresenta é a da palavra do Ministério Público, que dá sinais

---

<sup>116</sup> Cópia de correspondência eletrônica arquivada na Coleção Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Arquivo Público da cidade de Ubá. Caixa 9.

de retomada das questões do patrimônio cultural pelo Estado, agora não mais, ou não apenas, com os executivos federal e/ou estadual, mas também através do Poder Judiciário.

Em primeiro de setembro de 2006, através da Portaria 7.047 o professor, servidor público municipal e conselheiro Anderson Moreira Viera era designado como encarregado das atividades de Educação Patrimonial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Uma curiosidade, apesar do período de pesquisa das atividades do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, nesta pesquisa restringir-se aos anos de 1997 até 2012, no Livro de Registro de bens culturais imateriais consta como primeiro registro o Congado de Nossa Senhora do Rosário, conforme já indicado, em 30 de abril de 2014. Mas, o primeiro bem imaterial registrado pelo Conselho, a mangada de manga Ubá, por motivos desconhecidos, não consta no mesmo Livro.

Relativamente ao ano de 2006 pode-se falar em regularidade de reuniões registradas em atas, oito no total. Uma mensal a partir de fevereiro até junho, com apresentação, no dia sete de fevereiro dos resultados dos trabalhos solicitados à consultoria, mencionados acima. Apresentava-se o Plano de inventário de proteção ao acervo cultural – IPAC – do município de Ubá, apresentado pela consultoria, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ubá e o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Em reunião de 14 de março foi apresentado o projeto de estruturação do Arquivo Público permanente da Prefeitura Municipal de Ubá, elaborado pelo professor e conselheiro honoris causa, Ângelo Alves Carrara.

As reuniões retomam a regularidade a partir de agosto até dezembro, com uma reunião mensal. Uma dessas reuniões chama a atenção: Em dois de outubro o Conselho encaminha ofício à Prefeitura Municipal de Ubá informando que o superintendente de desenvolvimento e promoção do IEPHA esclarece que encaminhara as fichas de análise com a pontuação referente ao ICMS Cultural Patrimônio Cultural, exercício 2007. O documento questiona as ausências de atas do próprio Conselho relativas às reuniões realizadas nos meses de maio a agosto de 2006, observa que a ata de tombamento do Piano de Ary Barroso é de 05/03/2002, mas a notificação do tombamento refere-se à 20/11/2001, questionando o processo e informando que a notificação não poderia ser anterior à aprovação pelo Conselho. O IEPHA indicava ainda que a documentação não fora aceita. Se até então os repasses de

ICMS Cultural Patrimônio Cultural eram escassos, variando de R\$6.826,98 relativos ao ano de 2002; R\$183,76 relativos a 2003 e sem registros para 2004, 2005 e 2006.<sup>117</sup>

Observa-se neste ponto um esforço para interpretar esses resultados: Os recursos disponibilizados variaram, mas do ponto de vista da estruturação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá nos anos de 2004 e 2005 houve a já referida diminuição das atividades registradas (não existe registro de reunião em ata para 2004) e em 2005 somente no mês de agosto ocorre à posse de novos membros do Conselho, bem como a contratação de uma consultoria para realizar aquilo que o Conselho não estava conseguindo efetivar.

O ano de 2007 é até então aquele em que mais vezes se reuniram os conselheiros, quinze reuniões registradas em atas. Ainda, foi realizado o IV Seminário de Educação Ambiental promovido pelo Conselho. A leitura de atas, do ponto de vista da pesquisa e investigação permite-nos acompanhar aquilo que é de domínio público, sempre, no entendimento deste que escreve, compreendendo que o documentado não permite saber do calor efetivo das discussões e debates. Aparentemente, via atas, os conselheiros trabalharam com unanimidades, com votações convergentes. Uma ata específica, relativa a 2007 chamou-nos a atenção: Em vinte de março daquele ano, uma correspondência fora encaminhada ao Ministério Público de Minas Gerais, tratando de “possível descumprimento das normas municipais de edificações e também do disposto no artigo 241 da Lei Orgânica Municipal”. No caso, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, instância pública, mas não estatal, solicita a outra instância, pública e estatal uma intervenção. É nesse sentido que se observa uma dificuldade de se fazer cumprir com todas as atribuições esperadas dos conselhos municipais: Como fazer cumprir a legislação se a comunidade ou mesmo os agentes públicos não reconhecem nessa instância o organismo garantidor e fiscalizador do patrimônio de um município?

Em ata datada de dez de maio de 2007, pode-se descrever um momento de rara tensão: a reunião, que costumeiramente era realizada somente com a presença de conselheiros titulares e, raramente, visitantes, nessa ocasião era acompanhada por cinco representantes do Hospital São Vicente de Paulo. O hospital estava realizando uma obra, sem alvará, sem projeto técnico e sem fiscalização da Prefeitura Municipal. Até esse momento foi a ata mais detalhada, contendo três páginas e um pedido formal de desculpas ao Conselho.

Pode-se afirmar que mais uma vez confirma-se um entendimento simples, relativamente ao funcionamento executivo e operacional do Conselho Deliberativo do

---

<sup>117</sup> Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>.Robin-hood. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

Patrimônio Cultural de Ubá e que, neste trabalho, imagina-se seja parte da dinâmica de funcionamento dos conselhos municipais de uma forma geral: após a posse dos novos prefeitos eleitos, as nomeações para os cargos de secretarias municipais, fundações e autarquias, quando existentes, pessoas especiais são convidadas a, em nome da comunidade, fazerem parte dos conselhos municipais. Nesse sentido a viabilidade executiva e operacional dos trabalhos fica comprometida, primeiramente porque nem sempre os conselheiros nomeados chegam aos conselhos suficientemente capacitados das funções e prerrogativas do cargo e secundariamente porque até se apossarem dos planos estratégicos e táticos do patrimônio cultural nos planos nacional, estadual e municipal leva um tempo e um investimento em formação que nem todos os conselheiros podem dispor.

Dando continuidade à exposição dos trabalhos, no ano de 2008 os conselheiros reuniram-se dezoito vezes, indicando um processo de participação cada vez maior. Registra-se que tanto em 2007 como em 2008 o número de conselheiros presentes nas reuniões foi sempre superior, quando comparado aos anos anteriores. Para estes dois anos a média de conselheiros presentes nas reuniões chegou a sete, ou seja, praticamente todos os titulares estiveram presentes em todas as reuniões. Quando não haviam os sete titulares, um suplente estava presente. Entende-se assim que esses dois anos foram de maior dinamismo em relação as atividade do Conselho. Também em 2008 foi realizado o V Seminário de Educação Patrimonial, sempre organizado pelo Conselho. Ainda esse ano o decreto 4.739 registrava o reconhecimento da Sociedade Musical e Cultura 22 de Maio como patrimônio imaterial do município de Ubá. Portanto, o terceiro bem cultural imaterial, reconhecido como patrimônio cultural imaterial pelo Conselho também não consta no Livro de Registro de bens culturais imateriais do mesmo Conselho.

Uma observação que se renova: a leitura das atas indica ou sugere unanimidades, ritos sumários, relativamente pouca discussão. É possível que seja isso mesmo, posto que a sensibilidade para as questões relativas ao patrimônio cultural, suas urgências, no sentido de conservar as memórias de uma comunidade sejam afeitas aos conselheiros e, nesse sentido, os bens que chegam a ser estudados para a construção de dossiês que fundamentem os mesmos como dotados de excepcional valor cultural, pelos próprios colegas conselheiros, não sejam objeto de discussões mais acaloradas. Outra observação, ainda que em 2008 tivessem eleições municipais, nesse caso, excepcionalmente, não houve diminuição nos ritmos de trabalhos do Conselho. O entendimento a que se chegou nesta pesquisa diz respeito ao fato de que, no caso, como só se apresentaram dois candidatos à Prefeitura Municipal de Ubá e o candidato

que já era prefeito municipal sagrou-se vencedor do pleito, isso permitiu a continuidade dos trabalhos, o que até então não havia acontecido.

Esta é uma compreensão possível. Mas não anula outras, como já apresentado anteriormente, no caso, o fato de um dossiê ser o resultado do trabalho heróico de dois ou três conselheiros empenhados em reunir material, documentos, fotografias, elaborar, aplicar e tabular questionários. Considerando as rotinas e o próprio caráter voluntário dos serviços prestados pelos conselheiros é possível que aqui também possamos fazer alusão ao trabalho e compromisso de pessoas interessadas na produção de bens culturais para o município de Ubá.

Em dois de fevereiro de 2009, através do decreto 4.856 o prefeito municipal de Ubá nomeava os conselheiros para mais um período de trabalho, 2009 – 2012.<sup>118</sup> Em 19 de fevereiro uma nova diretoria foi eleita, com os professores Anderson Moreira Vieira e Elazir Alves Carrara como presidente e vice e o servidor público Cássius Lopes como secretário executivo.

Nesse sentido é possível compreender que em 2009 um total de quatorze reuniões tenham sido registradas em atas, sendo duas extras e em três delas o Secretário de Planejamento estivesse presente, seja prestando esclarecimentos, seja solicitando a atualização da legislação relativa a proteção de bens culturais no município. Conforme indicado anteriormente, desde 2007 e até esse momento, o número de conselheiros presentes nas reuniões é maior que a média dos anos anteriores. Ocorre ainda, em 16 de janeiro daquele ano o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda das Palmeiras, sempre em deliberação por unanimidade, conforme já exposto.

Neste ano um ofício, de número 030/2009 chama-nos a atenção: dirigido a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça – Curadora do Patrimônio Público, Histórico e Cultural. Lê-se, segundo entendimento deste que escreve, um pedido de auxílio, mais uma vez, à instância que tem uma capacidade pública e estatal para, através de condução legal, representar os interesses sociais, públicos contra proprietário que desconhece ou ignora as solicitações do Conselho. A ata datada de nove de junho de 2009 revela que no dia dois de junho uma comissão representativa do Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural de Ubá esteve reunida com a promotora responsável pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e que esta orientou-os a

---

<sup>118</sup> São nomeados conselheiros titulares: Anderson Moreira Viera, Elazir Alves Carrara e Nilza da Silva Morais, Cássius Magno S. Lopes, Manoel José Brandão Teixeira, Giovanni Emílio Marchi. Conselheiros suplentes: Ludmila Moreira D. Souza, Taís S. Alves, Maria C. A. Rocha Ramos, José Martins S. Júnior, Joseli Ferreira Reis, Francisco Marino de Azevedo e Wany Gouvêa Teixeira. Ainda em 19/02 Emiliana Benini Starling substitui José Martins S. Júnior na condição de suplente.

trabalharem no sentido de notificar os proprietários de imóveis com interesse de preservação; regulamentar os efeitos do inventário de bens culturais em Lei Municipal, homologar e dar publicidade a ata de revisão do Plano de Inventário. A partir dessas orientações e em parceria com a Secretaria de Planejamento do município, foi realizada uma releitura dos imóveis constantes no inventário. Noventa e cinco imóveis no perímetro urbano foram selecionados para notificação dos proprietários e futuro tombamento.

Entre os anos de 2007 e 2009 o repasse dos valores do ICMS Cultural – Patrimônio cultural - atingiu números mais expressivos, quando comparados aos anos anteriores: R\$ 60.700,54; R\$ 80.802,07 e R\$ 69.729,27 em 2007, 2008 e 2009, respectivamente. A pontuação referente ao ICMS Cultural Patrimônio Cultural atingira 3,60 em 2006 e 5,0 entre 2007 e 2009, numa escala que varia de acordo com a capacidade gestora dos municípios em relação ao patrimônio cultural, segundo os critérios do IEPHA. Para efeito de comparação, existem municípios que pontuam mais de 60,00 e outros que não pontuam. E, em termos de valores, na mesma época Cataguases recebia, em média R\$ 300.000,00 e Ouro Preto, R\$ 550.000,00.<sup>119</sup>

Em 2010 um total de quatorze reuniões foram registradas em atas. Reforça-se o afirmado acima, em relação ao comparecimento médio de sete conselheiros, com continuidade de produção dos trabalhos, a se ver, por exemplo, a produção de mais um tombamento, relativo ao imóvel do “Palace Hotel”, localizado no entorno da Estação Ferroviária de Ubá. Ainda, dando continuidade aos eventos de promoção da Educação Patrimonial no município, foi realizado o VI Seminário de Educação Patrimonial promovido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Logo no início do ano teve lugar o último tombamento realizado até hoje pelo Conselho: o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda das Palmeiras.

Relativamente a 2011, observa-se uma diminuição tanto no número de reuniões do Conselho registradas em atas como também dos conselheiros presentes nessas reuniões. Observa-se uma ação ainda mais evidente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por exemplo, em correspondência encaminhada ao Conselho, requisitando informações e indicando a possibilidade de celebração de termos de ajuste de conduta em função de descumprimento de legislação, seja municipal, Código de Posturas, Plano Diretor, Lei Orgânica Municipal, seja estadual ou federal. Nesta correspondência encontra-se anexado um laudo técnico assinado por analistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

---

<sup>119</sup> Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>> Robin-hood. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

A partir de então, segundo o entendimento deste que escreve, o Ministério Público assume um protagonismo, indicando caminhos legais e institucionais para que a defesa e a preservação do patrimônio cultural sejam realizadas de forma mais efetiva. Um exemplo é a recomendação de elaboração de dossiês para as Praças das Mercês e Praça do Rosário. Ainda, indicando áreas de especial interesse e recomendações de tombamento.

Em 2011 e 2012, os dois anos finais de estudo e investigação a que se propõe este trabalho, observa-se uma diminuição no registro de reuniões e atas produzidas, bem como, a produção dos dossiês ou tombamentos, registros e inventários. Para citar, 2011 apresenta o registro de onze reuniões do Conselho e o ano de 2012, ainda menos, com oito reuniões registradas em atas. Nestes anos, a partir da leitura das atas, observa-se mais uma vez o protagonismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Um exemplo simples, registrado em ata datada de vinte e um de fevereiro de 2011 é a informação de que mesmo nos casos onde o Conselho delibere pela demolição de um imóvel, a documentação deverá ser encaminhada para o Ministério Público de Minas Gerais, para conhecimento e providência. Compreende-se aqui que os limites da participação social, do protagonismo da sociedade civil são amplos e variados, estando os conselheiros municipais de patrimônio cultural, muitas vezes em situação difícil, os interesses econômicos, políticos e os usos sociais daquilo que uma comunidade interpretaria como patrimônio cultural está em permanente disputa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – PARTE 1

Ao iniciar esta investigação observamos uma crescente valorização do interesse acadêmico pela questão do patrimônio cultural e das memórias nacionais. Diferentes áreas do conhecimento indicam a extensão e a transdisciplinaridade que a expressão patrimônio comporta. Parece haver inclusive uma disputa pelos sentidos que os bens culturais vão receber. Pode-se afirmar que patrimônio cultural é também política cultural, no sentido de existirem disputas e interesses em questão quando se trata de fazer lembrar e esquecer aquilo que interessa aos governantes, ao Estado e as agências de patrimonialização.

Ainda é possível pensar nas relações de patrimônio cultural e direito, especialmente quando investigamos utilizando fontes primárias como Leis e Decretos, Portarias e atos administrativos. Outras áreas que se interessam pelas questões do patrimônio cultural são o turismo e a gestão ou administração pública. Além dessas não podemos esquecer que o patrimônio é objeto de discussão, estudo e investigação na arquitetura, nas artes visuais, antropologia, arqueologia e, para citar apenas mais uma área do conhecimento, a geologia. Assim, existe uma extensão e uma especialização relacionadas ao patrimônio cultural. Aqui ocorre uma primeira constatação: o patrimônio cultural é complexo, diverso, carregado de ambiguidades, interesses e diferentes olhares se debruçam sobre questões de natureza da memória e da história de uma nação, de uma região, de um município.

Quais os sentidos de se patrimonializar um bem cultural? Do ponto de vista nacional há estudiosos que apontam para questões de identidade e tradições que os governos e o Estado intencionam valorizar, forjando uma identificação entre a população e suas origens oficializadas. Na perspectiva das unidades da federação no território brasileiro e mesmo no âmbito dos municípios – como é o caso deste estudo – existe a questão da apropriação comunitária e social daquilo que seria importante preservar, como exemplos significativos para as pessoas do presente reconhecerem que os lugares em que vivem já produziram, reforçando a leitura das memórias e histórias coletivas. Mas essas questões e narrativas são complexas e ambíguas como apontado anteriormente. Primeiro porque os bens culturais são eleitos, segundo porque estas eleições não seriam isentas, terceiro porque não se trabalha a construção do patrimônio, no sentido de problematizar à moda da academia, o que é memória, história e patrimônio cultural.

Uma questão que merece ser tocada diz respeito à efetividade deliberativa dos conselhos municipais de patrimônio cultural. Tratar os bens culturais através de regulação legal via ação estratégica dos Estados ou com a finalidade de poder obter recursos financeiros,

como no caso de Minas Gerais, que institucionalizou o chamado ICMS Cultural é tratar a gestão do patrimônio cultural, não necessariamente a questão dos bens culturais em si. Em outras palavras, são sentidos que são oferecidos às comunidades para que se empenhem na construção de seus patrimônios.

Nesse sentido, com a devida licença poética, pode-se pensar em “ilhas de patrimônio” municipais num arquipélago de patrimônios estaduais, nacionais e mesmo da humanidade. Aqui este trabalho aponta, mas não enfrenta uma questão, a saber, as identidades regionais ou mesmo as identidades das paisagens culturais regionais. Especialmente, em se tratando da Zona da Mata de Minas Gerais, levando em consideração suas microrregiões, seus desmembramentos políticos, a criação de municípios novos, que tem suas histórias ligadas a outros municípios do qual se desmembraram politicamente. Em outros trabalhos essa questão da regionalização do patrimônio poderá ser pensada, discutida e enfrentada. As ações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais podem ser indicadoras dessa nova abordagem para questões que dizem respeito à divisão e territorialização municipal do patrimônio cultural.

Outras questões que foram também apenas apontadas, mas não enfrentadas, dizem respeito à recepção pela comunidade daquilo que oficialmente foi identificado, inventariado, registrado e tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. A percepção da comunidade merece um estudo aprofundado. Como essa comunidade percebe e vivencia o patrimônio identificado pelos conselheiros municipais de patrimônio cultural? Aqui um parêntese precisaria ser aberto, porque a própria noção de comunidade deve ser debatida. Porque na cidade existem interesses diversos em disputa. Interesses que variam de acordo com a renda, formação e outros obstáculos ao exercício efetivo e adequado da participação social. Além dessas questões outras se sobrepõem como os objetivos de grupos organizados em manter ou não determinados bens culturais. Porque “congelar” ou imobilizar um conjunto arquitetônico e paisagístico implica em tocar em interesses públicos e privados.

Assim, uma questão que foi apontada no desenvolvimento deste estudo, mas que em diversos momentos foi pensada diz respeito à autonomia dos conselhos municipais de patrimônio cultural. No caso específico de Ubá, diferentes consultorias estão registradas em atas e outros documentos produzidos pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural. Curiosamente os conselheiros precisam de aconselhamento e assessoramento, até porque grande parte do trabalho, conforme indicado acima, é de especialistas. E nem sempre estes especialistas estão em todos os municípios do interior do Estado de Minas Gerais.

Dessa questão decorre uma segunda: as agências de patrimonialização locais, pensadas inicialmente como processo de descentralização, desconcentração, ampliação da participação social teriam atingido os objetivos observados na carta constitucional de 1988?

A existência de diretrizes para a proteção do patrimônio cultural nos municípios indica o percurso que estes devem trilhar. Isso revela-nos acerca do papel de assessoramento técnico, do processo de implantação, das metodologias, políticas e critérios de proteção de bens culturais preconizados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. No caso de percorrer o itinerário formativo que a agência estadual indica os municípios passam a ter direito a um determinado repasse de recursos financeiros. No caso específico de Ubá, relativamente ao período de 2009 a 2013 o município recebeu uma média de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) por ano.

Para o caso específico de Ubá pareceu-nos interessante observar que numa cidade industrial, um polo moveleiro, com sindicato de marceneiros não há menção em documentos das memórias da indústria local, nem aos bairros populares, periféricos. As pequenas edificações populares não mereceram ainda ficar para a memória oficial. As condições de vida dos trabalhadores, suas lutas, seus interesses, poderão também ser objeto de outros trabalhos e investigações em maior profundidade. Onde estariam as figuras populares no imaginário das agências de patrimonialização?

Na produção deste estudo uma das principais dificuldades foi a ausência de outros trabalhos acadêmicos e publicações relacionadas ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Por outro lado essa situação indicou a necessidade de buscar fontes primárias, como os documentos jurídicos, legislativos, e atos administrativos municipais e do próprio Conselho. Observou-se ainda que o discurso e as políticas patrimoniais pautaram-se pela busca da objetividade e racionalidade, pelo registro do passado no sentido de destacar seu papel exemplar, como discutiu-se no primeiro capítulo.

Mesmo considerando e entendendo a eleição e a escolha de bens culturais que estariam sendo esquecidos ou perdidos, e por isso mesmo, mereceriam e deveriam ser lembrados, recuperados e preservados. Uma das formas de se fazer lembrar é inscrever o bem cultural na lista de patrimônio de uma comunidade. Nesse sentido observou-se que pela via dos trabalhos do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá houve, no período investigado, atividade semelhante tanto no que diz respeito aos discursos quanto às práticas patrimonializadoras. Na construção de dossiês a busca da objetividade e racionalidade e a ideia de manter aquilo que o juízo dos conselheiros, pensando em nome da coletividade, entendiam como bens culturais exemplares e/ou em risco de esquecimento por parte das

gerações contemporâneas. A guarda e a patrimonialização de diferentes bens culturais teve na retórica da perda uma justificativa objetiva e racional. Ainda que se possa discutir a valoração dos bens eleitos para inventariamento, reconhecimento, registro e tombamento e aqueles outros que, por motivos diferentes foram deixados para novas análises e possíveis escolhas pelas novas formações do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, observou-se o relevante serviço público prestado pelos conselheiros municipais de patrimônio cultural em Ubá.

Alguns exemplos de bens culturais que podem ser examinados no sentido de não terem seus processos de patrimonialização são aqueles descritos na Lei Orgânica Municipal como, naquela época (1990), indicados como bens que seriam tombados, a exemplo do Ribeirão Ubá, o Horto Florestal, as palmeiras da Avenida Comendador Jacinto Soares de Souza Lima e o Museu Histórico da Sociedade dos Viajantes e Representantes Comerciais de Ubá. É o caso de inferir que os interesses e as escolhas e eleições de bens culturais considerados relevantes para um período ou momento histórico podem não sensibilizar agentes culturais e instituições patrimoniais em outro tempo histórico e político.

## PARTE 2

### **MEMORIAL DESCRITIVO DO(S) PRODUTO(S) DESENVOLVIDO(S) A PARTIR DOS TEXTOS E CONTEXTOS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA DA UFV**

A parte dois da dissertação apresenta um relatório de ações e projetos desenvolvidos durante os anos de 2016 e 2017 como produtos planejados, organizados e desenvolvidos a partir dos textos e contextos do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Como parte da formação acadêmico-profissional este mestrado solicita também, como exigência para a formação completa como Mestre em Ciência, a realização de um produto a ser ofertado para a sociedade. Nesse sentido três grandes projetos foram realizados como produtos deste mestrado.

O primeiro projeto, desdobrado em duas atividades, diz respeito à prática docente, como professor da educação básica, o tema do patrimônio cultural passou a fazer parte do saber fazer docente diário, qualificando os planejamentos anuais, os planos de trabalho trimestral e enriquecendo as discussões em sala de aula.

Pode ser importante destacar que, trabalhando numa instituição de ensino com 106 anos de existência no município de Ubá, atuando na educação básica, técnica e no curso livre intitulado “Coração Aberto”, voltado para o público idoso, desde a preparação para o processo seletivo e na condição de estudante não vinculado, até este momento, tive a oportunidade de enriquecer as aulas nas diferentes disciplinas em que atuo. Nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio, entre os conceitos fundantes da disciplina Ensino Religioso, está a tradição. *Tratar a tradição de forma mais qualificada e aprofundada* tem sido uma marca que os textos, os debates em sala de aula, as anotações de aula proporcionaram e continuam a proporcionar.

O programa de ensino religioso abrange as culturas religiosas, a história das religiões, um breve estudo comparado entre as religiões e a história do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, seus fundadores, sua trajetória. Esse instituto é a entidade mantenedora da do Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá. Essa discussão vem sendo ampliada no cotidiano através de *leituras críticas dos documentos, dos arquivos acessíveis, do modo de fazer e produzir conhecimento na sala de aula e mesmo nos encontros de formação continuada* promovidos pela Rede Sagrado. Apenas para informar, essa rede é constituída de cinco unidades escolares localizadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e

Espírito Santo. Além dos colégios, constituem a rede sagrada diferentes projetos sociais, como o Projeto Vida Irmã Maria de Aquino, localizado em Ubá. Nesses dois últimos parágrafos está descrita, brevemente, uma atividade realizada e mantida permanentemente como produto oriundo do mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Mas neste caso, como é prática do dia a dia, problematizar os conceitos, qualificar as discussões em sala de aula, não foi possível registrar documentalmente tal prática

No projeto Coração Aberto, curso livre, criado há 10 anos, destinado a ex-alunas e pensado originalmente como uma “universidade da melhor idade” ou da maturidade, onde eu já havia trabalhando diferentes disciplinas, como Introdução à Filosofia, Estudo Comparado das Religiões, História das Religiões e Atualidades, *estou trabalhando e desenvolvendo a disciplina “Patrimônio Cultural” desde agosto de 2016, com agendamento de trabalho até o segundo semestre de 2017*. Assim este se apresenta como a primeira atividade, produto que é processo em construção e aperfeiçoamento contínuo no saber fazer docente e na divulgação dos temas e problemas do campo do patrimônio. Nesse caso tem-se registrado a ementa e a programação das aulas para os três semestres entre 2016/2 e 2017/2.

Ainda, relativamente aos produtos desenvolvidos, em um momento específico, em tratativas com a equipe pedagógica da instituição, incorporou-se a discussão do patrimônio cultural em um projeto institucional: A “V Semana Acadêmica” do Curso Técnico em Meio Ambiente, realizada entre os dias 22 e 24 de junho de 2016 teve como tema “Olhares diversos sobre o meio ambiente” e na oportunidade de participar de uma das mesas redondas apresentei a palestra “Paisagens culturais da microrregião de Ubá”, ampliando ainda mais a discussão e propondo novas temáticas para pensar coletivamente o ambiente de forma mais ampla. O colega e professor Marciano Quinelato, que dividiu a mesa redonda, apresentou a discussão das “Paisagens naturais da microrregião de Ubá” e tivemos a alegria de ver somar os olhares das ciências da natureza e das humanidades sobre a zona da mata e especialmente sobre a microrregião de Ubá. As atividades descritas sumariamente acima estão documentadas no item produto1 da dissertação.

O segundo projeto/produto, em trabalho coletivo, uma equipe de três acadêmicos do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania - planejamos, organizamos e executamos o I “Encontro microrregional patrimônio e paisagens de Ubá”, realizado no dia 22 de julho. Neste encontro tivemos a oportunidade de contar com 54 participantes no turno matutino e 42 no vespertino, com atividades como palestra, mesas redondas, apresentação artística e troca de saberes. A ementa do “Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem” afirmava que o mesmo pretendeu discutir questões relacionadas ao patrimônio cultural na

atualidade e sua relação com o cotidiano, através da problematização de conceitos como história, memória, patrimônio, identidade e paisagem. O objetivo foi possibilitar aos participantes, principalmente agentes culturais e estudantes, reflexões sobre as práticas patrimoniais em suas respectivas cidades, oportunizando um debate sobre as políticas públicas para esta área que raramente é privilegiado durante os processos de patrimonialização. O evento foi realizado na cidade de Ubá, Minas Gerais, no dia 22 de julho de 2016, sexta-feira, no auditório do Colégio Sagrado (Praça São Januário, centro), a partir das 8 horas da manhã até as 18 horas, totalizando 10 horas de programação. Os certificados de participação foram emitidos pela Universidade Federal de Viçosa.

A experiência de coordenar e planejar, organizar e realizar, coletivamente esse I Encontro Patrimônio e Paisagens de Ubá foi importante para um intercâmbio de ideias, exposição de compreensões e qualificação do debate para os interessados. Desde o primeiro semestre de 2015 os colegas Ana Carolina Santos e Silva, Anderson Moreira Vieira e eu apresentamos a ideia que foi acolhida pela coordenação do curso. Já no segundo semestre daquele ano, em agosto e outubro realizamos as primeiras reuniões preliminares e de planejamento geral do Encontro. No primeiro semestre de 2016, entre março e abril foram realizadas quatro reuniões de planejamento e organização, produção e checagem do planejamento. Essas reuniões ocorreram em 04 e 18 de março e 08 e 22 de abril. Convidados confirmados, local definido, ornamentação, convites, modelo de certificado definidos e programação confirmada.

Nos meses de maio e junho entre os dias 06 e 20 de maio e 03 e 17 de junho, estávamos certificando se as instituições culturais foram contempladas, prefeituras, câmaras municipais, associações, Superintendência Regional de Ensino de Ubá, Associação Comercial e Industrial de Ubá, membros dos conselhos municipais de patrimônio cultural, agentes culturais da microrregião e memorialistas da microrregião. Ainda, no processo de organização de um dia de palestras e mesas redondas, tem-se que providenciar a questão do café, de uma apresentação artística no intervalo e o grupo empenhou-se nessas atividades. Nessa oportunidade agradecemos ao Pedro Henrique Santos e Silva pela elaboração do “layout” do banner que gentilmente cedeu seu desenho para a ornamentação do espaço onde aconteceram as palestras e mesas redondas. E também ao memorialista Miguel Arcanjo Batista, que também generosamente cedeu suas fotografias de uma Ubá que ficou na memória de pessoas interessadas na cidade, suas histórias e memórias. Essas fotografias também foram utilizadas para decorar o ambiente do Salão Nobre Irmã Terezinha Cechin, do Colégio Sagrado Coração

de Maria de Ubá, aqui também agradecido pela seção do espaço. A documentação relativa ao Encontro encontra-se e compõe o produto 2 da dissertação.

Ainda, como terceiro projeto/produto foram realizadas três reuniões de capacitação entre este que escreve e os conselheiros do patrimônio cultural de Ubá (gestão 2017 – 2020) nos dias 04 e 18 de maio próximo passado e a terceira no dia 20 de julho. Nas tratativas com a Secretaria de Cultura do município, na pessoa do secretário Vinícius Samôr de Lacerda e dois de seus assessores, Marcela Vieira Mello e Cosme Elias, acertou-se a realização de uma oficina sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Além da documentação sobre a realização da oficina, o material didático (apostila) constará no produto 3 da dissertação.

Apresentarei, a partir desse ponto, os produtos desenvolvidos, na seguinte ordem: primeiramente os documentos produzidos no âmbito do trabalho com educação no Colégio Sagrado Coração de Maria, especialmente a ementa e o plano de ensino e as declarações comprobatórias da equipe de direção da instituição de ensino. Logo em seguida tratarei de expor o trabalho coletivo desenvolvido pelos colegas de curso Ana Carolina Santos e Silva e Anderson Moreira Vieira, que juntamente com este que escreve, planejamos, organizamos e realizamos o I Encontro Patrimônio e Paisagens de Ubá e microrregião. Finalmente, apresento uma leitura das duas reuniões de capacitação oferecidas à atual equipe de conselheiros municipais de patrimônio cultural de Ubá.

## **1. Docência no Ensino Básico e Técnico**

A disciplina “Patrimônio Cultural” foi proposta em junho de 2016 ao coordenador do Projeto Coração Aberto, professor Evandro Albuquerque de Andrade, também coordenador do Serviço de Orientação Religiosa do Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá. A proposta de trabalhar uma disciplina no curso livre “Coração Aberto”, voltado para um grupo específico de alunas com formação superior, muitas delas professoras aposentadas, participantes de grupos de maturidade, pessoas com formação diversificada e nesse sentido exigentes de uma qualidade e cuidado com os conteúdos desenvolvidos deu-se em função da necessidade de ampliar o produto em construção e secundariamente porque este é um tema em que, na condição de acadêmico do mestrado, preciso ver e rever, de modo que trabalhar em sala de aula é revisá-lo permanentemente. Desse modo, segue a primeira ementa original proposta.

### **Ementa – Projeto Coração Aberto**

A disciplina pretende discutir questões relacionadas ao patrimônio cultural de forma geral e ao patrimônio cultural de Ubá em especial, bem como sua relação com as memórias individuais e coletivas do grupo de vinte e cinco senhoras que atualmente estão matriculadas no Projeto Coração Aberto. Pretende-se problematizar conceitos como paisagem, memória coletiva, identidade, patrimônio e suas relações com a identidade nacional e municipal. O objetivo é possibilitar a reflexão sobre a cidade e sobre a transformação do espaço urbano ao longo do tempo e sobre as remodelações sofridas pela paisagem urbana em decorrência do processo de modernização e das práticas patrimonialistas.

A justificativa apresentada para a instituição e para as alunas consistiu em conceber, elaborar e aplicar um curso de Patrimônio Cultural para celebrar os dez anos de funcionamento do Projeto Coração Aberto no Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá. A partir de uma problematização inicial sobre o que é memória e tradição (pensando no próprio curso) e discutindo o papel da memória coletiva na formação das identidades, institucional e municipal. Ainda, na justificativa, procurou-se apontar um caminho transdisciplinar para abordar as questões relativas ao patrimônio cultural.

Os objetivos apresentados para as alunas foram:

- a) Trabalhar aspectos históricos, artísticos e culturais que demonstram como a tradição e a identidade foram construídas no âmbito institucional e no município de Ubá;
- b) Desenvolver o debate sobre patrimônio cultural;
- c) Contribuir para a reflexão sobre os bens culturais patrimonializados e outros bens culturais identificados pelo grupo;
- d) Contribuir para ampliar o acesso à reflexão acadêmica acerca do patrimônio cultural;
- e) Reconhecer os bens culturais identificados, inventariados, tombados, registrados e reconhecidos pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.
- f) Avaliar o envolvimento da comunidade na produção do patrimônio cultural nas instituições públicas e particulares.

A seguir apresento os planos de ensino apresentados à coordenação e autorizados e aprovados pela instituição de ensino.

#### Plano de ensino – 2016/2

Aula 1: Apresentação da proposta, da ementa e do planejamento das aulas.
Aula 2: Conceitos e categorias do Patrimônio Cultural. Aula expositiva dialogada.
Aula 3: Memória individual e memória coletiva. Dialética do lembrar e esquecer.
Aula 4: Memória coletiva e identidade nacional. Construção ou espontaneidade?
Aula 5: Memória coletiva e identidade local, microrregional e regional.
Aula 6: “Lugares” de memória e instituições de memória.
Aula 7: Memorialistas de Ubá e seus trabalhos. Apresentação de materiais impressos e online.
Aula 8: Trabalho de campo 1: Visita técnica ao Centro de Referência Histórica do Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá.
Aula 9: Memória e patrimônio histórico. Coleções e conservação de documentos, imagens, objetos e indumentárias no Colégio Sagrado Coração de Maria – Ubá.
Aula 10: Memórias institucionais, instituições de memória e criação de identidades.
Aula 11: Memória e identidade na Rede Sagrado.
Aula 12: A herança de Padre Gailhac e Irmã Saint Jean.

Aula 13: Patrimônio cultural como preservação e conservação de memórias individuais e institucionais.
Aula 14: Patrimônio cultural edificado do Colégio Sagrado Coração de Maria: Oficina com fotografias do acervo institucional.
Aula 15: Patrimônio cultural de Ubá: Introdução geral.
Aula 16: Trabalho de campo 2: Visita técnica à Praça São Januário. Observações comentadas do conjunto arquitetônico e paisagístico.

Observação: No semestre são previstas 20 aulas. Apresenta-se uma proposta com 16 aulas planejadas para que em caso de necessidade, as quatro aulas faltantes possam ser utilizadas para um tema que não se esgotou na aula anterior, uma abordagem que não estava prevista, mas que poderia se encaixar na proposta ou a discussão de um tema emergente, seja relativo ao programa, seja externo ao planejado.

#### Plano de ensino 2017/1

Aula 1: Introdução geral e apresentação da proposta e do planejamento das aulas.
Aula 2: Listas do patrimônio cultural – UNESCO, IPHAN, IEPHA.
Aula 3: Aula expositiva com apresentação do sítio eletrônico da UNESCO.
Aula 4: O Brasil na lista da UNESCO – presenças e ausências. Desafios e possibilidades.
Aula 5: A geografia do Patrimônio mundial: Concentração espacial e periferias do patrimônio.
Aula 6: Aula expositiva com apresentação do sítio eletrônico do IPHAN.
Aula 7: Minas Gerais na lista do IPHAN.
Aula 8: As zonas da mata de Minas Gerais na lista do IPHAN.
Aula 9: A microrregião de Ubá na lista do patrimônio nacional.
Aula 10: Aula expositiva dialogada com apresentação do sítio eletrônico do IEPHA.
Aula 11: O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.
Aula 12: Trabalho de campo 3: Visita técnica ao Arquivo Histórico da cidade de Ubá.
Aula 13: Os bens culturais tombados em Ubá.
Aula 14: Os bens naturais reconhecidos em Ubá.
Aula 15: Os bens culturais imateriais registrados em Ubá.
Aula 15: Desafios e possibilidades de patrimonialização de bens culturais.

Aula 16: Dificuldades de preservação da memória e identidade microrregional.
--

Observação: No semestre são previstas 20 aulas. Apresenta-se uma proposta com 16 aulas planejadas para que em caso de necessidade, as quatro aulas faltantes possam ser utilizadas para um tema que não se esgotou na aula anterior, uma abordagem que não estava prevista mas que poderia se encaixar na proposta ou a discussão de um tema emergente, seja relativo ao programa, seja externo ao planejado.

#### Plano de ensino 2017/2

Aula 1: Introdução geral e apresentação da proposta e do planejamento das aulas.
Aula 2: Patrimônio cultural religioso.
Aula 3: Patrimônio cultural religioso: Arquitetura e artes.
Aula 4: Patrimônio cultural religioso imaterial: modos de fazer.
Aula 5: Patrimônio cultural religioso cristão.
Aula 6: Uma palavra sobre o cristianismo e a memória.
Aula 7: Patrimônio cultural religioso judaico. Documentos e objetos.
Aula 8: Patrimônio cultural religioso islâmico. Documentos e arquitetura.
Aula 9: Patrimônio cultural religioso cristão não católico.
Aula 10: Patrimônio cultural religioso de matriz africana.
Aula 11: Terreiros de Candomblé como patrimônio cultural.
Aula 12: Patrimônio cultural religioso de matriz indígena.
Aula 13: Pajelança e religiões ayahuasqueiras.
Aula 14: O sincretismo religioso brasileiro e a umbanda.
Aula 15: Centros Espíritas umbandistas. Patrimônio cultural?
Aula 16: Patrimônio espiritual em Ubá. Inventário de instituições religiosas no município.

Observação: No semestre são previstas 20 aulas. Apresenta-se uma proposta com 16 aulas planejadas para que em caso de necessidade, as quatro aulas faltantes possam ser utilizadas para um tema que não se esgotou na aula anterior, uma abordagem que não estava prevista

mas que poderia se encaixar na proposta ou a discussão de um tema emergente, seja relativo ao programa, seja externo ao planejado.

Uma avaliação do produto já desenvolvido nos dois primeiros semestres de aulas permite indicar o interesse que o tema desperta em todas as alunas envolvidas. A formação e a experiência acumuladas em vivências e experiências diversificadas estimularam o ambiente das aulas. Entre as discussões iniciais e a efetiva execução do planejado tivemos a oportunidade de verificar o quanto extenso é o alcance do patrimônio cultural. Questões de natureza afetiva e memórias coletivas foram vividas coletivamente.

O intercâmbio de interesses fez surgir a ideia de confirmar, no inventário de bens culturais realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, a presença ou ausência de edificações, monumentos, documentos e mesmo “produtos” como o refrigerante industrializado no município de Ubá. Discutiu-se e permanece em aberto a questão de que o patrimônio cultural será tanto mais amplo quanto maior for a participação social na eleição daquilo que uma comunidade entende como necessário de ser conservado e mantido em função dos valores culturais compreendidos como comunitários.

Ainda no âmbito das atividades docentes, tive a oportunidade de participar, como convidado para uma das mesas redondas da Semana Acadêmica do Curso Técnico em Meio Ambiente do mesmo Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá no ano de 2016. Na oportunidade apresentei a discussão e o debate da construção relativo ao patrimônio cultural, problematizando as categorias patrimônio natural e cultural, a paisagem, os tempos das paisagens, longa duração (pensando a geologia e as interfaces com a formação do relevo) e curta duração, pensando as transformações impostas às paisagens pela ação antrópica.

E procurando fomentar a apresentação tratou-se de discutir a interface entre patrimônios naturais, patrimônios culturais, identificação, reconhecimento, registro e tombamento como categorias do patrimônio e os trabalhos já desenvolvidos pelo IPHAN, IEPHA e pelos conselhos municipais de patrimônio cultural.

Durante a discussão tratamos ainda de propor ações integradas entre os conselhos municipais de meio ambiente e patrimônio cultural, que apesar de estarem “alocados” em Secretarias municipais diferentes, o primeiro na Secretaria de Meio Ambiente e o segundo na Secretaria de Cultura, podem e devem fazer um trabalho de aproximação. Essa aproximação por sua vez, pode oxigenar os dois trabalhos que são paralelos e complementares. Segue, abaixo um folder de divulgação da Semana Acadêmica, indicando a diversidade de temas abordados e os convidados. Durante a apresentação e a partir das questões levantadas pelos presentes observou-se um ponto comum aos interesses ambientais e aqueles relativos ao

patrimônio cultural, uma direção para o futuro, para as próximas gerações. Tanto o patrimônio natural ou o ambiente protegido como o patrimônio cultural ou as paisagens protegidas são comunicações que as gerações presentes reconhecem como importantes para permanecerem e simbolizarem a capacidade do reconhecimento e da importância de determinados bens, naturais, culturais e mixtos, para as gerações que virão.



**SEMANA ACADÊMICA  
CTMA**

**22 a 24  
Junho**

**PROGRAMAÇÃO:**

**Dia 22/06/16 – Quarta-feira**  
**19h** - Abertura  
**19h30** - Mesa Redonda – Parte I  
 “Olhares diversos sobre as paisagens da microrregião de Ubá.”  
**Leonardo Augusto de Almeida** – Paisagens culturais da microrregião.  
**Marciano Quinelato** – Paisagens naturais da microrregião.  
**Salomão Junior Curi** – Paisagens urbanas e o planejamento ambiental.  
**20h30** - Questionamentos dos alunos.  
**21h** - Encerramento.

**Dia 23/06/16 – Quinta-feira**  
**19h10** - Palestra: O meio ambiente e a política.  
**Edson Teixeira Filho** – Engenheiro Agrônomo (UFV) MBA em Direção Executiva, UNIBH/IA (BH).  
**Vicente de Paulo Pinto** – Técnico em Meio Ambiente (CSCM). Presidente do Instituto Ambiental Sol do Campo. 2º Vice Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais.  
**20h** - Intervalo.  
**20h10** - Palestra: Associações, Ong's, Ocip's e a atuação para futuros profissionais na área ambiental.  
**Heverson Vieira Marangon** - Técnico em Meio Ambiente pelo IFET/RP em 2009. Tecnólogo em Gestão Ambiental – FUPAC-UBÁ.  
**21h** - Questionamentos dos alunos.  
**21h30** - Encerramento.

**Dia 24/06/16 – Sexta-feira**  
**19h10** - Mesa Redonda - Parte II: – “Olhares diversos sobre as paisagens da microrregião de Ubá.”  
**Glênia Lourenço Silva** – Olhares e atitudes sobre a realidade ambiental que vivemos.  
**Missael Pinto Zampler** – A gestão integrada de resíduos sólidos em Ubá e região.  
**Raul Gomes Candian** – Formação da paisagem física da região de Ubá-MG e práticas de conservação do ambiente.  
**20h10** - Questionamentos dos alunos.  
**20h30** - Depoimento da ex- aluna **Carla Teixeira Gravina** – Técnica em Meio Ambiente (CSCM) e Técnica em Segurança do Trabalho (SENAI - FIEMG).  
**20h45** - Resultado da gincana – **Professora Glênia Lourenço Silva**.  
**21h15** - Encerramento.

**VIVER É INVESTIGAR**  
 COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA LUBA  
 REDE SAGRADO

## **2. Planejamento, organização e execução do I Encontro Patrimônio e Paisagens de Ubá**

O “Encontro microrregional Patrimônio e Paisagem”, organizado por três acadêmicos do mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, no município de Ubá foi realizado no dia 22 de julho de 2016. As instituições públicas e organizações da sociedade civil da microrregião de Ubá foram convidadas, juntamente com professores, estudantes e memorialistas para uma jornada de estudos acadêmicos que abordaram, de diferentes formas, questões relativas ao patrimônio cultural.

A programação pensada, planejada e organizada coletivamente pretendeu ser extensa e diversificada. O evento foi aberto com a palestra do professor Dr. Leonardo Civale, que tratou de apresentar “O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV”. O professor, gentilmente, concedeu aos presentes, uma aula magna sobre os desafios e possibilidades de se trabalhar os conceitos e as categorias centrais do patrimônio cultural, levantando questões que permitiram uma reflexão sobre a transdisciplinaridade da área e o vasto campo de atuação que pode ser compreendido como o lugar do patrimônio frente às crises da modernidade. O professor Leonardo Civale tratou de apresentar questões que analisam criticamente a categoria patrimônio.

Relacionando patrimônio e paisagem, o primeiro como herança, a segunda como uma espécie de moldura, entorno ou exterior ao objeto, ao bem cultural. Apresentou uma leitura sobre modernidade e patrimônio, associando o projeto moderno com a construção de identidade, “mecanismo de compensação” relativo ao passado. Apontou considerações críticas sobre a dialética identidade e patrimônio, questionando a construção de uma identidade pensada, definida e decidida por agências e instituições públicas, ainda sem uma cidadania ampliada. E, portanto questionou que memória permanece.

Após a explanação do professor Leonardo Civale, dois acadêmicos do mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania realizaram uma mesa redonda, com duas apresentações, sendo a primeira proferida pela acadêmica Aline Nascimento Ribeiro, intitulada “Patrimônio documental: A experiência da Casa Setecentista de Mariana”, retratando, conforme o título sugere, a questão do patrimônio documental, o trabalho com os arquivos civis, eclesiásticos e outros, seja de natureza privada, seja pública. Um vasto campo de trabalho foi descortinado para muitos dos presentes, indicando novas possibilidades para as questões do patrimônio, num sentido de ampliar uma visão muitas vezes arquetípica do que é patrimônio cultural. Logo em seguida, este que escreve apresentou os resultados preliminares da pesquisa que estava em curso, com o título “Conselhos municipais de

patrimônio cultural: Implementação, expansão, desafios e oportunidades”, procurando realizar um breve histórico do processo de organização dos primeiros conselhos populares, conselhos comunitários, as experiências na área da saúde e habitação, pioneiras na questão da participação popular e comunitária em conselhos municipais.

Entendo que foi possível transmitir, ainda que sumariamente, a ideia de que a implementação da participação comunitária na administração de bens culturais não tem sido simples. Ora assunto de especialistas, ora tema que tangencia o direito, o patrimônio cultural é atividade que convida a comunidade para pensar o que será propositalmente lembrado, oficialmente identificado, inventariado, reconhecido, valorizado como representativo de um entendimento no presente que deve ficar se possível, para as gerações posteriores.

As duas apresentações oportunizaram a participação dos presentes, com questionamentos interessantes acerca dos documentos como monumentos e dos monumentos como valores que devem permanecer.

Após um intervalo para o café, retomamos os trabalhos, com mais duas mesas redondas, a primeira apresentada pelo acadêmico Anderson Moreira Vieira, sobre “Estudo de caso sobre as patrimonializações feitas em Ubá entre 2001 e 2004 – políticas públicas e memória”. O colega Anderson Moreira Vieira teve a oportunidade de desnaturalizar os processos de patrimonialização com sua empolgante discussão. Trouxe para o debate a questão dos interesses e dos interessados em que determinados bens culturais tornam-se patrimônios de uma coletividade. Em seguida apresentou-se o colega Flávio Teixeira, mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa, ubaense, professor de história. Com o título “Sobre as terras de São Sebastião: a Freguesia do Anta nos sertões do leste oitocentista”, a discussão versou sobre a diversidade de fontes para a pesquisa acadêmica na região, enfatizando os dados coletados nos arquivos eclesiásticos.

Entre o almoço e a retomada dos trabalhos, o Encontro Patrimônio e Paisagens promoveu uma apresentação musical com o Duo Candian e Júnior, músicos, professores do Conservatório Estadual Professor Theodolindo José Soares, da vizinha cidade de Visconde do Rio Branco, com repertório variado, interpretando músicas populares e clássicas. Para registro os nomes completos dos profissionais que realizaram a apresentação artística musical são Wagner Pereira Candian e Antônio Martins Júnior.

Às 14h teve início a terceira mesa redonda, com a participação do mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Inácio Andrade Silva, que tratou de discutir a patrimonialização do doce de goiaba da região de São Bartolomeu, Ouro Preto. A discussão gerou interesse dos presentes, com ampla participação dos convidados. Em seguida,

a acadêmica em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, Ana Carolina Santos e Silva palestrou sobre sua pesquisa, “Um estudo da paisagem cultural da cidade de Ubá, em Minas Gerais, à luz das toponímias”, também provocando, entre os presentes uma discussão interessante sobre os nomes dos lugares e nossas memórias e esquecimentos em relação aos sentidos e significados dos mesmos, especialmente quando se trata da cidade onde vivemos.

As duas apresentações finais foram realizadas a partir das 15h45 minutos, com a presença da professora Dra. Vanessa Lana, do Departamento de História da UFV, que tratou de apresentar “A Manchester mineira como nova capital do estado: olhares sob a paisagem juiz-forana em fins do século XIX”, oferecendo-nos uma reflexão sobre os interesses em disputa e os conflitos que existiam por ocasião da transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para outra região, antes da definição de Belo Horizonte como sede da capital de Minas Gerais.

Em seguida, tivemos a oportunidade de aprender sobre o maestro João Ernesto, ubaense, com o acadêmico e colega Wagner Candian, que estava, naquele momento concluindo seu trabalho no mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania da UFV. A apresentação também provocou fortes emoções nos presentes, que de forma geral ignoravam o trabalho desenvolvido pelo maestro ubaense em fins do século XIX e início do século XX.

Fechando os trabalhos realizou-se uma “troca de saberes” com intensa participação dos presentes, destacando-se o músico e maestro Marun Alexander, presidente da Academia Ubaense de Letras convidando os presentes a estarmos mais próximos nas questões de natureza cultural do município de Ubá e microrregião. Registra-se também a participação do presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, Francisco Marino de Azevedo, que também ressaltou a importância de eventos como o Encontro. Importante também destacar a participação de memorialistas, profissionais da educação e estudantes no evento, indicando as possibilidades que o município e a microrregião despertam em termos de interesse social e cultural.

Segue abaixo a ementa do Encontro microrregional Paisagens e Patrimônio:

### **Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem**

O “Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem” pretende discutir questões relacionadas ao patrimônio cultural na atualidade e sua relação com o cotidiano, através da problematização de conceitos como história, memória, patrimônio, identidade e paisagem. O objetivo é possibilitar que os participantes, principalmente agentes culturais e estudantes, reflitam sobre as práticas patrimoniais em suas respectivas cidades, oportunizando um debate sobre as políticas públicas para esta área que raramente é privilegiado durante os processos de patrimonialização. O evento será realizado na cidade de Ubá, Minas Gerais, no dia 22 de julho de 2016, sexta-feira, no auditório do Colégio Sagrado (Praça São Januário, centro), a partir das 8 horas da manhã até as 18 horas, totalizando 10 horas de programação. Os certificados de participação serão emitidos pela Universidade Federal de Viçosa.

Na sequência apresentamos o cartaz produzido para divulgar o I Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem.



Em seguida o folder entregue a todos os inscritos e participantes do Encontro com a programação prevista.

Apoio:



Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Superintendência Regional de Ensino de Ubá

## Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem

22 de julho de 2016

Local: Colégio Sagrado Coração de  
Maria-Ubá

Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural  
Paisagens e Cidadania- UFV

Comissão Organizadora:

Ana Carolina Santos e Silva

Anderson Moreira

Leonardo Augusto de Almeida

## Programação:

<b>8h</b> - Cerimônia de Apresentação.	<b>10h45'- Mesa Redonda 2:</b> *Mestrando Anderson Moreira: "Estudo de caso sobre as patrimonializações feitas em Ubá entre 2001 e 2004-políticas públicas, patrimônio e memória." *Prof. MsC. Flávio Teixeira: "Sobre as terras de São Sebastião: a Freguesia do Antanos sertões do leste oitocentista".	*Mestranda Ana Carolina S. e Silva: "Um estudo da paisagem cultural da cidade de Ubá, em Minas Gerais, à luz das Toponímias"
<b>8h15'</b> – Palestra de Abertura: "O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania-UFV" Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz - UFV Prof. Dr. Leonardo Civalo - UFV	<b>12h</b> - Intervalo	<b>15h30'</b> - Café
<b>9h30'</b> - <b>Mesa Redonda 1:</b> *Mestranda Aline Ribeiro: "Patrimônio Documental: A experiência da Casa Setecentista de Mariana." *Mestrando Leonardo Almeida: "Conselhos municipais de patrimônio cultural: Implementação, expansão, desafios e oportunidades."	<b>13h30'</b> - Apresentação Artística.	<b>15h45': Mesa Redonda 4:</b> *Prof. Dra. Vanessa Lana - UFV: "A Manchester mineira como nova capital do estado: olhares sob a paisagem juiz-forana em fins do século XIX" *Prof. MsC. Wagner Candiani: "Patrimônio da Casa: um estudo sobre o Maestro João Ernesto"
<b>10h30'</b> - Café	<b>14h</b> - <b>Mesa Redonda 3:</b> *Prof. Dr. Wagner Barbosa - UFV: "Cartografia e atlas digitais: Atlas dos Bens Tombados em Minas Gerais pelo IPHAN."	<b>17h</b> - "Troca de Saberes" e propostas de trabalho em rede. <b>18h</b> - Cerimônia de Encerramento.

Procurou-se, durante o Encontro, vincular, pensar e avaliar as discussões teóricas apresentadas a partir das leituras e análises críticas dos textos das disciplinas cursadas no mestrado com a prática e o cotidiano das agências patrimonializadoras, sejam estas públicas, como a Casa Setecentista de Mariana ou "híbridas" como os conselhos municipais de patrimônio cultural. Para além desse esforço teórico, de vinculação das discussões acadêmicas propriamente, tomou-se o cuidado de garantir aos participantes uma análise teórica que pudesse auxiliar nos processos de preservação da memória com referência às discussões e debates que as áreas do conhecimento que se vinculam à memória coletiva apresentam e propõem.

### **3. Oficina e capacitação de conselheiros municipais de patrimônio cultural**

A partir do exame de qualificação fui convidado a refletir sobre as possibilidades que a pesquisa que estava em andamento ofereceria especialmente para os membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, levando em consideração que, até onde tínhamos conhecimento, não havia ainda um trabalho que tivesse como objeto de estudo essa instância política e cultural do município de Ubá. Especialmente os professores Jonas Marçal e Karla Martins apresentaram a proposta de estreitar os laços com o Conselho e oferecer aos conselheiros os resultados a que se chegaria.

Dessa forma, e em acordo com a orientadora deste trabalho, professora Dra. Priscila Dorela, aguardei a posse dos novos conselheiros, que se deu em 22 de fevereiro deste ano. Explico-me: os conselheiros têm mandato de quatro anos, coincidente com o mandato da chapa eleita para a Prefeitura Municipal, de modo que capacitar quem estava terminando o mandato seria infrutífero para o trabalho a ser desenvolvido no Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Assim, acompanhei a nomeação dos novos membros do conselho, entrei em contato com o secretário de cultura do município, Vinícius Samôr de Lacerda, e propus a oficina/capacitação.

A Secretaria de Cultura autorizou a realização do trabalho proposto, fizemos os contatos necessários, com a secretária executiva do Conselho, Viviani Barroso de Paula, e agendamos as três datas iniciais da capacitação: 04 e 18 de maio e 20 de julho. A programação proposta levou em consideração alguns marcos importantes para o município, como os 160 anos de independência política municipal, comemorados em 03 de julho de 2017; os 20 anos de institucionalização do próprio Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, a ser celebrado em dezembro deste ano; Os 80 anos da Instituição de Longa Permanência para Idosos – Asilo São Vicente de Paulo e também os 80 anos da Associação Comercial e Industrial de Ubá, a serem celebrados em abril de 2018.

Apresento abaixo a carta de intenções encaminhada ao secretário municipal de cultura, Vinícius Samôr de Lacerda.

Ilmo. Senhor  
Vinícius Samôr de Lacerda  
Vice-Prefeito de Ubá - MG  
Secretário Municipal de Cultura

Ubá, 03 de abril de 2017

Prezado Vinícius,

Apresento-lhe um sumário executivo de proposta de trabalho voluntário e colaborativo a ser realizado junto aos senhores membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá.

Conforme conversamos pessoalmente, estou concluindo o mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na Universidade Federal de Viçosa e, nesse sentido, pretendo partilhar os resultados alcançados a partir da investigação da temática do patrimônio cultural de forma ampla e dos trabalhos desenvolvidos pelo conselho municipal do patrimônio cultural do município de Ubá, especificamente.

Assim, convido os membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá a participarem de uma “Oficina do Patrimônio” a ser realizada em 29 de abril, 13 e 27 de maio, na sede do Arquivo Público Municipal de Ubá. Sempre aos sábados, no horário mais adequado para o maior número de conselheiros poderem participar.

As oficinas terão como metodologia: 1) em 29 de abril um debate informal sobre patrimônio cultural de forma ampla e a construção de uma nuvem de palavras associadas ao patrimônio. 2) no dia 13 de maio uma jornada de estudos sobre memória, história e patrimônio, categorias acadêmicas e conceitos importantes para a fundamentação e apropriação da ideia de patrimônio cultural. Nesse dia a proposta é a construção de um mapa conceitual coletivo. 3) no dia 27 de maio a proposta é apresentar uma breve capacitação aos conselheiros no sentido de apresentar ambientes de estudo virtuais e um “olhar” sobre os 20 anos de trajetória do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, objetivando a problematização das ações, a disseminação de informações e as possibilidades de trabalho que este conselho possui.

Pretende-se ainda uma avaliação da Oficina, de seus resultados práticos por parte dos participantes. Para este momento apresento-me como proponente e executor das atividades,

sem nenhum custo para os participantes. Em caso de entendimento é possível pensarmos em convidados que possam ampliar a discussão e apresentar outras atividades.

Reforço que não há necessidade de orçamento e, acertando as datas e horários, coloque-me à disposição para a realização do trabalho.

Leonardo Augusto de Almeida  
Mestrando em Patrimônio Cultural - UFV

Ainda, a minuta apresentada em reunião onde discutimos a oficina/capacitação:

<b>CAMPO DE ESTUDO</b>	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá - MG
<b>PROPONENTE</b>	Leonardo Augusto de Almeida
<b>TÍTULO</b>	Memória e trajetória do patrimônio cultural ubaense
<b>TEMA/ASSUNTO</b>	Trabalhando a memória e a história do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural será possível mapear a história dos bens culturais municipais e oferecer aos atuais membros do Conselho uma oficina sobre patrimônio cultural.
<b>PERGUNTAS</b>	Afinal, o que é o patrimônio cultural? Quais as diferentes compreensões acerca do patrimônio? Academia, memorialistas, historiadores, comunidade.
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Capacitar os conselheiros municipais de patrimônio cultural e oferecer um “olhar” acadêmico para os processos de patrimonialização municipal.
<b>CATEGORIAS</b>	Memória individual e memória coletiva; patrimônio cultural e história. Conselhos municipais de patrimônio cultural.
<b>APORTE TEÓRICO</b>	CHOAY, Françoise; FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca; GONÇALVES, José Reginaldo Santos; HALBWACHS, M; POULOT, Dominique; STARLING, Mônica, entre outros.
<b>METODOLOGIA</b>	No primeiro momento, construção de uma nuvem de palavras sobre patrimônio cultural; num segundo momento, construção de um mapa conceitual e finalmente a oferta de uma leitura sobre o patrimônio cultural ubaense e sobre a atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá.
<b>MEMÓRIA</b>	2017: 160 anos de Ubá. 2017: 20 anos de Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. 2017: 10 anos de Arquivo Público da cidade de Ubá. 2017: 80 anos do Asilo São Vicente de Paulo; 2018: 80 anos da Associação Comercial e Industrial de Ubá.
<b>OBJETO DE ESTUDO</b>	Os bens culturais do município de Ubá.

Apresento abaixo, extrato do Diário Oficial eletrônico do município de Ubá, indicando a ata de número 135, quando o secretário municipal de cultura, Vinícius Samôr de Lacerda, informa sobre a capacitação.



## Diário Oficial Eletrônico

Município de Ubá – Minas Gerais

(Lei Municipal nº 4.175, de 02/01/2014)

ANO IV - Nº 760 – Terça-feira, 06 de junho de 2017

### PUBLICAÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

#### CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE UBÁ

Ata da 135ª (centésima trigésima quinta) reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Ubá. Ao 31º (trigésimo primeiro) dia do mês de março do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer. Em convocação feita por e-mail, estavam presentes na reunião os seguintes conselheiros: André Resende Padilha, Miguel Arcanjo de Paula Batista, Alessandra Carvalho de Souza, Dayse Maria Guedes Salles, Francisco Ângelo Garcia da Silva, Giselle Moreira Queiroz, João Paulo Ciribeli, Marcela Vieira de Mello, Nair Pascoal Gomes, Vera Lúcia Andrade Motta Mendes e Silveira e Zuleica Evangelista Andrade, além da convidada Thais Lamin, a Secretária Executiva Viviani Barroso de Paula e o Secretário de Cultura, Turismo e Lazer Vinícius Samôr de Lacerda. Vinícius Samôr inicia a reunião se apresentando e, logo após, dá-se a apresentação individual dos membros. Em seguida, houve relato sobre o andamento do Conselho na administração anterior por parte de Nair Pascoal e Vera Lúcia Andrade Motta Mendes. Viviani Barroso leu as atribuições dos conselheiros de acordo com o regimento. A promotora Thais Lamin, convidada, se apresentou, colocando-se à disposição e propôs uma capacitação dos conselheiros por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Vinícius Samôr traz à pauta a disponibilidade do Professor Leonardo Augusto de Almeida que, voluntariamente, se propôs em reunir com os conselheiros a fim de capacitá-los a partir da apresentação do seu tema de mestrado, sendo esta posta em votação e aceita por unanimidade. Ficou firmada a data da capacitação ministrada pelo Professor Leonardo dia 04 de maio às 18h 30min na Sede da Secretaria de Cultura. Miguel Batista aponta sobre a necessidade da realização do levantamento histórico e cultural da cidade com esclarecimento sobre direitos e deveres aos proprietários dos imóveis tombados e inventariados. Thais Lamin discorre sobre o trabalho do Ministério Público, sugerindo que esteja averbada, junto à matrícula do imóvel, a situação de tombamento ou inventariação do mesmo, impedindo que ações ilegais ocorram com as edificações e demais patrimônios. Esta ação será realizada junto ao Hotel Palace, que passa por atual especulação imobiliária. Nair Pascoal e Miguel Batista explicam a importância da inventariação do imóvel. André Padilha dá seu depoimento sobre a

Diário Oficial Eletrônico do Município de Ubá – 06/06/2017 – Ano IV – nº 760 Página 6

Disponível para download e verificação de autenticidade em [www.uba.mg.gov.br](http://www.uba.mg.gov.br)

Como informado acima, duas reuniões já foram realizadas, com participação, na primeira de nove conselheiros (as) e na segunda contando com sete presentes. A atual formação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural indica a já apontada presença eclética, diversificada de conselheiros. São conselheiros titulares atualmente: Alessandra Carvalho de Souza, André Resende Padilha (presidente), Francisco Ângelo Garcia da Silva,

Marcela Vieira de Mello, Miguel Arcanjo de Paula Batista (vice presidente), Nair Pascoal Gomes e Vera Lúcia Andrade Motta Mendes e Silveira; e também são conselheiros, suplentes: Aline Souza Gabriel, Deyse Maria Guedes Salles, Gisele Moreira Queiroz, João Paulo Ciribeli, Maria Cláudia Silveira de Mello, Wany Gouvêa Teixeira e Zuleica Evangelista Andrade. Ainda, o conselho possui uma secretária executiva, a servidora pública municipal, Viviani Barroso de Paula.

A primeira reunião, realizada na sede da Secretaria Municipal de Cultura, consistiu num trabalho de apresentação dos conceitos associados ao patrimônio cultural a partir da literatura acadêmica. Portanto discutiu-se as origens da apropriação, pelos estados nacionais modernos, dos processos de patrimonialização, especialmente a partir do debate proposto por Françoise Choay, destacando-se a questão da monumentalização do patrimônio e dos chamados monumentos nacionais. Vinculou-se essa questão a ideia de identidade nacional e como o patrimônio, que num primeiro momento é nacional pode hoje ser pensado como comunitário, coletivo, não necessariamente definido pelo Estado Nacional e, especialmente em se tratando do Brasil, definido a partir dos critérios do IPHAN.

Os presentes demonstraram grande interesse em compreender a leitura acadêmica do processo de desnaturalização da ideia de patrimônio, especialmente porque os (as) conselheiros presentes apresentaram uma ideia de que o patrimônio seria arquitetônico, antigo e exemplar de outro tempo que o município teria vivido. Ao ampliar a discussão e problematizar a eleição de bens culturais, apontando as disputas que o campo do patrimônio viveu no território brasileiro, foi gratificante observar a transferência da crítica para uma espécie de positivismo de que os agentes culturais interessados no patrimônio demonstraram representar, no sentido de que todos (as) sentiram-se militantes do patrimônio edificado e que por ocasião do nosso encontro estaria havendo uma desconstrução desse olhar memorialista sobre um passado idealizado que precisa ser preservado por ser passado, numa lógica circular que se autojustifica.

Indicando a polifonia e a polissemia do patrimônio e apresentando as disputas que o campo suscita, discutiu-se que para além das edificações, dos bens naturais, dos documentos e dos modos de fazer há que se cuidar de não monumentalizar práticas ou querer congelar o espontâneo, no sentido de querer que aquilo que se realiza hoje deva permanecer porque foi instrumentalizado para tal pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural.

Apontando a questão da inflação do patrimônio, com profusão de listas, da UNESCO até os pequenos municípios do interior de Minas Gerais, problematizamos a acumulação de bens culturais e os interesses a que esses bens responderiam. Tratamos de discutir brevemente

questões de natureza jurídica e associar a questão do patrimônio ao turismo, e, portanto ao consumo de lugares. Esse debate permitiu tratar ainda da dinâmica da memória coletiva, onde lembrar e esquecer formam a dialética da memória, conforme discutido nos capítulos um e dois deste trabalho. A partir do exemplo de Ouro Preto e Cataguases, a primeira com um perímetro reconhecido como patrimônio da humanidade e a segunda com um perímetro reconhecido como patrimônio nacional, pensamos juntos e dialogamos sobre a questão de que em Ubá cabe, primeiramente à comunidade local se apropriar daquilo que qualifica o município, procurando justificar esse processo para validá-lo junto a outras agências acreditadoras, que permitam fazer compreender o processo de patrimonialização como um todo e não apenas o trabalho de tomar, registrar e reconhecer por representantes da comunidade. Mas essa questão é o grande desafio que certamente vivem as agências patrimonializadoras de todo o país.

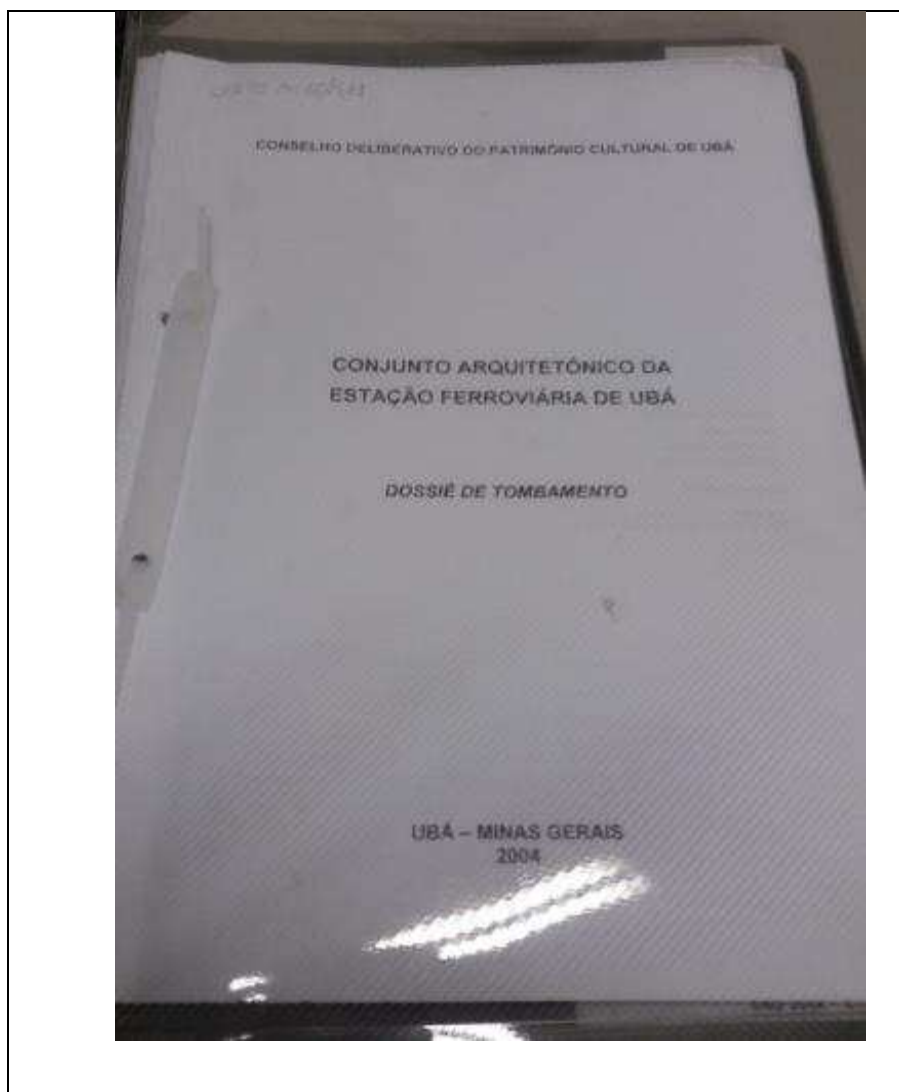
Finalizando o primeiro encontro/capacitação ofereci uma bibliografia para que os interessados pudessem iniciar uma leitura crítica e combinamos de realizar o segundo encontro na sede do Arquivo Público da cidade de Ubá, a fim de realizarmos uma oficina com os materiais já produzidos pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá ao longo de seus 20 anos de atividades. Uma questão ficou transparente nesse primeiro encontro: a boa vontade, o desprendimento e o interesse dos presentes em discutir os processos de patrimonialização.

No dia 18 de maio próximo passado tivemos a oportunidade de realizar o segundo encontro de capacitação dos conselheiros do patrimônio cultural de Ubá. Conforme relatado acima, a programação ocorreu na sede do Arquivo Público da cidade de Ubá, instituição que abriga a documentação produzida pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Dessa forma, primeiramente, solicitei e a disponibilização de parte do acervo para que os (as) atuais conselheiros (as) pudessem ter uma ideia do que foi realizado pelas gestões anteriores.

Assim, iniciamos os trabalhos discutindo a produção documental do próprio Conselho, bem como os processos realizados. Segue, sob a forma de relatório fotográfico descritivo, uma memória deste segundo encontro. O primeiro item destacado é o Livro de registro de bens culturais imateriais.



Uma observação pontual: o livro tem no seu termo de abertura a inscrição “servirá este livro para registro dos bens culturais de natureza imaterial, protegidos pelo município de Ubá, de acordo com o regulamentado pela Lei número 4.240, de 05 de novembro de 2014”. O mesmo livro é assinado e datado em 30 de novembro de 2014 e apresenta um único registro, a inscrição 001/2014 com a seguinte redação: “Fica o bem cultural Congado de Nossa Senhora do Rosário, manifestação cultural existente no município de Ubá, inscrito neste livro de registros de bens imateriais, na categoria, “celebrações” onde ficam inscritos rituais e festas que marcam a vivência da comunidade ubaense.” O texto e a assinatura também datam de 30 de novembro de 2014.



Acima um dos dossiês analisados durante a oficina/capacitação para conselheiros. Tivemos a oportunidade de manusear e manipular os dossiês produzidos pelo Conselho, que embasam os processos de tombamento, registro e reconhecimento dos bens culturais já identificados e eleitos pelo próprio Conselho ao longo dos seus 20 anos de existência. Portanto, passamos os olhos e fizemos observações, considerações e questionamentos sobre os dossiês de tombamento do Ginásio São José, do Paço Municipal, do Piano de Ary Barroso, do Conjunto arquitetônico da Estação Ferroviária, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda das Palmeiras, bem como os dossiês da manga Ubá (patrimônio natural), do doce de manga (mangada) da manga Ubá (patrimônio imaterial), da Sociedade Musical e Cultura 22 de maio, também patrimônio imaterial. Os conselheiros presentes sentiram falta de outros bens e tivemos a oportunidade de compreender que este será parte do trabalho a ser desenvolvido pela atual gestão.

Além de manipular os Livros de Atas, dossiês e outros documentos, observou-se no inventário produzido em setembro de 2012, que consta de diversas edificações, objetos e conjuntos urbanos que não foram tombados ou registrados, mas que estão identificados e aptos ao estudo para processo de patrimonialização. Nessa hora a oficina caminhou para a ideia do quanto de trabalho é necessário e em que condições esse trabalho é possível. Porque os (as) conselheiros (as) presentes tiveram uma noção da dificuldade que constitui a produção de um dossiê, procurando fundamentar sobre diferentes prismas a importância de se tomar determinado bem ou objeto. Uma discussão interessante foi o fato de que as igrejas católicas centrais (Paróquia de São Januário e de Nossa Senhora do Rosário) e suas respectivas praças estão identificadas e inventariadas (portanto protegidas?), mas ainda não tombadas.

Assim, apresentando o trabalho teórico desenvolvendo a questão conceitual e uma breve oficina com os atuais conselheiros, o terceiro produto deste Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania desenvolve um de seus principais objetivos, “formar profissionais capacitados para atuar como agentes ativos nos processos de preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural e natural brasileiros, sobretudo no que se refere a iniciativas no campo da Educação Patrimonial, Educação Ambiental, inventariamento, tombamento e outras formas de proteção e divulgação que contribuam para a promoção da cidadania e o fortalecimento da identidade sociocultural das comunidades, em especial aquelas situadas na Zona da Mata de Minas Gerais.”<sup>120</sup>

Ente os objetivos da capacitação apresentados aos conselheiros elencou-se:

- a) Qualificar o debate sobre a produção cultural realizada por instituições de memória e preservação cultural;
- b) Promover um efeito multiplicador, pela qualificação e aperfeiçoamento dos interessados no debate sobre o patrimônio cultural no município de Ubá e microrregião;
- c) Oportunizar aos participantes a vivência de formas diversificadas de ação e reflexão sobre bens culturais e patrimonialização, dando ênfase ao trabalho interdisciplinar;
- d) Preparar os conselheiros municipais de patrimônio cultural para reflexões e ações significativas no âmbito do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá;
- e) Incentivar a reflexão sobre a própria formação dos conselheiros e do corpo social do Conselho por meio da análise e questionamento da relação entre teoria e prática;

---

<sup>120</sup>[http://www.poshistoria.ufv.br/?page\\_id=51](http://www.poshistoria.ufv.br/?page_id=51) Acesso em 03 de março de 2017.

- f) Respeitar e valorizar a identidade cultural dos conselheiros, incentivando e promovendo a criatividade, a produção coletiva e a participação dos movimentos sociais e culturais de Ubá nas atividades do Conselho;
- g) Capacitar os membros do Conselho para desenvolverem projetos de pesquisa cultural, tendo como meta o aprimoramento geral da área e a criação de ações adequadas a uma região historicamente rica e diversificada.
- h) Atender a uma demanda de formação continuada para os conselheiros municipais de patrimônio cultural;
- i) Valorizar e qualificar a ação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.
- j) Oferecer um quadro sintético das ações desenvolvidas pelo Conselho ao longo de seus vinte anos de atuação.
- k) Problematizar os processos de patrimonialização, discutindo seus limites e possibilidades.

O terceiro encontro com os conselheiros foi planejado, organizado e realizado na forma de uma oficina que abordou fontes eletrônicas de informação e difusão dos temas do patrimônio cultural, especialmente, a lista da UNESCO, os sítios eletrônicos do IPHAN, IEPHA e de outros conselhos municipais de patrimônio cultural. Além da oficina os conselheiros receberão uma apostila com uma síntese dos temas trabalhados nesta capacitação. Além do material didático, pretende-se oferecer uma cópia desta dissertação para o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Nesse sentido, segue a apostila, programada para ser um guia para consulta entre os conselheiros da gestão 2017-2020. Observo e reforço que o material que segue está aqui apresentado com a finalidade de demonstrar, de forma didática, os desafios e as possibilidades de se construir coletivamente um trabalho significativo em patrimônio cultural por conselheiros municipais em Ubá.

Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – Minas Gerais

Gestão do patrimônio cultural em Ubá – Minas Gerais



Texto de apoio à oficina de capacitação de conselheiros municipais do patrimônio cultural de Ubá

Responsável: Leonardo Augusto de Almeida

*“A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio”* Aloísio Magalhães

Ubá, maio de 2017.

## Apresentação

No próximo dia três de julho deste ano de 2017 o município de Ubá estará completando 160 anos. Existe uma história política, econômica, demográfica, cultural, social, educacional, enfim, existem memórias e histórias que podem ser ilustrativas do desenvolvimento e ocupação do município e sua microrregião. Afinal, dos municípios limítrofes, Divinésia, Dores do Turvo, Guidoal, Rodeiro, Senador Firmino e Tocantins já estiveram política e administrativamente ligados a Ubá. Isso sem entrar no mérito do município de Visconde do Rio Branco, do qual Ubá já fora distrito e sede municipal. As histórias e memórias da microrregião de Ubá estão entrelaçadas, apesar de muitas vezes, serem pensadas localmente.

Ainda, no ano que segue comemora-se a primeira equipe de conselheiros nomeados pelo poder público municipal para compor o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, 22 pessoas, entre professores, “doutores”, vereadores, um artista (escultor), um arquiteto, um padre e um frei, os pioneiros do CMPC. Dos 22 conselheiros nomeados, treze eram professores. Vinte anos de Conselho do patrimônio. Outras instituições estão em celebração na cidade, 80 anos em 2018 do Asilo São Vicente de Paulo e também da Associação Comercial e Industrial de Ubá. Histórias, trajetórias e memórias que podem ser pensadas e refletidas. Estas e outras memórias podem ser guardadas pelas próprias instituições e também pelo Arquivo Público de Ubá, que também está a comemorar seus primeiros 10 anos de existência.

Este material oferece informação básica acerca do patrimônio cultural. Pretende-se que o mesmo possa auxiliar os conselheiros municipais de patrimônio cultural na sua apropriação dos conceitos fundantes do patrimônio bem como apresentar um panorama das atividades já desenvolvidas no município em se tratando de inventários, registros e atividades de reconhecimentos de bens culturais, tombados ou não.

A oficina tem por finalidade fortalecer as capacidades profissionais do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá para uma gestão qualificada dos bens a que se tenham atribuído valores patrimoniais, por meio de abordagens críticas que auxiliem o desenvolvimento de ações de preservação e de gestão patrimonial. Seu formato foi pensado para possibilitar a interação entre diferentes profissionais e experiências e o compartilhamento de conceitos estruturantes no campo do Patrimônio Cultural e dos conhecimentos adquiridos

com as instituições de origem dos participantes, em relação às estratégias e soluções possíveis na gestão de bens patrimoniais.

É possível identificar a gestão do patrimônio como um processo de gerenciamento de conflitos. Olhar para o passado é sempre olhar de um presente. Portanto é sempre o olhar do presente sobre o passado. Nesse sentido surgem os conflitos. Quem estará olhando para o passado? Que história política, econômica, musical, teatral, arquitetônica será objeto de uma necessária patrimonialização. Para adiantar um tema espinhoso: O que é patrimônio? E, mais complexo, o que não seria patrimônio? Quem são as autoridades que definem e decidem que determinado bem cultural ou natural deverá permanecer na memória coletiva e que outros bens não precisarão ser patrimonializados e, nesse sentido, poderiam “cair” no esquecimento oficial?

#### Atividades Propostas

1. Construção de uma nuvem de palavras associadas ao patrimônio.
2. Construção de 1 mapa conceitual referente ao patrimônio cultural.
3. A partir da frase que segue, elaborar uma reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades da participação comunitária na efetivação do patrimônio cultural.

*“A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio”* Aloísio Magalhães

## PAISAGENS DA MEMÓRIA

Em todas as cidades, a construção de edificações e monumentos, a guarda de documentos históricos, a memória e a relação com o passado é uma questão que afeta diretamente os moradores, os migrantes e os órgãos públicos e privados que se encarregam da memória local. Os bens culturais eleitos para simbolizar uma memória coletiva são passíveis de disputas e negociações.

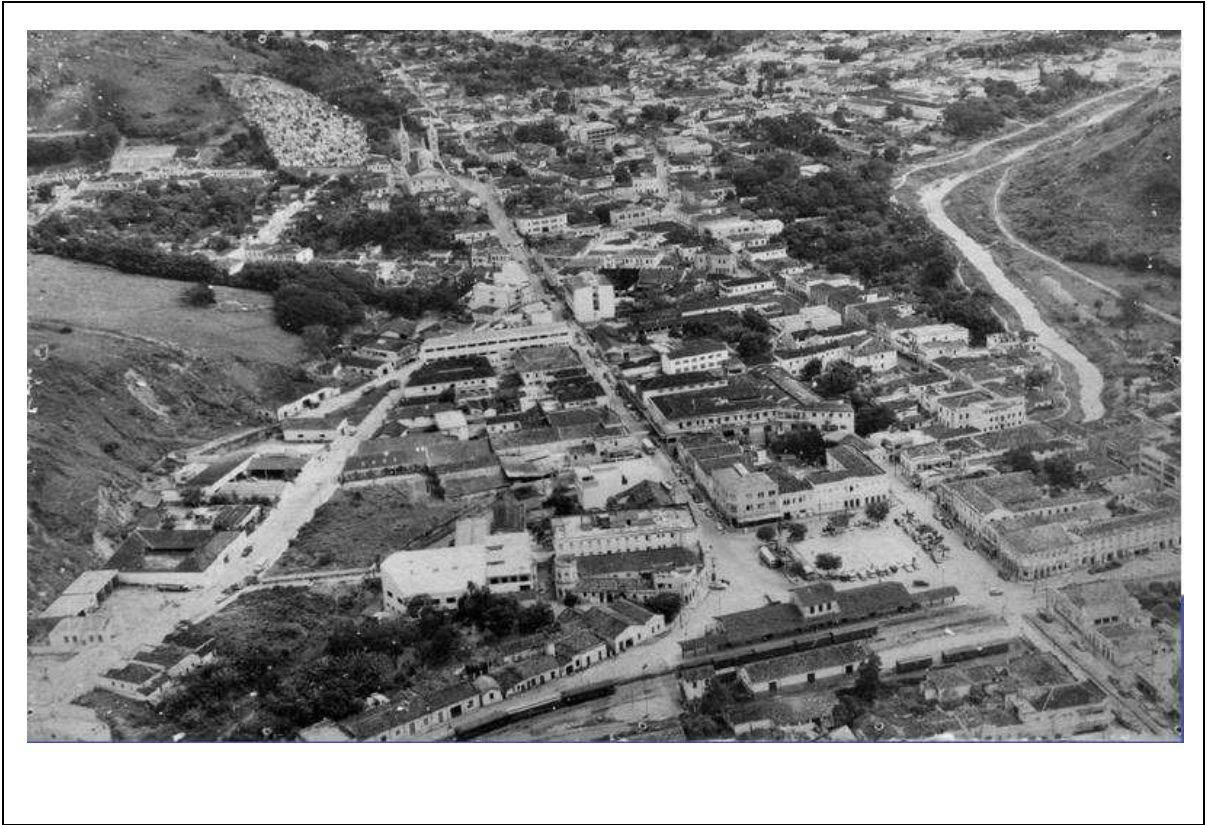
É possível que o boteco que meus pais e avôs um dia me levaram durante a infância tenha um profundo significado afetivo para mim. Mas querer “congelar” um balcão, uma máquina registradora da década de 1960 ou um “baleiro” de vidro que rodava e permitia às crianças escolherem entre uma bala chita de uva ou aquela amarela talvez não seja importante para a comunidade.

Nesse sentido, praças, parques, árvores, um modo de vida que não existe mais pode provocar tanto uma nostalgia quanto uma sensação de ganhos e perdas. Os ganhos são evidentes, as nossas memórias afetivas. Se pudéssemos, talvez os quintais e alpendres de nossas infâncias estariam ali, somente pra nos fazer lembrar. As perdas, especialmente as afetivas, as sociais, as culturais, são menos visíveis, mas não menos dignas de compensação.

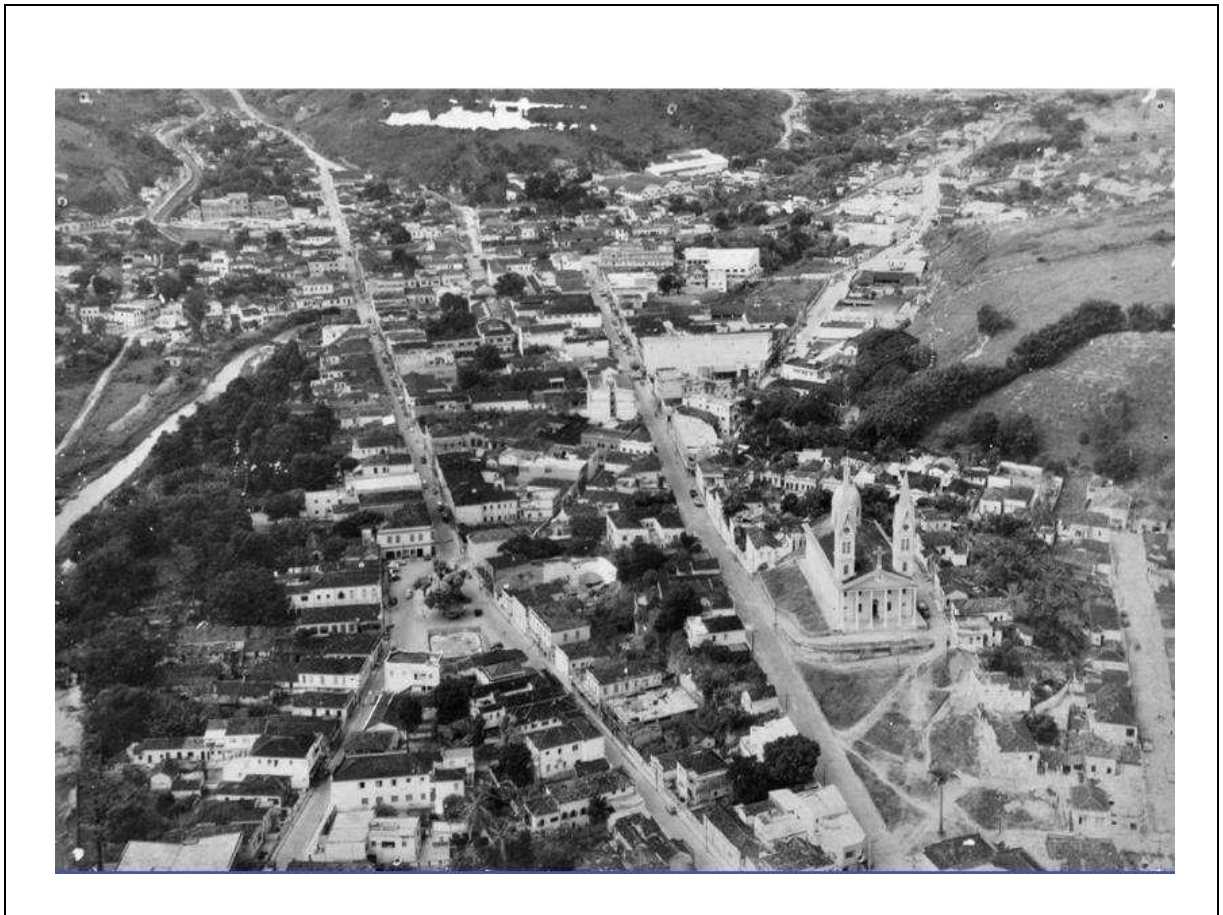
Arquitetura civil, arquitetura religiosa, monumentos, documentos de toda natureza, desde uma partitura musical até um documento musical propriamente, fotografias, livros lançados e publicados, imprensa escrita, falada, cinema,

Abaixo algumas imagens fotográficas de “uma outra Ubá”, aquela que hoje ocupa um lugar em memórias de quem viveu nos anos 1930 e 1940, portanto há aproximadamente 80 anos.

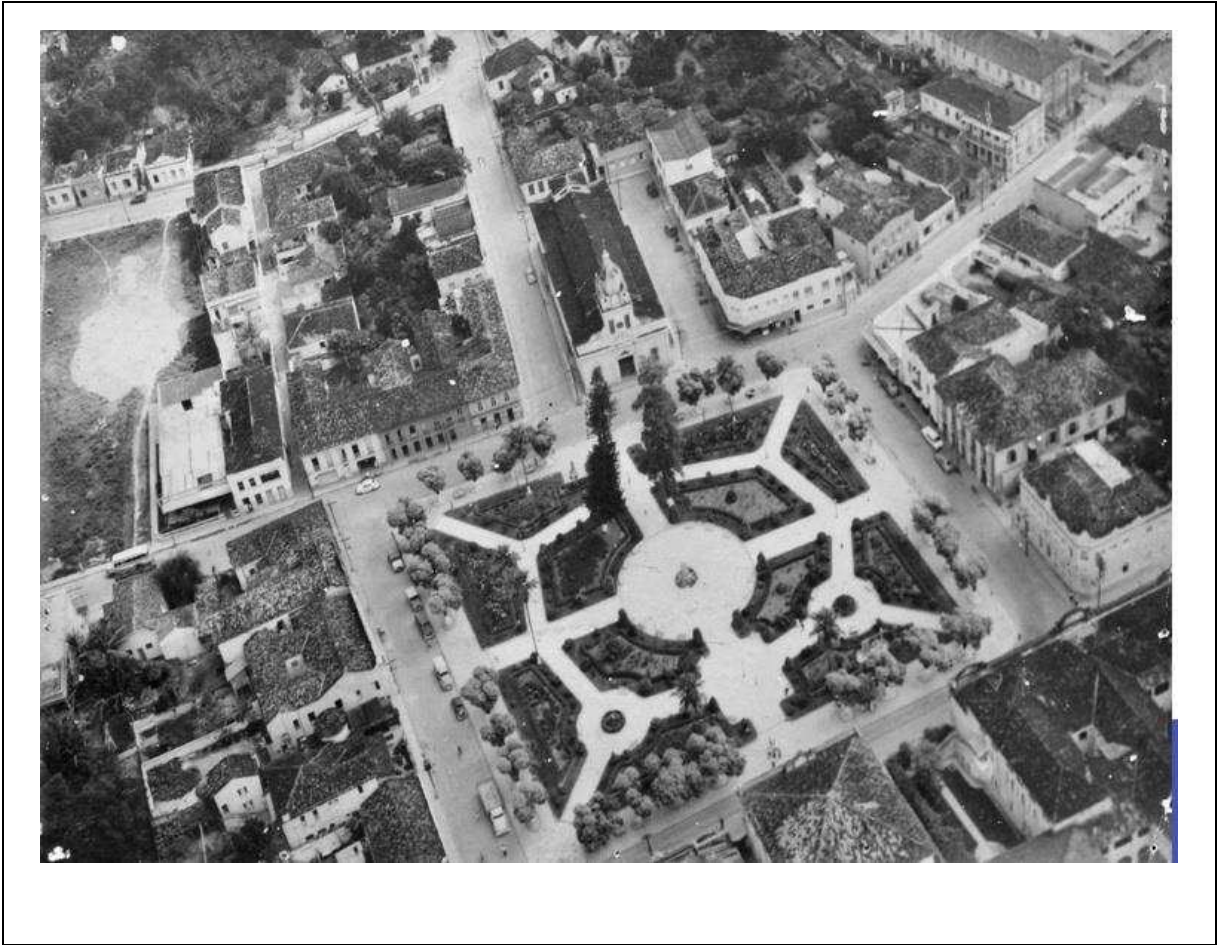
Como ensina Pierre Nora, “até que ponto o passado colore o presente”?



Paisagem de Ubá: no primeiro plano à direita, Estação Ferroviária e Rodoviária



Paisagem de Ubá: Destaque para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Paisagem de Ubá: Praça São Januário e Igreja de São Januário

Fotos: Arquivo Público da cidade de Ubá e Miguel Arcanjo Batista.

#### Atividades propostas

1. Visita técnica ao Arquivo Público da cidade de Ubá.
2. Conhecimento dos diferentes materiais que compõe o acervo do Arquivo Público de Ubá.
3. Eleição de atividades prioritárias para o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

## PATRIMÔNIOS DA MEMÓRIA

No município de Ubá é comum escutarmos as pessoas lembrarem-se de um rio que um dia foi quase uma extensão de quintais de residências e local de pescaria, com águas ainda relativamente limpas e passível de brincadeiras entre crianças. Também, conversando com as pessoas interessadas no patrimônio e na memória local ficamos sabendo que onde atualmente funciona uma Drogaria, na Praça Independência, houvera uma Igreja de São José, atualmente inexistente. A paisagem vai cedendo lugar ao novo e as pessoas mais novas muitas vezes sequer ficam sabendo que as paisagens têm uma história. E que essa história pode ser guardada sob diversas formas, entre as quais pode-se destacar a arte, a fotografia, os documentos e as lembranças dos mais velhos.

Nesse sentido pretende-se pensar a memória microrregional e as formas possíveis de ensinar às gerações que vem chegando que sua cidade, não é, mas está. Não há permanência, há modificações. Algumas questionáveis, evitáveis, desde que a comunidade tome para si a eleição daquilo que deverá ficar. Se não o fizer, as construtoras o farão, ao seu modo, ou seja, no máximo, quando obrigadas, preservando uma fachada.

Mas existem situações mais caras e perdas que nem sequer saberemos. Tribos indígenas inteiras foram exterminadas e memórias, mitos, conhecimentos, técnicas e ritos foram esquecidos. Cidades inteiras já foram destruídas, seja pela guerra, seja por um evento natural como um terremoto ou atividade vulcânica. Assim, não tenhamos a ilusão de que o passado nos pertenceria, mas, por outra, podemos pensar aquilo que, pertencendo ao passado nos será útil para projetarmos nosso futuro comum.

A arquitetura de época, as experiências de restauro, requalificação, revitalização, entre outras questões da área indicam-nos que as cidades estão sempre em processo de invenção e tradição. Qual o sentido de se patrimonializar um rio? Um curso d'água natural, que corta tantas cidades, que é fonte de vida, fonte de renda e ao mesmo tempo, pode ser um depósito de esgoto? Pergunta-se, com outras palavras: Por que o Rio Ubá não foi objeto de um registro como patrimônio natural de Ubá? E por que as bicicletas, bens utilitários, foram incluídas no mesmo registro? É nesse sentido que o patrimônio pode ser pensado como um campo em disputa. Será que o lugar social dos conselheiros municipais de patrimônio cultural tem uma relação com essas questões?

Existirá conexão entre as agências patrimoniais e as comunidades? Por exemplo: Em Ubá o Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural está completando 20 anos. A

comunidade ubaense conhece o conselho? Os patrimônios inventariados? Ou o Museu Ginásio São José? Ou o Centro de Referência Histórica do Colégio Sagrado Coração de Maria? Nesse sentido caberia perguntar se há funcionalidade ou desfuncionalidade na elaboração de memórias coletivas, patrimônios culturais e bens culturais. Quem reconhece? Quem nomeia? As ideias de perpetuação temporal, permanência, manutenção, conservação, preservação estariam sendo atendidas? Quem se apropriaria do patrimônio?

Existiria espaço no patrimônio cultural ubaense para personagens populares? Ou edificações populares? E a zona rural do município, estará contemplada com bens culturais inventariados? A questão parece simplória, mas, até o final dos anos 1950 a maior parte da população ubaense vivia na zona rural. Naquela época a população total do município atingia 50.000 habitantes, com 30.000 na zona rural. Edificações, ferramentas de trabalho, modos de produção, capelas, escolas, enfim o que poderia ser observado com o interesse de patrimonialização?

Como tantas outras cidades de Minas Gerais, a malha ferroviária atingiu Ubá no final do século XIX. O que permanece? Quantas estações registradas? Quais os usos sociais destas edificações? E os trilhos?

Em artigo intitulado “Sobre luzes e sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982 – 2012)” publicado em 2015, o professor e pesquisador Leonardo Civale, argumenta que a paisagem urbana é resultante de conflitos e disputas entre grupos dominantes e subalternos. E leciona que “a luta pela memória é uma estratégia histórica de segmentos esclarecidos e mais favorecidos da sociedade em busca de legitimação”. Acrescenta que o fortalecimento e o controle das estratégias indicadas levam à alienação dos espaços públicos de determinados grupos e o controle por outros. Problematisa e questiona se um espaço dividido, onde grupos comunitários não se sintam representados, poderia ser compreendido como espaço público.<sup>121</sup>

Nesse sentido apresenta-se para iluminar esta pesquisa e investigação a questão de se pensar que atores sociais se fazem representar nos bens culturais eleitos para representar uma memória social no município de Ubá – Minas Gerais. A paisagem de forma ampla, a paisagem cultural e a paisagem urbana, parte integrante da última podem ser pensadas no sentido de se observar que conflitos aparecem nos documentos estudados. Ou mesmo se

---

<sup>121</sup>CIVALE, Leonardo. **Sobre luzes e sombras: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982 – 2012)** Caderno de Geografia. PUC - MG. v. 25; n°. 44, 2015.

existem, nos documentos, o indício de conflitos e disputas entre os bens culturais inventariados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

A questão da paisagem em geral e da paisagem cultural em particular, especialmente na sua tipologia trabalhada pela UNESCO abarca as categorias patrimônio material, tangível e imaterial, intangível. É nesse sentido que pode ser relevante pensar a questão do município e região, especialmente município e microrregião, já que o processo político de desmembramento municipal pode ser uma forma de delimitar o patrimônio microrregional.

O caso de Ubá pode ser ilustrativo, levando-se em consideração que uma parte dos municípios da microrregião tem como origem o município de Ubá. São exemplos os municípios de Divinésia, Guidoal, Rodeiro e Tocantins. Mas também pode ser o caso de se expandir territorialmente e buscar origens políticas, administrativas, econômicas e sociais comuns, como o município de Visconde do Rio Branco, e aqueles municípios que deste último se desmembraram e, ainda mais distante no tempo e no espaço, ao município por onde tem início a história política municipal na zona da mata central, o município de Rio Pomba.

A zona da mata de Minas Gerais é constituída por 142 municípios, uma área total aproximada de 35.000 quilômetros quadrados e cerca de dois milhões e setecentos mil habitantes<sup>122</sup>. A zona da mata central, região onde se insere Ubá é composta por 52 municípios.

Os municípios de Ubá, Viçosa, Muriaé, Carangola, Palma e Visconde do Rio Branco são os seis dos 52 mencionados como pertencentes à zona da mata central que tem autonomia política desde o século XIX, sendo Ubá o mais antigo, de 1857.

---

<sup>122</sup> Minas Gerais. Caderno Regional da Mata. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>.

## OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL

E, para tratar da institucionalização dos conselhos municipais de patrimônio cultural, faz-se necessário recordar o processo de descentralização dos espaços de decisão do que será consagrado como patrimônio. Nesse sentido observa-se a criação dos institutos estaduais de patrimônio e em alguns municípios a institucionalização de divisões, diretorias ou departamentos de patrimônio. Além destas questões pertinentes ao patrimônio estavam em processo de implantação na época os institutos municipais de planejamento urbano.

Em Minas Gerais o IEPHA foi criado em 1971. No município de Juiz de Fora em 1982 foi estabelecida lei municipal de proteção ao patrimônio cultural.<sup>123</sup> Em Cataguases o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico é criado em 1985.<sup>124</sup> Belo Horizonte participa do mesmo movimento entre 1984 e 1986. São as primeiras cidades de Minas Gerais que, mesmo anteriormente à obrigação constitucional de outubro de 1988, passam a assumir e por isso, ampliar a participação social e comunitária, e se corresponsabilizar como um dos três entes federativos pela identificação, eleição, proteção, preservação e manutenção do patrimônio cultural.

A ampliação e extensão das responsabilidades relativas ao patrimônio são resultado de políticas públicas que dividiam o tratamento da questão com os estados e municípios. Por outro lado a sociedade civil também estava a reivindicar uma maior participação social nos processos decisórios. Diversos conselhos (populares e comunitários) já existiam, especialmente na área da saúde. Os movimentos de distensão da ditadura militar já eram observados e um novo padrão de relação entre estado e sociedade civil indicava maior acessibilidade na tomada de decisões públicas.<sup>125</sup>

Entre as transformações ocorridas na história recente do Estado brasileiro com repercussões nos três níveis de governo pode-se destacar a incorporação de espaços deliberativos quanto às políticas públicas no interior de sua estrutura. Entre esses espaços deliberativos estão os conselhos municipais. Desde 1988 a expansão desses conselhos, em

---

<sup>123</sup> ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980.** Dissertação de Mestrado. História. UFJF. Juiz de Fora, 2012.

<sup>124</sup> LINS, Ulisses Vanucci. **Subsídios para o estudo da imagem urbana de Cataguases: A região da Praça da Estação.** (Dissertação) Mestrado em Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 36.

<sup>125</sup> GOHN, M. G. M. **Conselhos municipais de acompanhamento e controle social em Educação: participação, cidadania e descentralização?** In: Donaldo Bello de Souza. (Org.). **Conselhos Municipais e Controle Social da Educação: Descentralização, Participação e Cidadania.** São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 1-259.

diferentes áreas, é significativa. Por exemplo, apenas na área de saúde e assistência social somam-se mais de 11.000 conselhos, com mais de 100.000 pessoas envolvidas.<sup>126</sup>

Os conselhos, comissões ou colegiados consultivos de assessoria aos governos são encontrados desde a antiguidade. Em Portugal, especialmente entre os séculos XII e XV já haviam os *concelhos* de cidades<sup>127</sup>. Os conselhos podem ser identificados como espaços que propiciam a participação política e a manifestação pública das ideias e opiniões, e nesse sentido, podem ser compreendidos conforme ensina Cunha como:

(...) espaços institucionais que possibilitam a expressão de diferentes discursos e posicionamentos sobre questões que são de interesse público, o debate público sobre elas e sobre os possíveis encaminhamentos para suas soluções assim como a produção de acordos e decisões sobre essas soluções, sobre os quais exerce algum nível de controle, tendo como participantes os representantes daqueles que estarão sujeitos às decisões. Eles são, portanto, espaços de expressão do conflito, de produção de acordos acerca de prioridades e ações em relação às políticas públicas e de controle público sobre a execução dessas ações.<sup>128</sup>

No âmbito do estado brasileiro a experiência de conselhos existe desde 1822, mas é, sobretudo a partir dos anos 1930 que cinco conselhos nacionais serão institucionalizados. Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2013 pode-se ler que entre 1990 e 2009, somaram-se aos cinco conselhos nacionais existentes mais vinte e seis conselhos “(...) tendo em vista a difusão da ideia de ampliar a participação no processo de formulação de políticas públicas pós Constituição Federal de 1988.<sup>129</sup> Mesmo durante a ditadura militar esses conselhos foram mantidos e/ou ampliados em suas diferentes áreas.<sup>130</sup> Nos anos 1980 alguns municípios institucionalizaram conselhos populares e/ou comunitários. Com o fim da ditadura militar, a assembleia nacional constituinte, de 1986 viu crescer o interesse da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais instituintes naquele momento pelo novo modelo de estado que aquela situação permitiria pensar.

Promulgada a Constituição de 1988, diversos conselhos foram instituídos por leis nos três níveis de governo e, portanto, são estruturas político-institucionais permanentes, com

---

<sup>126</sup> CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos municipais de Assistência Social (1997 / 2006)**. (Tese) Doutorado em Ciência Política. UFMG. Belo horizonte, 2009.

<sup>127</sup> GOHN, M. G. M. **O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana**. In: Ana Clara Torres Ribeiro-Emílio Tadei. (Org.). *Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

<sup>128</sup> CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos municipais de Assistência Social (1997 / 2006)**. (Tese) Doutorado em Ciência Política. UFMG. Belo horizonte, 2009.

<sup>129</sup> IPEA. **Conselhos Nacionais: Perfil e atuação dos conselheiros**. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

<sup>130</sup> CUNHA. *Op. cit.* p. 126.

previsão legal de suas competências e funções, vinculadas à estrutura administrativa do estado e que propiciaram a participação institucionalizada da sociedade civil.<sup>131</sup>

Segundo Eleonora Cunha foram identificados cinco princípios institucionais nos conselhos: participação, representação, deliberação, publicidade e autonomia.

Os conselhos de política, portanto, foram instituídos a partir dos seguintes princípios: (1) ampliação dos canais de participação política da sociedade; (2) possibilidade de que diferentes concepções (defendidas por atores sociais e estatais) sobre a amplitude e a direção dos direitos de cidadania se expressem; (3) as decisões sobre a política pública devem ser precedidas por debates inclusivos e públicos; (4) transparência quanto às posições dos atores, aos debates e às decisões que têm efeito vinculante; (5) possibilidade de construir as regras de seu funcionamento e os seus critérios de decisão.

Uma palavra sobre estes princípios institucionais merece ser refletida ou, ao menos, objeto de uma observação: pensando na experiência do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá, quando se considera que até 1997 não havia uma instância colegiada, com representação da sociedade civil discutindo o patrimônio cultural municipal, é possível reconhecer que houve ampliação da participação política da sociedade local nas questões pertinentes ao patrimônio cultural municipal. As atas e os dossiês produzidos pelos conselheiros são o testemunho dessa participação. Lembra-se ainda que o primeiro, e durante trinta e quatro anos, o único bem reconhecido como patrimônio municipal, o chamado Torreão de Cesário Alvim, foi decretado monumento municipal através de ato do legislativo municipal. Portanto, nesse sentido, e reforçando a ideia de ampliação dos canais de participação, esse princípio estaria sendo observado, com os limites inerentes à participação social idealizada. Partiremos da participação realizada, sem entrar no mérito daquilo que se esperaria que devesse ser, mas procurando o que efetivamente foi realizado.

Relativamente à possibilidade de que diferentes concepções sobre a amplitude e a direção dos direitos de cidadania se expressem, no âmbito do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, pensado através de documentos oficiais produzidos pelo próprio Conselho, observa-se que a possibilidade está em aberto, mas a documentação examinada permite-nos afirmar que, os conselheiros mais se aproximavam que representavam interesses que pudessem expressar divergências. Nesse sentido os debates internos tendiam a consensos e unanimidades e quando havia participação da sociedade civil, registrada em poucas reuniões, o objetivo era localizado, pontual. Assim, do ponto de vista dos debates inclusivos e

---

<sup>131</sup> CUNHA. *Op. cit.* p. 129.

públicos, não por falta de empenho dos conselheiros, haja vista a realização dos Seminários de Educação Patrimonial, a divulgação das atas no Diário Oficial do município, matérias jornalísticas produzidas pela imprensa escrita, radiofônica e televisiva local, pode-se afirmar que ainda existe um campo a ser explorado, o chamamento de setores da sociedade para que se apropriem dos debates públicos realizados no âmbito do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, mas, este que escreve acrescentaria, no âmbito dos conselhos municipais, como demonstra esse caso em particular, mas também, como é possível compreender pra outros casos de conselhos de políticas públicas.

Os itens finais dos princípios institucionais tratam da transparência e autonomia para a construção das regras de funcionamento e critérios de decisão dos conselhos. Pensando o caso em estudo, entendeu-se que os trabalhos dos conselheiros, ao longo do período estudado, foram semelhantes àquele realizado pelo IPHAN e o próprio IEPHA em seus primeiros tempos, apropriando de um termo já popular, especialmente para tratar do IPHAN, um trabalho *heróico*, no sentido de contar com o trabalho e a dedicação voluntária de conselheiros que procuraram oferecer o que de melhor podiam a fim de dotar a municipalidade e a comunidade ubaense de um patrimônio cultural inventariado, registrado, tombado.

Relativamente à construção de regras de funcionamento e critérios de decisão do Conselho em exame, pode-se problematizar a questão. O fato de existir, em Minas Gerais, diretrizes estaduais que vinculam a existência dos conselhos municipais de patrimônio cultural ao recebimento de verbas que podem ser destinadas à própria atividade de preservação e conservação do patrimônio foi compreendido como limitador para a construção de regras de funcionamento e mesmo de critérios de decisão do Conselho. O IEPHA encaminha modelos de regimento interno, modelos de inventários, de registros e de tombamentos para os municípios. Nesse sentido a opção é pelo seguimento dos modelos. Penso que é compreensível essa opção, levando em consideração que estruturar e/ou reestruturar um conselho requer uma equipe técnica e administrativa permanente, o que contraria a ideia dos conselhos, que são formados a cada quatro anos, com conselheiros assumindo diferentes papéis, desde os estudos iniciais para a compreensão dos trabalhos até a elaboração de dossiês. Isso para não entrar no mérito da contratação de assessorias e/ou consultorias especializadas, que no entendimento desta pesquisa fugiria à ideia de construção de regras pelo Conselho.

A realização desta pesquisa permite afirmar que ainda há muito por discutir, compreender e pesquisar, mas este é o primeiro passo. As orientações, recomendações, sugestões e questionamentos de tema tão rico e interessante para pensar o aprofundamento

dos canais de participação social nos temas que são caros à memória de uma comunidade, de um estado e do Brasil, associados ao fato concreto de que os conselhos foram pensados no sentido da ampliação da participação social e a distância que essa idealização guarda da efetiva participação social em questões de natureza política é apenas um dos aspectos ambíguos da ideia de inclusão de setores da sociedade no debate público. Ora pensara na necessidade dos especialistas para elaborar modelos e propostas de trabalhos, ora pensara na distância com que as comunidades se interessam pela sua memória, sua história.

O tratamento dos dados relativos aos documentos do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá permitiu, juntamente com outros documentos, produzir a reflexão proposta a partir dos bens culturais de Ubá. Apenas para efeito de indicação, o primeiro bem cultural do município é uma edificação, o Torreão Cesário Alvim, tombado por lei municipal proposta pela Câmara Municipal e assinada pelo Prefeito Municipal em 1963. Depois de 33 anos é instaurado o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá que até 2014 registrou um total de 72 bens culturais no município, entre edificações rurais, fazendas, edificações urbanas, praças, dois bens imateriais, coleções, objetos e um bem natural.

Alguns dados podem ser adiantados, como o fato de, atualmente, o inventário de bens culturais municipais contar com 80 registros. E, observando o que está mapeado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá até este momento, verificar que ocorre predomínio do edificado e urbano. De um total de 43 edificações listadas, trinta e três ficam no perímetro urbano, incluindo, por exemplo, o Cemitério Municipal. As edificações inventariadas em área rural correspondem a dez sedes de fazendas e uma capela, localizada num distrito. Nesse sentido penso que há correlação com as agências patrimonializadoras federal e estadual, especialmente em seus primeiros tempos. Repetindo um mantra do patrimônio cultural nacional entre 1937 e 1971, para ficar exclusivamente atento ao IPHAN, o patrimônio histórico e artístico nacional foi edificado, barroco, católico, mineiro. A partir de 1971, com a criação do IEPHA poderia repetir a noção do predomínio do edificado, acrescentar o moderno, singular e monumental. E, ao pensar no município de Ubá, verificar e confirmar essa tendência, apesar dos sessenta anos que separam a criação da agência patrimonializadora federal em relação ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, observa-se o predomínio do edificado e histórico, com as exceções confirmando a regra: o patrimônio imaterial registrado ocorrerá somente após o edificado, arquitetônico e paisagístico.

Relativamente aos objetos ou coleções chama a atenção o fato de, em uma propriedade rural, a Fazenda Rochedo, encontrar-se 25 itens listados, entre documentos e bens que um dia

foram utilitários como, por exemplo, uma máquina de costura ou um ferro de passar roupas. Aqui será possível pensar e problematizar a arte de guardar objetos e fazer coleções que algumas pessoas e famílias preservam. Ainda, na mesma lista de bens inventariados está o acervo do Arquivo Público Municipal, um bem natural e dois bens imateriais, a mangada e o Congado de Nossa Senhora do Rosário.

Nesse sentido o campo para o trabalho mostra-se fecundo, havendo, nesse momento necessidade de tratar os dados e procurar estabelecer as conexões citadas desde a introdução, quando um dos problemas apresentados foi exatamente verificar se as agências nacional e estadual seriam modelares ou exemplares para a atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. De certa forma a resposta pode ser adiantada aqui. Sim, tanto o trabalho desenvolvido pela academia IPHAN como os incentivos financeiros possíveis de serem transferidos para os municípios parametrizaram os trabalhos desenvolvidos pelo conselho em estudo e investigação. Pode-se problematizar que a transferência da tutela institucional do patrimônio cultural para os municípios, ainda que em concorrência ou corresponsabilidade com a unidade da federação e a união, seja uma forma de controle burocrático dos modos de se tratar o patrimônio cultural no Brasil.

As estruturas institucionais trabalham como ilhas de patrimônio, no sentido de cada uma atuar num determinado espaço geográfico e político, mas com modelos paralelos de atuação, processos e procedimentos, a exemplo dos instrumentos do inventário, do registro em livros, do tombamento e, no caso de Minas Gerais, do financiamento do patrimônio cultural nos municípios.

Dessa forma pode-se discutir até que ponto os processos de descentralização e aquilo que se nomeou efetividade deliberativa dos conselhos municipais não seriam questionáveis. Se, por um lado, observa-se um movimento municipal no sentido de se criar e manter o conselho do patrimônio cultural, por outro, também será possível observar que os instrumentos de atuação do conselho municipal serão indicados pela legislação federal, estadual e para a regulamentação das atividades, pela legislação municipal.

Para efeito de demonstração, a Lei 2.696, de 20 de novembro de 1996, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de Ubá, em seu Título II, que cria o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, indica seis atribuições a essa instância deliberativa: executar tombamentos, fundamentar tombamentos, notificar proprietários, instruir projetos para as áreas tombadas, fiscalizar a isenção do Imposto Predial Territorial Urbano àqueles proprietários que requisitarem anualmente e propor planos de recuperação e preservação dos bens culturais tombados. Observa-se ainda que o serviço prestado pelos

conselheiros é considerado relevante, mas não remunerado. E ainda que os mesmos serão designados pelo chefe do poder executivo municipal entre pessoas com notório conhecimento na matéria, especialmente, historiadores, antropólogos, arqueólogos, urbanistas ou artistas plásticos.

O Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, aprovado através de Decreto número 3.985 de 31 de maio de 2001, reafirma o que se dispõe na Lei que criou o conselho. Acrescenta que cada um dos sete conselheiros terá um suplente e indica o tempo de mandato dos conselheiros, quatro anos, sendo permitida a recondução. Acrescenta às seis atribuições indicadas na Lei 2.696, a tarefa de promover e preservar a herança cultural do município de Ubá. Especifica as competências do presidente, do vice-presidente, do secretário e dos conselheiros e informa que as reuniões do conselho serão mensais e públicas. Aqui caberá um alargamento das questões até agora expostas, mais na forma de questionamentos e interrogações.

Uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá

Torreão de Cesário Alvim, 1963 – Câmara Municipal.
Museu Ginásio São José, 1998. Tombamento – CDPC – Ubá
Paço Municipal, 2001. Tombamento – CDPC – Ubá
Escola Estadual Camilo Soares, 2002. Tombamento - CDPC – Ubá
Piano de Ary Barroso, 2002. Tombamento - CDPC – Ubá
Conjunto arquitetônico da Estação Ferroviária, 2004. Tombamento - CDPC – Ubá
Conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda das Palmeiras, 2010 - CDPC – Ubá
<u>Reconhecimento</u> da manga Ubá, 2003. <i>Patrimônio natural</i> - CDPC – Ubá
<u>Registro</u> da mangada, 2003. <b>Patrimônio imaterial</b> – CDPC - Ubá
<u>Registro</u> da Banda de Congada de Ubá, 2006. <b>Patrimônio imaterial</b> - CDPC – Ubá
<u>Reconhecimento</u> da Sociedade Musical e Cultura 22 de maio, 2008. <b>Patrimônio imaterial</b> – CDPC - Ubá

## Registros de Atas:

### Síntese cronológica de atividades de gestão patrimonial

1997	1ª ata: 15 de dezembro de 1997
1998	4 atas
1999	registro não encontrado;
2000	registro não encontrado
2001	10 atas
2002	9 atas
2003	7 atas
2004	6 atas
2005	4 atas
2006	9 atas
2007	15 atas
2008	18 atas
2009	14 atas
2010	14 atas
2011	11 atas
2012	8 atas

1997	Nomeação e posse dos primeiros conselheiros
1998	Tombamento do Ginásio São José
2001	Tombamento do Paço Municipal; I Seminário de Educação Patrimonial
2002	Tombamento do Piano e da Escola Estadual Camilo Soares
2003	Reconhecimento da manga Ubá, registro da mangada de manga Ubá e realização do II Seminário de Educação Patrimonial
2004	Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária
2006	Reconhecimento do Congado de Nossa Senhora do Rosário e realização do III Seminário de Educação Ambiental
2007	IV Seminário de Educação Ambiental
2008	Registro do reconhecimento da Sociedade Musical e Cultura 22 de Maio e realização do V Seminário de Educação Ambiental
2010	Inscrição, no Livro de Tombos, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda das Palmeiras. Tombamento provisório da edificação “Hotel Palace”, localizado na Praça da Estação e realização do VI Seminário de Educação Ambiental.

Para além dos exemplos elencados, é possível observar, ilustrativamente, como as memórias em disputa em torno de narrativas, compreensões e entendimentos políticos, sociais e comunitários podem gerar as tensões e disputas para tratar de determinadas lembranças e, portanto, de determinados patrimônios coletivos. Os anos que antecederam ao golpe militar de 1964 e todo o período transcorrido até a publicação da constituição em vigor desde 1988 e a primeira eleição direta para a presidência da república no ano seguinte podem ser ilustrativos.

Associados ao período em questão pode-se pensar a situação do nome de vias urbanas municipais que homenageiam determinados presidentes militares, provocando um debate sobre o que se quer esquecer ou pelo menos retirar da lembrança oficial de municípios determinados. Ou mesmo a demolição de monumentos que foram construídos para homenagear uma pessoa que em outro tempo é questionada, no sentido de manter um monumento para a memória coletiva. Em casos como o de um patrimônio natural ou paisagem cultural, atualmente em crescimento, poderia parecer mais simples porque teria o apelo ambiental, ou o valor ambiental. Mas mesmo nesses casos haverá uma necessidade de

produzir uma justificativa que procura retirar possíveis questionamentos em função de se eleger determinado bem e não outros.

Exemplificando com um patrimônio natural, que numa primeira visada poderia parecer mais simples ou mesmo consensual, como no caso de grutas ou cavernas, diversos são os argumentos básicos, como o valor ambiental e científico, a importância histórica, arqueológica, quem sabe educacional. Nesse sentido, grutas e cavernas podem ser pensadas como parte da memória coletiva, que poderá ser acessível, partilhável, como consciência e conhecimento. Um dossiê bem fundamentado é por si um reconhecimento, uma inscrição documentada e registrada por um grupo específico e legitimado pelo poder público para tal finalidade. Mas o que se está a destacar é o caráter de disputa e tensão que atravessa o que será objeto de patrimonialização.

Ou seja, não seria o fato de as considerações e justificativas ou esclarecimentos sobre os valores associados a um bem natural, cultural ou misto que, *de per si*, serão os únicos instrumentos que encontrarão, nas negociações e disputas por interesses, que vão além daqueles emanados pelas organizações sociais, mas também os outros instrumentos, justificativas e esclarecimentos que revelarão interesses políticos, econômicos e outros a serem investigados.

E, a depender dos interesses que existam numa região, em relação aos usos econômicos do solo, do subsolo, da paisagem, para finalidades que não sejam conservacionistas ou de preservação, mesmo o que poderia ser pensado como menos conflitivo ou objeto de negociações e disputas apresenta-se como patrimônio postulado por um grupo de interessados no patrimônio, mas não necessariamente, essa atitude irá coincidir com os interesses da economia local. E, nesse sentido, o estado de Minas Gerais tem permitido a desmontagem de suas paisagens naturais, em função, por exemplo, da atividade mineradora.

Assim, lançamo-nos aos desafios de continuarmos a identificar, justificar, eleger, dar publicidade aos bens culturais que nós, no presente, entendemos serem significativos e portadores de sentido para as gerações vindouras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – PARTE 2

### REFLEXÕES EM CONSTRUÇÃO

A questão da burocracia pública, aqui compreendida como processos e procedimentos administrativos, legais, documentais, atribuídas pelo poder público, outorgando a uma agência patrimonializadora o protagonismo na gestão municipal do patrimônio cultural, é uma das questões que chamou-me a atenção, especialmente levando-se em conta que os conselhos municipais são instâncias com equipes temporárias, com relação direta com o mandato eletivo de um prefeito municipal, apresentando assim para o debate a necessidade de assumir também um papel que é exigido de um corpo técnico permanente.

A estrutura é subordinada ao poder público municipal nos aspectos administrativo, estrutura física, equipamentos. A gestão pareceu-me descentralizada, participativa e compartilhada tanto internamente, quanto no que diz respeito às atribuições de responsabilidades, por exemplo, na elaboração de dossiês e na construção de argumentos para justificar o tombamento, reconhecimento ou registro de um bem cultural. Por outro lado são leis, estatutos, regulamentos que normatizam, instituem e definem os elementos que influenciam o funcionamento dos conselhos municipais, seus participantes possíveis, os temas e áreas de abrangência e a própria relação com os poderes públicos, especialmente o municipal, no sentido de ser mais ou menos possível uma ampliação da participação de diferentes setores da sociedade civil.

Uma questão posta durante a capacitação para os conselheiros municipais de patrimônio cultural do município de Ubá foi o questionamento mesmo da natureza e extensão dos trabalhos, do alcance e responsabilidade do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá e a compatibilização com outras atividades profissionais de todos os presentes. Além dessa questão de natureza prática, operacional, outras questões importantes foram levantadas: O que e por que preservar, conservar e manter como memória/identidade? Como fundamentar uma justificativa?

As tradições são espontaneamente mantidas ou haveria necessidade de criar instrumentos que garantam suas permanências? Durante o debate firmou-se um entendimento que os bens culturais objeto de patrimonialização dependem de uma extensa e complexa rede de relações, incluindo os interesses de quem quer preservar, a capacidade técnica de se produzir inventários, documentos, dossiês que permitam levar o processo a cabo, entre outros fatores. Para além destas questões discutiu-se sobre os esquecimentos, sejam propositais,

sejam por ignorância. Os esquecimentos propositais foram apresentados como aquilo que uma sociedade gostaria de não registrar como, por exemplo, uma edificação simples de pessoas comuns na zona rural, com ou sem os objetos utilizados no dia a dia. Os esquecimentos por ignorância dizem respeito ao corpo de pessoas interessadas no patrimônio cultural de um determinado município não conhecerem a diversidade cultural nativa, seja porque a forma de vida, os interesses culturais são diversos, seja porque boa parte do que acontece relativamente à memória e histórias de gente simples, sem acesso aos meios de comunicação, salvo exceções, não são de conhecimento público. Artistas populares, benzedeiros, terreiros de candomblé, associações de interesse difuso, sociedades assistenciais, produtores rurais, sindicatos, entre tantas outras instituições e agentes ainda não apareceram com regularidade ou mesmo, em alguns casos, nem menção, nas atas e documentos produzidos pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

Ainda, outras questões que podem ser avaliadas e pensadas dizem respeito às afinidades temáticas entre conselheiros, a própria pluralidade na composição do Conselho e o tempo médio de permanência de uma equipe de membros efetivos e suplentes pode ser fator de estabilização e maior capacidade de gestão do patrimônio cultural municipal.

Portanto, com um caderno de responsabilidades extenso e complexo, pautado por decisões e encargos que incluem interesse público, função coletiva, participação, identificação e preservação de bens culturais, educação patrimonial, pluralidade de interesses, as estruturas municipais de patrimônio cultural assumem uma função que exige maiores e melhores condições para seu efetivo e pleno funcionamento. Mas também foi possível compreender que essa é a caminhada dos conselhos até este ponto. Novos estudos poderão indicar outros processos de consolidação ou precarização destas instâncias públicas não estatais de preservação da memória e da história comunitária municipal, microrregional e das mesorregiões, a ser observado.

Nesse sentido observa-se que as relações entre patrimônio cultural e identidade permanecem, conferindo os recursos e justificativas para a produção documental dos bens culturais significativos para uma comunidade. A busca de objetividade e racionalidade, conforme anotado anteriormente é referência a produção do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

## **FONTES CONSULTADAS:**

### **Arquivo Público Municipal**

Guia de fundos e coleções do Arquivo Histórico de Ubá.  
Projetos de Lei municipal.  
Dossiê Ginásio São José.  
Dossiê Corporação Musical e Cultura Banda 22 de Maio.  
Dossiê do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda das Palmeiras.  
Dossiê Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária de Ubá.  
Dossiê Manga Ubá.  
Dossiês de tombamento e registro dos patrimônios culturais de Ubá.  
Livro de Atas do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá (1997 – 2004).  
Livro de Tombo (1998 – 2010).  
Lei de Incentivo – 02/10/2001.  
Atas do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá (2000 – 2001).  
I Seminário de Educação Patrimonial.  
Documentos dos Seminários de Educação Patrimonial.  
Relação de imóveis – 05/10/2001.  
Relatório do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá – 13/10/2001.  
Atas e documentos do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.

### **Arquivo da Câmara Municipal de Ubá**

Lei Orgânica do município de Ubá, 23/03/1990.

### **Biblioteca Pública Municipal**

Almanaque do Patrimônio de Ubá.  
Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. 1ª Ed., 2015.  
Documentos de memorialistas sobre o patrimônio cultural de Ubá .

Sítios eletrônicos:

### **Prefeitura Municipal de Ubá**

Decretos de nomeação de membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.  
Declarações de posse dos membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá.  
Edições do Diário Oficial do Município, em versões impressas e eletrônicas.

Lei 4.240 de 05 de novembro de 2014.

Plano de gestão dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário do município de Ubá. 2011.

Disponível em: <<http://www.adubar.com.br>>

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

## **IPHAN**

Lista de bens tombados e processos de tombamento em andamento.

Publicações diversas.

Biblioteca geral do Patrimônio.

Revista do Patrimônio.

## **IBGE**

Perfil dos municípios brasileiros – 2012.

Região de influência das cidades – 2007.

Pesquisa de Informações básicas Municipais. Perfil dos municípios brasileiros - 2009.

## **Fundação João Pinheiro**

Lei 12.040 de 28 de dezembro de 1995.

Lei 12.428 de 29 de dezembro de 1996.

Lei 13.803 de 28 de dezembro de 2000.

## **Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO)**

Preparação de candidaturas para o patrimônio mundial. Brasília: UNESCO Brasil/IPHAN, 2013.

## **Publicações sobre o município de Ubá – Minas Gerais**

ACADEMIA UBAENSE DE LETRAS. **Coletânea de Contos, crônicas e poesias**. Prefeitura Municipal de Ubá, 2007.

ACADEMIA UBAENSE DE LETRAS. **A AULE desde sua fundação**. Edição Especial. Suprema Gráfica e Editora Ltda. Ubá, s/d.

ANDRADE, Evandro Albuquerque de. **Cem anos sem solidão – centenário de fundação do Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá**. Séculos Gráfica Ltda. Ubá, 2011.

- CARNEIRO, Palmyos Paixão. **A fundação de São Januário de Ubá – esboço sócio-econômico 1757-1857**. Ubá: Editora AULE, 1987.
- CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Os Índios de São Januário de Ubá. 1690 -1990**. Belo Horizonte: Gráfica da Escola de Veterinária da UFMG, s/d.
- JACOB, Munir. **Altaneira – da pureza de um sonho à sanha do poder**. Suprema Gráfica. Ubá, 2015
- MAGALHÃES, Guilherme. **Dois lados da grade**. Ed. Autor. Ubá, 2012.
- MARQUES, Marlene. **Ubá: 150 anos construindo nossa história**. Ed. Autor. Ubá, 2007.
- MAZZEI, Célia e Celma. **Por todos os cantos: crônica a quatro mãos**. São Paulo: Ibrasa Editora, 2003.
- MORAIS, Raul de. **Ubá Imperial**. Artigos publicados no jornal "Cidade de Ubá". Recolhidos em livro pela Academia Ubaense de Letras. Editora Gráfica Gonçalves. Ubá, 1988.
- MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição. Formato Artes Gráficas Ltda. Ubá, 2015
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. **Cidade Carinho**. Edição histórica. Ubá, 1980.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. **Almanaque do Patrimônio Ubá**. Edições 1 e 2. Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. s/d.
- SOARES, Rosalvo Braga. **Nenufares: as meninas do balé aquático de Ubá**. Belo Horizonte: Ed. Autor, 2007.
- TEIXEIRA, Cornélio Zampier. **Anos dourados na terra da manga Ubá**. Belo Horizonte: Alis, 2014.
- VIEIRA, M. Clotilde Batista. **História de Ubá para Escolas**. Ed. Folha de Viçosa. Viçosa, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Centenário da Comarca de Ubá (1892 – 1992)**. Ed. Folha de Viçosa. Viçosa, 1992.
- \_\_\_\_\_. **80 anos SCM – Sacré-Couer de Marie - Ubá**. [s.n.]: Ubá, 1991.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

AGUIAR, José Otávio. **Memórias de Guido Thomaz Marlieri (1808 – 1836) transferência da corte portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil.** Campina Grande: UDUFCG, 2008.

ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980.** (Dissertação) Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

ANDRADE JÚNIOR, Aderbal. FARIA, Carlos A. Pimenta de. **O ICMS Cultural e a indução da política municipal de proteção patrimonial em Minas Gerais: o caso de Contagem.** Cadernos da Escola do Legislativo. v. 16, número 25, 2014.

ARMELINI, Angela Inês Micheletti da Silva Quintino. **A Preservação do Patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados.** (Dissertação) Mestrado em Arquitetura. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BAUER, Letícia Brandt. **Uma “verdadeira replica”:** considerações acerca da noção de autenticidade no campo do patrimônio cultural. Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 18, p. 14-28, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Danos Colaterais. Desigualdades sociais numa era global.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vida em Fragmentos. Sobre a ética pós-moderna.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política.** 7. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador.** In: Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, 2).

BERND, Zilá. SANTOS, Nádia Weber. (Orgs). **Bens culturais: temas contemporâneos.** Porto Alegre (RS): Unilasalle, 2011. BLOM, P. Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Traduzido por Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII. O tempo do mundo**. v. 3. Traduzido por Telma Costa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Traduzido por Sérgio Goês de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudades e Esperança: O Sphan e a consagração de Ouro Preto**. (Dissertação) – Mestrado. FGV/CPDOC. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAJAZEIRO, Karine Gonçalves. **A Cidade Jardim Belo-Horizontina e o Campo do Patrimônio Cultural**: representações, modernidade e modos de vida. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais. PUC – Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

CALI, Plácido. **Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico**. (Tese) Doutorado em Arqueologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Traduzido por Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIVALE, Leonardo. **Sobre luzes e sombras**: a revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982 – 2012) Caderno de Geografia. PUC - MG. v. 25; n°. 44, 2015.

COSGROVE, Denis. **Geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens. In: Kury, Lorelai e Gesteira, Heloísa (orgs). **Ensaio de História das Ciências no Brasil – das Luzes à nação independente**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/FAPERJ, 2012, p. 196 -206.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Traduzido por Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia R.R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CUNHA, Eleonora S. M. **Aprofundando a democracia**: o potencial dos Conselhos de Políticas e Orçamentos Participativos. Belo Horizonte. (Dissertação) Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa**: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997-2006). (Tese) Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Flávio Saliba. **Patrimônio Cultural e Gestão Democrática em Belo Horizonte.** Várias Histórias, Belo Horizonte, nº 18, Set/97, p.83-98.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo:** comentário sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** v. 1 e 2. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à Gestão sustentável das paisagens culturais complexas:** inspirações à política de preservação cultural no Brasil. (Tese) Doutorado. FAUUSP, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação ambiental no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. Gênese e estrutura da antropologia de Kant; e, A ordem do discurso: tradução de Márcio Fonseca, Salma Muchail e Laura Sampaio. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

GOHN, M. G. M. O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana. In: Ana Clara Torres Ribeiro-Emílio Tadei. (Org.). **Repensando a Experiência Urbana na América Latina:** questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado.** Pólis Publicações (Instituto Polis), São Paulo, v. 37, p. 35-40, 2001.

\_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Conselhos municipais de acompanhamento e controle social em Educação: participação, cidadania e descentralização. In: Donald Bello de Souza. (Org.). **Conselhos Municipais e Controle Social da Educação:** Descentralização, Participação e Cidadania. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 1-259.

GOMES, Angela Quintanilha. **Conselhos municipais em Porto Alegre – 1937 -2008:** Quem Participa? (Tese) Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 17 ed., 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

JEUDY, H.-P. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A Gestão do Patrimônio:** Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí. (Dissertação) Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rio de Janeiro, 2012.

LAGE, Flávia de Assis **A Gestão do Patrimônio Cultural em Minas Gerais:** Novas Dimensões e Paradoxos. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura. UFMG: Belo Horizonte, 2014.

LINS, Ulisses Vanucci. **Subsídios para o estudo da imagem urbana de Cataguases:** A região da Praça da Estação. (Dissertação) Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** Projeto História. São Paulo, 1998.

MARTINS, Ana Betânia de Souza Pimentel. **Cartografia do Patrimônio Cultural:** uma análise da Cartografia no âmbito dos inventários nacionais do IPHAN. (Dissertação) Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rio de Janeiro, 2015.

MELO, Kelly Cristina. **Paisagem cultural do Rio de Janeiro:** o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território. (Tese) Doutorado em Geografia Física. Universidade de São Paulo, 2015.

MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha. **Ciência do patrimônio:** a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais. (Dissertação). Mestrado em Belas Artes. UFMG, 2015.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. de 1993.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. **Fabricando o Patrimônio Cultural:** As ações de preservação do COMPHAC de São Bernardo do Campo. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.

PINTO, Alice Regina *et al.* **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. UFV, 3. ed. rev., Viçosa, MG, 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente: séculos XIX – XXI – Do documento aos valores**. Traduzido por Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: (SP): UNICAMP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. **Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro**. (Dissertação) Mestrado em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, MAST, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA E SILVA, Paulo Sergio de. **Políticas Culturais e Arquivos Públicos: Difusão Cultural, Acesso e Preservação do Patrimônio Cultural em Minas Gerais - 1995-2005**. (Dissertação) Mestrado em História. UFJF. Juiz de Fora, 2008.

STARLING, Mônica. **Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural**. Governança Deliberativa. Fundação Casa de Ruy Barbosa: Rio de Janeiro, 2012.

STARLING, Mônica B. de Lima. **Instituições participativas e democratização da ação estatal: os conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais**. Cadernos da Escola do Legislativo. v. 17, nº. 25, 2015.

TORTORIELLO, Túlio de Oliveira. **Usos sociais do patrimônio histórico, artístico e cultural de São João Del Rei: identidade e hibridismo cultural**. (Dissertação) Mestrado em Letras. Universidade Federal de São João Del Rey, 2011.

VICENTE FILHO, Ronaldo Guimarães. **Políticas Públicas de Cultura:** Uma Análise da Atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal, Coppam. (Dissertação) Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacases, 2011.

WAN-DALL JUNIOR. Osnildo Adão. **Das Narrativas Literárias de Cidades:** Experiência Urbana através do Guia de Ruas e Mistérios da Bahia de Todos os Santos. (Dissertação) Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.